

BNB Conjuntura Econômica

Periódico elaborado pelo Escritório Técnico
de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE

83

Abr/Jun 2025



Banco do
Nordeste

OBRA PUBLICADA PELO



**Banco do
Nordeste**

PRESIDENTE

Wanger Antônio de Alencar Rocha

DIRETORES

Ana Teresa Barbosa de Carvalho,
Antonio Jorge Pontes Guimarães Junior
José Aldemir Freire,
Leonardo Victor Dantas da Cruz e
Wanger Antônio de Alencar Rocha

**ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS
ECONÔMICOS DO NORDESTE – ETENE**

Allisson David de Oliveira Martins
Gerente de Ambiente

Marcos Falcão Gonçalves
**Gerente Executivo – Célula de Estudos e Pesquisas
Macroeconômicas**

CORPO EDITORIAL

Editor-Científico
Rogério Sobreira Bezerra

Editor-Chefe
Allisson David de Oliveira Martins

Editor-Executivo
Marcos Falcão Gonçalves

EQUIPE TÉCNICA

Nível de Atividade Econômica
Marcos Falcão Gonçalves
Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

Produção Agropecuária e Mercado de Trabalho
Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Produção Industrial
Liliane Cordeiro Barroso

Intermediação Financeira
Allisson David de Oliveira Martins

Serviços e Comércio
Wellington Santos Damasceno

Turismo e Comércio Exterior
Laura Lúcia Ramos Freire

Finanças Públicas, Índices de Preços e Cesta Básica
Antônio Ricardo de Norões Vidal

Estagiários
Guilherme Miranda Soares
Samuel Alesxandro Apolinario Xavier

Jovem Aprendiz
Pedro Ícaro Borges de Souza

Revisão
Hermano José Pinho

Projeto Gráfico
Gustavo Bezerra Carvalho

Banco do Nordeste do Brasil S/A
Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste -
ETENE
Av. Dr. Silas Munguba, 5.700 - Bloco A2 Térreo - Passaré -
60743-902 - Fortaleza (CE) - BRASIL
Telefone: (85) 3251-7177
Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC): 0800 728 3030

Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB.
É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte.

Dados internacionais de catalogação na publicação.

BNB Conjuntura Econômica, n.1, 2004- Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004-

n.

Trimestral

Periodicidade anterior: 2004 mensal; 2005 bimestral até ago.; 2005 – 2013 trimestral; 2014
semestral.

ISSN 18078834

1.Economia- Brasil – Nordeste – Periódicos. 2. Desenvolvimento econômico – Brasil – Nordeste
– Periódicos. I Banco do Nordeste do Brasil.

CDD:330.05

CDU: 33 (812/814) (05)

Sumário

1 Atividade Econômica	4
2 Produção Agropecuária no Nordeste	10
3 Produção Industrial	17
4 Setor de Serviços	23
5 Varejo	25
6 Turismo	27
7 Mercado de trabalho formal - Brasil e Nordeste	30
8 Comércio Exterior	37
9 Finanças Públicas	44
10 Intermediação Financeira	50
11 Índices de Preço	54
12 Cesta Básica	61

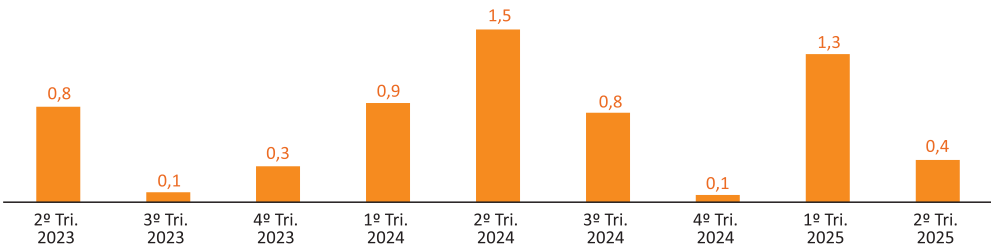
1 Atividade Econômica

1.1 Produto Interno Bruto

Com restrições de juros elevados, provenientes da política monetária contracionista, a economia brasileira desacelerou no segundo trimestre de 2025, registrando um crescimento de 0,4%, na série com ajuste sazonal, ritmo inferior ao observado nos três primeiros meses do ano (1,3%). Na realidade, os efeitos acumulados dos juros tornaram o crédito mais caro, afetando os investimentos de setores importantes da economia, como a indústria de transformação, especialmente as empresas vinculadas à produção de máquinas e equipamentos, e a construção civil. O ambiente externo também não está favorável, com expectativas de desaceleração das principais economias mundiais, por conta das incertezas e riscos geopolíticos. No acumulado do primeiro semestre de 2025, o Produto Interno Bruto-PIB brasileiro teve um avanço de 2,5%, frente a igual período do ano anterior, com desempenho positivo na Agropecuária (10,1%), Indústria (1,7%) e nos Serviços (2,0%).

O crescimento verificado no segundo trimestre deste ano foi sustentado pela expansão da atividade doméstica, impulsionada pelo dinamismo do mercado de trabalho, com expansão da ocupação e renda dos trabalhadores. Além disso, os programas de transferência de renda do Governo Federal também contribuíram para atenuar o impacto decorrente do crédito mais caro, influenciando positivamente o consumo das famílias. No entanto, outros fatores contribuíram para a desaceleração da taxa de crescimento nesse período, como a queda do agronegócio (devido à base elevada do trimestre anterior) e o forte recuo de 2,2% observado nos investimentos.

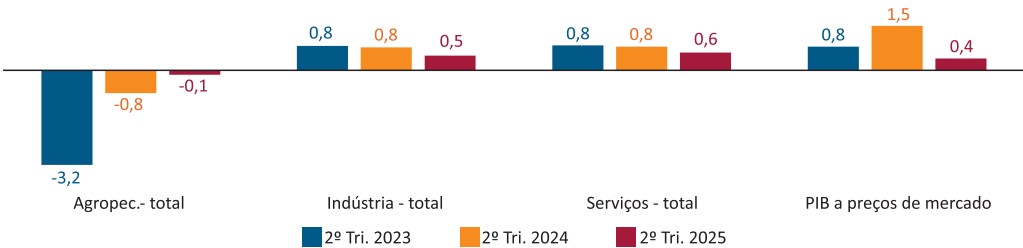
Gráfico 1.1 – Produto Interno Bruto - PIB - Brasil - % em relação ao trimestre anterior - 2023 a 2025*



Fonte: IBGE (2025). Elaboração: BNB/Etene. (*) Com ajuste sazonal.

Pelo lado da oferta, o setor serviços foi o menos impactado pelas restrições de crédito, registrando um crescimento de 0,6% no trimestre, relativamente ao trimestre anterior, puxado pelas atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados, informação e comunicação (devido ao dinamismo das atividades voltadas para o desenvolvimento de software) e transporte (especialmente transporte de passageiros), armazenagem e correio. A indústria registrou um crescimento de 0,5%, puxado pela indústria extrativa, que subiu 5,4% entre abril e junho, com destaque para a extração de petróleo e gás, que respondeu por 80% desse resultado. Já a agropecuária, que havia sido o destaque no primeiro trimestre de 2025, caiu 0,1% no segundo trimestre, fato que pode ser explicado pela base de comparação elevada, na qual o setor obteve desempenho excepcional (crescimento de 12,2%), impulsionado pelas colheitas recordes de soja e milho. De qualquer forma, as expectativas são boas para o setor agropecuário, tendo em vista as previsões de situação climática favorável para este ano.

Gráfico 1.2 – Produto Interno Bruto - PIB - Brasil - Oferta - % em relação ao trimestre imediatamente anterior - 2023 a 2025*



Fonte: IBGE (2025). Elaboração: BNB/Etene. *Com ajuste sazonal.

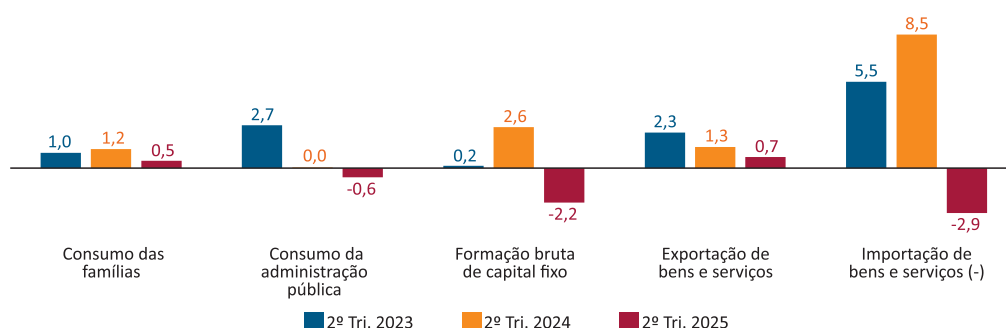
Na comparação com o mesmo período do ano anterior, o PIB brasileiro cresceu 2,2% no segundo trimestre de 2025. A agropecuária registrou uma expansão de 10,1%, influenciada pelo bom desempenho da Pecuária e, conforme estimativas oriundas do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE), divulgado no mês de agosto, pelo crescimento previsto da produção anual e ganho de produtividade de algumas lavouras, como milho (19,9%), soja (14,2%), arroz (17,7%), algodão (7,1%) e café (0,8%). Por sua vez, a Indústria cresceu 1,1%, com destaque para as Indústrias Extrativas que avançaram 8,7%, devido ao aumento na extração de petróleo e gás, além da extração de minério de ferro. Finalmente, a produção dos Serviços avançou 2,0%, ante o mesmo período do ano anterior, com todas as atividades que compõem o setor registrando crescimento, notadamente os serviços vinculados aos setores de Informação e comunicação (6,4%) e Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (3,8%).

Pela ótica da demanda agregada, o IBGE revela que o Consumo das Famílias e o Setor Externo foram os principais motores do crescimento do PIB, compensando a queda no Consumo do Governo e nos Investimentos. O Consumo das Famílias registrou expansão (0,5%), embora em ritmo inferior ao observado no trimestre anterior (1,0%), influenciado pelo dinamismo no mercado de trabalho, que provoca expansão dos salários totais recebidos pelas famílias, e das políticas de transferência de renda do Governo. No que se refere ao setor externo, as Exportações de Bens e Serviços subiram 0,7%, enquanto as Importações de Bens e Serviços caíram 2,9% em relação ao primeiro trimestre de 2025. Mas as expectativas não são boas para o setor, tendo em vista que os efeitos das tarifas impostas pelo governo americano sobre os produtos brasileiros só começarão a produzir efeitos mais concretos a partir do terceiro trimestre deste ano.

As despesas do Governo registraram retração de 0,6% no segundo trimestre deste ano, relativamente ao primeiro trimestre, influenciadas pela demora na aprovação do orçamento federal (em abril), pelo efeito calendário dos precatórios, com pagamentos concentrados no terceiro trimestre e pelo menor ritmo de expansão dos benefícios sociais. Os gastos com Formação Bruta de Capital Fixo, por sua vez, tiveram queda de 2,2% no segundo trimestre, na comparação com o primeiro trimestre do ano, interrompendo uma sequência de seis trimestres consecutivos de crescimento. A elevação dos juros, certamente, foi um dos principais fatores para essa diminuição dos investimentos, pois desestimula a demanda por bens de capital, bem como inibe os gastos na construção civil. Além disso, essa queda pode ser também atribuída, ainda, ao crescimento significativo dessa variável, constatado nos três primeiros meses de 2025, por conta da importação de uma plataforma de petróleo, que gerou uma base de comparação bastante elevada. A taxa de investimento no segundo trimestre de 2025 foi de 16,8% do PIB, bem abaixo da necessária para o País manter um crescimento robusto de 3,0% a 3,5% nos médio e longo prazos, sem gerar pressões inflacionárias.

No setor externo, as exportações de bens e serviços avançaram 0,7% no segundo trimestre de 2025, estimuladas pela safra recorde de milho e soja e pelo aumento da produção de petróleo, gás e minério de ferro, enquanto as importações recuaram 2,9% nesse período, refletindo a queda dos investimentos e a desaceleração do consumo. O saldo da balança comercial, portanto, proporcionou uma contribuição positiva do setor externo ao PIB, compensando a queda da absorção doméstica.

Gráfico 1.3 – Produto Interno Bruto - PIB - Brasil - Demanda - % do 2º Trimestre em relação ao trimestre imediatamente anterior – 2023 a 2025*



Fonte: IBGE (2025). Elaboração: BNB/Etene. *Com ajuste sazonal.

De modo geral, os dados sobre o desempenho da economia nacional no segundo trimestre apontam claramente para um cenário de desaceleração da atividade doméstica em 2025, compatível com o quadro

restritivo imposto pelas condições monetárias, que vem afetando fortemente as atividades mais sensíveis ao crédito. A esse contexto macroeconômico, podem ser acrescentados alguns riscos adicionais, como o elevado endividamento das famílias, as incertezas fiscais e as turbulências externas. São esses fatores que vão influenciar o desempenho da economia brasileira até o final de 2025, razão pela qual o Governo Federal está prevendo um crescimento do PIB em torno de 2,5%, menor, portanto, do que os 3,4% obtidos em 2024. Por outro lado, o Banco Central, em seu Relatório de Política Monetária, fez uma revisão da projeção de crescimento do PIB para 2025, reduzindo de 2,1% para 2,0%, enquanto a estimativa inicial para 2026 é de 1,5%. Essa pequena redução na projeção para 2025 reflete os efeitos, ainda incertos, do aumento das tarifas de importação pelos EUA, bem como alguns sinais de desaceleração da atividade econômica no terceiro trimestre deste ano.

1.2 Inflação, Juros e Câmbio

O cenário para a economia mundial em 2025 evidencia a marca da turbulência, associada, principalmente, com a crescente fragmentação geopolítica, que pressiona os fluxos de comércio e capitais, reduzindo a cooperação econômica internacional, bem como prejudicando o fluxo de comércio externo de bens e serviços. É um quadro bastante desafiador, que predispõe o mundo a enfrentar uma menor taxa global de crescimento econômico no corrente ano, abaixo da média histórica das últimas décadas. De fato, as expectativas sinalizam para um crescimento econômico mundial em 2025 de, aproximadamente, 3,5%, puxado, principalmente, por algumas economias emergentes, particularmente da Ásia e África, uma vez que as economias avançadas, como Estados Unidos e União Europeia, deverão experimentar uma expansão mais lenta. Segundo o Banco Mundial, até 2027, prevê-se que o crescimento do PIB global atinja uma média de apenas 2,5% na década de 2020, significando o ritmo mais lento de qualquer década após os anos sessenta.

Conforme o relatório Perspectivas Econômicas Globais, do Banco Mundial, os desdobramentos dessa esperada desaceleração global serão mais perversos para os países em desenvolvimento, uma vez que deverão estar em uma pior situação socioeconômica, com níveis de PIB *per capita* 6% mais baixos. Com exceção da China, os países emergentes poderão levar cerca de duas décadas para recuperar as perdas econômicas da década de 2020.

Diante desse cenário de incertezas, os bancos centrais assumem um protagonismo relevante, devendo intervir não apenas para calibrar taxas de juros, mas também garantir estabilidade e confiança, de forma a assegurar que as economias evoluam com um crescimento robusto, estabilidade de preços e condições adequadas às novas realidades econômicas globais.

No Brasil, a inflação continua sendo um dos principais entraves à estabilidade macroeconômica, com perspectivas de estouro do teto estabelecido, uma vez que as estimativas indicam uma alta acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA de 4,8%, acima do limite de 4,5% estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional. Assim, devido a essa persistência inflacionária, o Banco Central vem adotando uma postura de muita cautela na condução da política monetária, com o objetivo, sobretudo, de assegurar a convergência da inflação em torno da meta estabelecida. De acordo com o Comitê de Política Monetária-Copom, a política monetária deve se manter contracionista por tempo suficiente em patamar que consolide não apenas o processo de desinflação, mas também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas.

Dentre os fatores que pressionam a inflação para cima, destacam-se os reajustes nos preços administrados, como energia elétrica e combustíveis, além do aquecimento do mercado de trabalho, que pressiona os preços de serviços. A inflação de custos também tem contribuído para esse cenário adverso, impulsionada por gargalos logísticos e volatilidade cambial. Como fatores baixistas destacam-se a redução das expectativas de inflação e a apreciação do Real. Por outro lado, o Copom tem acompanhado com atenção como a política fiscal impacta a política monetária e os ativos financeiros, de forma a montar uma visão mais consistente sobre a convergência da inflação à meta estabelecida, em ambiente de expectativas desancoradas, permitindo-lhe adotar uma política monetária compatível com o objetivo da estabilidade macroeconômica.

O Relatório de Política Monetária de Junho mostrou que o cenário seguia sendo marcado por expectativas desancoradas, projeções de inflação elevadas, resiliência na atividade econômica e pressões

no mercado de trabalho. A inflação acumulada em doze meses, medida pelo IPCA, aumentou de 5,06% em fevereiro para 5,32% em maio. A alta foi ligeiramente menor do que a antecipada em relatório anterior do Bacen. Considerando a série trimestral dessazonalizada, tanto a inflação cheia como a média dos núcleos foram ligeiramente menores que no trimestre anterior, mas continuam acima da meta. Segundo o relatório Focus, não houve melhora nas expectativas de inflação para horizontes mais longos, que continuam desancoradas. Nas projeções do cenário de referência do Bacen, que vão até 2027, a inflação se mantém acima do limite do intervalo de tolerância nos próximos meses, começando a cair a partir do quarto trimestre de 2025, mas ainda permanecendo acima da meta. Nesse cenário, a inflação acumulada em quatro trimestres fica na faixa de 5,4%-5,5% nos três primeiros trimestres de 2025, cai para 4,9% no final do ano, 3,6% em 2026, chegando a 3,2% no quarto trimestre de 2027.

Com relação à taxa Selic, considerando a estratégia do Bacen, de convergência da inflação para o redor da meta ao longo do horizonte relevante, o Copom decidiu elevar a taxa básica de juros em 0,25 ponto percentual, para 15,0% a.a., na reunião de junho, representando o patamar mais elevado para os juros básicos do País desde maio de 2006, quando o colegiado os havia fixado em 15,25%. Segundo o Banco, essa decisão levou em conta não apenas o objetivo principal de assegurar a estabilidade de preços, mas também a suavização das flutuações do nível de atividade econômica e fomento do pleno emprego. O Comitê também enfatizou que continuará vigilante, que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados e que não hesitará em prosseguir no ciclo de ajuste, caso julgue apropriado.

O Boletim Focus da última semana de junho de 2025, contendo as projeções de mercado para a economia, mostrou a trajetória considerada para a taxa Selic no cenário de referência, como de aumento para 15,0% em 2025, queda para 12,5%, em 2026, 10,5%, em 2027 e 10,0%, em 2028.

Com relação à taxa de câmbio nominal Real/Dólar, o Banco Central, em seus relatórios de política monetária, monitora atentamente as condicionantes cambiais para avaliar riscos à inflação, já que flutuações cambiais podem repercutir nos preços domésticos via bens importados ou insumos. Fatores de naturezas distintas influenciam os movimentos da taxa de câmbio — incluindo choques externos, incertezas domésticas e a deterioração dos fundamentos macroeconômicos. Particularmente no Brasil, a valorização do Real observada ao longo de 2025 pode ser explicada, principalmente, por elementos externos e internos.

Mesmo sendo a principal moeda de reserva global, com fundamentos sólidos que sustentam sua posição dominante nos mercados internacionais, em 2025, as incertezas fiscais e as políticas protecionistas nos EUA têm gerado questionamentos sobre sua resiliência, contribuindo para movimentos predominantes de queda no valor do Dólar em âmbito global. Na realidade, os investidores vêm demonstrando uma certa aversão a ativos dos EUA em meio às incertezas provocadas pela política comercial errática do presidente Donald Trump, relacionada, principalmente, com a elevação das tarifas e suas consequências em termos da desaceleração econômica global.

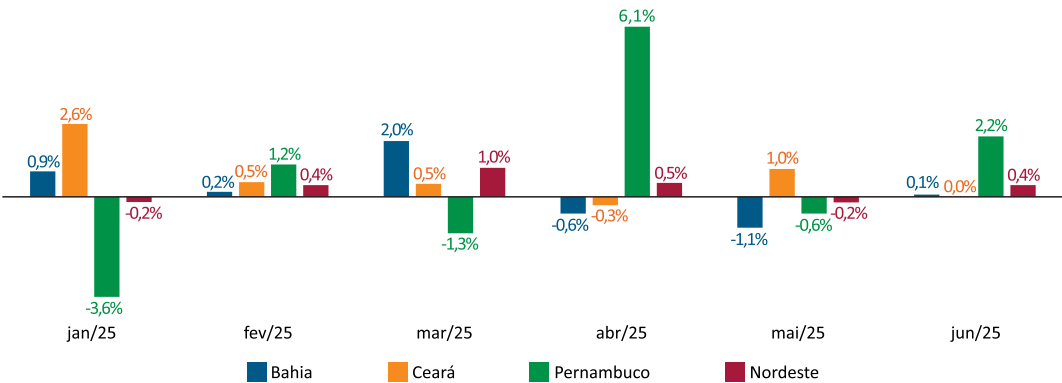
Diante desse cenário, tem-se verificado uma tendência de relativa valorização do Real ao longo de 2025, influenciada fortemente pela robustez das nossas contas externas, cuja quantidade exportada mantém um fluxo elevado de dólares para o País, impulsionado tanto pela via comercial, através das exportações de commodities minerais (petróleo e minério de ferro) e agrícolas (soja, carnes e café), quanto pelo forte fluxo de capital estrangeiro para investimentos, por conta do baixo risco geopolítico do Brasil, relativamente a outros países, especialmente Rússia e China.

As expectativas do relatório Focus do final de junho de 2025 apontavam para um câmbio de R\$ 5,70/US\$ ao final de 2025, R\$ 5,79/US\$ em dez./2026 e R\$ 5,75/US\$ em dez./2027. Essas projeções refletem as expectativas de mercado, mas não garantem que o câmbio será exatamente esse valor, pois choques internos e externos, intervenções políticas ou variações em juros e risco-país podem modificar bastante o rumo real da taxa de câmbio.

1.3 Região Nordeste consolida desempenho positivo no primeiro semestre de 2025 e prepara terrenos para mais crescimento

A economia nordestina, medida pelo índice de atividade IBCR-NE do Banco Central, recuou 0,4% em junho, quando comparado com o mês de maio de 2025, de forma dessazonalizada (Gráfico 1.4). Entre os estados do Nordeste divulgados pelo Bacen, Pernambuco e Bahia apresentaram crescimento de 2,2% e 0,1%, enquanto o Ceará mostrou estabilidade no período.

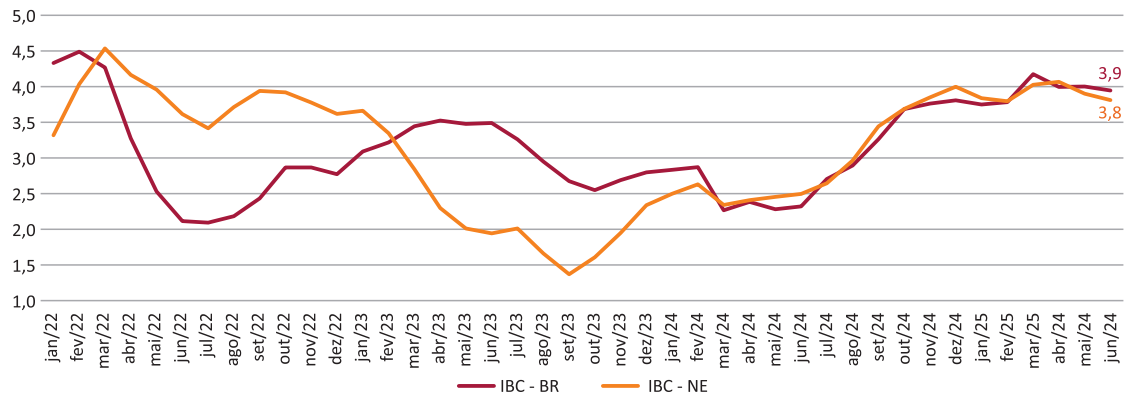
Gráfico 1.4 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central do Brasil – Nordeste, Bahia, Ceará e Pernambuco - % - Novembro de 2024 a Maio de 2025 - Mês/Mês anterior, ajustado sazonalmente



Fonte: Banco Central do Brasil, 2025. Elaboração: BNB/Etene.

A partir dos dados divulgados referentes ao mês de junho, a região Nordeste tem crescimento acumulado de 3,8% nos últimos doze meses, muito próximo com observado em nível nacional, que é de 3,9% (Gráfico 1.5).

Gráfico 1.5 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central do Brasil – Brasil e Nordeste - Em 12 Meses - % em relação ao ano anterior - Jan/22 a Jun/25*



Fonte: Banco Central do Brasil, 2025. Elaboração: BNB/Etene (2025).

*2025 refere ao acumulado dos últimos doze meses, terminados em Jun/25.

Em 2025, o Nordeste acumula crescimento de 2,4% até o mês de maio, com destaque para a Bahia, que aponta para elevação de 3,9% no mesmo período (Tabela 1.1).

Tabela 1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central do Brasil – Brasil, Nordeste, Sudeste, Bahia, Ceará, Pernambuco, Espírito Santo e Minas Gerais - % Crescimento no ano - 2020 a 2025*

	2020	2021	2022	2023	2024	2025*	2022	2023
Brasil	-4,0	4,2	2,8	2,7	3,8	3,2		
Nordeste	-4,1	2,8	3,6	2,3	4,0	2,4		
Bahia	-3,1	2,7	3,4	3,1	3,1	3,9		
Ceará	-4,4	3,6	2,8	1,1	5,4	2,6		
Pernambuco	-3,1	4,7	2,2	2,7	4,9	-0,3		
Sudeste	-3,2	4,0	3,1	2,7	3,3	1,8		
Espírito Santo	-6,2	6,7	-1,4	3,4	2,9	2,9		
Minas Gerais	-1,9	5,1	3,2	4,0	3,1	3,0		

Fonte: Banco Central do Brasil, 2025. Elaboração: BNB/Etene (2025).

*2025 refere-se ao acumulado dos últimos doze meses, terminados em junho.

O crescimento da atividade econômica na Bahia resulta de uma combinação de fatores estruturais, notadamente por sua base produtiva diversificada; aliada a fatores conjunturais, principalmente o clima favorável no período que impulsionou as atividades agropecuárias; e políticas de crédito e investimento.

O crescimento do indicador do Banco Central de atividade econômica de janeiro a junho de 2025 para o Ceará acumula crescimento de 2,6%, mostrando que o Estado mantém fundamentos sólidos, apesar do desafio para impulsionar setores de maior valor agregado e reduzir a dependência de alguns mercados externos.

A economia pernambucana, medida pelo índice de atividade econômica do Banco Central, recuou 0,3% no acumulado até junho, decorrente do menor dinamismo do agronegócio, indústria e menor expansão do setor de serviços.

Minas Gerais e Espírito Santo, que possuem parte de seus territórios integrando a área de atuação do Banco do Nordeste, apresentam variação acumulada no ano de 3,0% e 2,9%, respectivamente.

A perspectiva para a economia do Nordeste nos próximos meses é de crescimento moderado, sustentado pela continuidade do bom desempenho do agronegócio em estados como Bahia e partes do Ceará, pelo avanço de investimentos em infraestrutura logística e energética, e por nichos industriais e de serviços com potencial exportador. Entretanto, o cenário exige cautela: a região segue exposta a riscos climáticos, à volatilidade de preços internacionais e a possíveis medidas protecionistas de parceiros comerciais, além de desafios internos como crédito ainda restritivo para alguns segmentos e necessidade de maior diversificação produtiva.

2 Produção Agropecuária no Nordeste

2.1 Agricultura

Segundo o IBGE, a estimativa da produção nacional de grãos deverá alcançar 341,8 milhões de toneladas, na Safra 2025, crescimento de 16,8% em relação à Safra passada. O resultado para a atual Safra será devido, principalmente, às estimativas de crescimento dos cultivos de milho (+20,7%) e soja (+14,4%), que deverão incrementar 23,7 milhões de toneladas de milho e 20,9 milhões de toneladas de soja. Desta forma, soja e milho participam com 48,5% e 40,5% da produção nacional de grãos na Safra de 2025, nesta ordem, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do IBGE (Tabela 2.1).

Entre os principais fatores para o bom desenvolvimento dos grãos, principalmente nas safras de verão, estão as condições climáticas que no geral permanecem favoráveis (no Nordeste, nas áreas na costa leste, desde a Bahia até o Rio Grande do Norte e no noroeste do Maranhão). No entanto, algumas áreas apresentarão clima seco e quente, onde as chuvas estarão abaixo do observado do normal, podendo comprometer os níveis de umidades do solo não foram adequadas para o desenvolvimento das culturas (Nas áreas do centro-norte da Bahia, além do oeste de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte).

Tabela 2.1 – Brasil, Nordeste e Estados selecionados: Safra de grãos (toneladas) - 2024 e 2025

Brasil e Grandes Regiões	Safra 2024		Safra 2025		Variação das Safras 2025 e 2024	
	Produção (t)	Part. (%)	Produção (t)	Part. (%)	Absoluta	Relativa (%)
Norte	18.187.566	6,2	22.284.884	6,5	4.097.318	22,5%
Nordeste	25.792.907	8,8	27.932.431	8,2	2.139.524	8,3%
Maranhão	6.635.556	2,3	7.458.692	2,2	823.136	12,4%
Piauí	5.780.393	2,0	5.691.563	1,7	-88.830	-1,5%
Ceará	518.070	0,2	534.264	0,2	16.194	3,1%
Rio Grande do Norte	36.134	0,0	21.053	0,0	-15.081	-41,7%
Paraíba	73.170	0,0	72.886	0,0	-284	-0,4%
Pernambuco	183.890	0,1	92.287	0,0	-91.603	-49,8%
Alagoas	134.975	0,0	179.249	0,1	44.274	32,8%
Sergipe	1.049.624	0,4	1.096.560	0,3	46.936	4,5%
Bahia	11.381.095	3,9	12.785.877	3,7	1.404.782	12,3%
Sudeste	25.816.536	8,8	30.148.375	8,8	4.331.839	16,8%
Sul	78.342.460	26,8	85.778.125	25,1	7.435.665	9,5%
Centro-Oeste	144.566.392	49,4	175.742.644	51,4	31.176.252	21,6%
Brasil	292.705.861	100,0	341.886.459	100,0	49.180.598	16,8%

Fonte: IBGE – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2025). Elaboração BNB/Etene. Nota (1): Participação das regiões e estados em relação ao País.

Regionalmente, Centro-Oeste apresenta maior ganho na Safra 2025, devido aos pacotes tecnológicos alinhados às boas condições climáticas, assim, resultando aumento na produção de grãos em 31,1 milhões de toneladas de grãos, avanço de 21,6% frente à safra anterior. Em seguida, registra-se também aumento da produção de grãos no Sul (+7,4 milhões t), Sudeste (+4,3 milhões t), Norte (+4,0 milhões t) e Nordeste (+2,1 milhão de toneladas).

Em termos de participação, Centro-Oeste permanece como maior produtor nacional de grãos, atingindo 175,7 milhões de toneladas de grãos, cerca de 51,4% do total produzido no País. Na sequência, o Sul, com produção de 85,7 milhões de toneladas, participa com 25,1% da produção nacional em 2025; Sudeste atingiu produção de 30,1 milhões de toneladas (8,8%); Nordeste registra 27,9 milhões de toneladas (8,2% do total) e Norte, com produção de 22,2 milhões de toneladas de grãos, participará com 6,5% do total de grãos produzidos no Brasil.

Quanto à produção de grãos no País, os resultados para a Safra 2025 são bastante promissores para o desenvolvimento das lavouras. Praticamente todas as culturas de grãos deverão registrar crescimento da produção. Destacam-se em crescimento as produções de amendoim (+56,3%), sorgo (+24,8%), milho (+20,7%), arroz (+17,2%), soja (+14,4%) e algodão (+10,6%).

Para os demais produtos agrícolas, no País, destacam-se em crescimento a produção das culturas do fumo (+26,2%), uva (+19,0%), mandioca (+7,9%), laranja (+5,1%), banana (+3,2%) e cacau (+5,5%), conforme dados da Tabela 2.2.

Tabela 2.2 – Principais produtos da Safra no Brasil e Nordeste (Em mil toneladas) – 2024 e 2025

Principais Lavouras	Brasil			Nordeste			Part. (%) NE / BR
	Safra 2024	Safra 2025	Var. (%)	Safra 2024	Safra 2025	Var. (%)	
Cereais, leguminosas...	292.705.861	341.886.459	16,8	25.792.907	27.932.431	8,3	8,2
Algodão	8.866.378	9.804.522	10,6	2.012.913	2.076.265	3,1	21,2
Amendoim	793.832	1.241.109	56,3	11.707	12.541	7,1	1,0
Arroz	10.591.604	12.414.734	17,2	348.968	328.891	-5,8	2,6
Feijão	2.289.317	2.280.662	-0,4	493.101	410.447	-16,8	18,0
Mamona	31.717	33.613	6,0	29.947	31.458	5,0	93,6
Milho	114.703.192	138.438.440	20,7	8.003.100	8.938.210	11,7	6,5
Soja	144.946.662	165.865.717	14,4	15.349.839	16.658.793	8,5	10,0
Sorgo	3.985.503	4.974.805	24,8	293.549	250.925	-14,5	5,0
Trigo	7.530.249	7.804.322	3,6	34.818	34.644	-0,5	0,4
Banana	6.995.034	7.221.023	3,2	2.567.222	2.641.361	2,9	36,6
Batata - inglesa	4.507.809	4.520.614	0,3	334.587	340.117	1,7	7,5
Cacau	287.784	294.855	2,5	111.288	119.063	7,0	40,4
Café	3.425.399	3.437.539	0,4	249.891	262.445	5,0	7,6
Cana-de-açúcar	706.720.425	695.532.937	-1,6	58.917.874	55.307.606	-6,1	8,0
Castanha-de-caju	161.014	147.889	-8,2	160.373	147.094	-8,3	99,5
Fumo	626.649	790.536	26,2	24.673	32.719	32,6	4,1
Laranja	12.216.934	12.837.244	5,1	1.113.469	1.139.099	2,3	8,9
Mandioca	19.059.194	20.572.917	7,9	4.236.317	4.725.973	11,6	23,0
Tomate	4.666.924	4.650.066	-0,4	729.910	556.800	-23,7	12,0
Uva	1.763.397	2.099.288	19,0	812.762	859.394	5,7	40,9

Fonte: IBGE – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2025). Elaboração BNB/Etene. Nota: (1) Estão incluídos algodão herbáceo, amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, mamona, milho, soja, girassol, sorgo, trigo e triticales.

Na Região Nordeste, a Safra de 2025 deverá atingir 27,9 milhões de toneladas, crescimento de +8,3%, aumento em +2,1 milhões de toneladas frente à safra de 2024. Destacam-se nos aumentos Bahia (+1,4 milhão t), Maranhão (+823,1 mil t), seguidos por Sergipe (+46,9 mil t), Alagoas (+44,2 mil t) e Ceará (+16,1 mil t), vide Tabela 2.1.

Na Safra 2025, Bahia deverá permanecer como o maior produtor de grãos regional, produzindo 12,7 milhões de toneladas, cerca de 45,8% da produção regional de grãos; na sequência, Maranhão com previsão de produção de 7,4 milhões de toneladas de grãos, aproximadamente 26,7% da produção regional.

No Nordeste, as estimativas das produções de soja e milho serão de 16,6 e 8,9 milhões de toneladas para a Safra de 2025, respectivamente. As culturas deverão impulsionar a produção regional de grãos na Região, devendo apresentar incremento de 1.308,9 e 935,1 mil toneladas, relativos à safra passada.

Quanto ao crescimento da produção de grãos no Nordeste, milho deverá apresentar o maior crescimento, avanço em 11,7% frente à safra passada. Na sequência, soja (+8,5%), amendoim (+7,1%), mamona (+5,0%) e algodão (+7,1%), vide Tabela 2.2.

Na produção de soja, Bahia permanecerá como maior produtor de soja do Nordeste, com projeção de 8,6 milhões de toneladas, (51,6% da produção regional de soja), e em sétimo lugar no País em 2025. Regionalmente, Maranhão continua como o segundo maior produtor regional (4.4 milhões t) e décimo primeiro no ranking nacional.

Na produção de milho, Maranhão deverá seguir na liderança da produção regional, com estimativa de 2,7 milhões de toneladas de milho (30,2% da produção regional de milho) e oitavo maior produtor nacional de milho. O Estado da Bahia permanecerá como o segundo maior produtor regional de milho, com produção de 2,6 milhões de toneladas (26,7% da produção regional de milho), seguido por Piauí (20,6%) e Sergipe (11,8%).

No Nordeste, as demais lavouras, tanto temporárias quanto as permanentes, se destacam em crescimento na produção de fumo (+32,6%), mandioca (+11,6%), cacau (+7,0%), uva (+5,7%), café (+5,0%, apesar de ser um ano de bialidade negativa), banana (+2,9%) e batata-inglesa (+1,7%), Tabela 2.2.

Em 2024, diversos problemas climáticos afetaram as principais lavouras e importantes áreas produtoras do País. No entanto, as condições climáticas estão favorecendo na Safra 2025, principalmente nas lavouras de soja e milho. Com o clima mais chuvoso nesta safra que deverá propiciar um bom desenvolvimento das lavouras, assim devendo registrar crescimentos significativos, com produções recordes para soja e milho.

Além do fator clima, as negociações de soja e milho estão mais intensas, com o aumento da demanda externa e preocupações com estoques curtos.

Quanto ao Consumo global de soja, tende a se voltar para o Brasil diante da disponibilidade elevada no País. No entanto, requer cautela, pois o ambiente é de oferta de soja nacional recorde e de aumento na oferta de soja na Argentina.

Vale ressaltar que a expectativa de vendas externas de farelo de soja é alta para os próximos meses, devido a sua maior demanda. Segundo pesquisadores do Cepea, a procura global por farelo de soja cresceu nos últimos meses, elevando fortemente os valores futuros na Bolsa de Chicago. Esse aumento externo influenciou também as negociações do farelo no Brasil, ao passo que aumentou o interesse de compradores pelo farelo de soja, até mesmo dos que têm estoques em excesso.

2.2 Pecuária

Para 2025, as expectativas para o setor agropecuário no País serão de crescimento, impulsionado pela recuperação da produção de grãos, com recorde de safra, aumento na produção da pecuária, eficiência e produtividade do setor.

No País, a estimativa de crescimento para a Pecuária foi influenciada principalmente pela produção de bovinos, com peso significativo, que será determinante no Valor Bruto da Produção da Pecuária. Mesmo com oferta de carne bovina em excesso, os preços seguem valorizados. Desta forma, diante da expectativa do aumento da produção e aumento dos preços da carne bovina, projeta-se crescimento no VBP da bovinocultura em 20,5%, em comparação com 2024; para o VBP da suinocultura, o crescimento será de 9,6%, seguida por leite (+5,2%) e frango (+4,7%). Desta forma, A pecuária totalizou 12,3% de aumento, passando de R\$ 425,77 bi no ano passado para R\$ 478,08 bi em 2025., segundo dados do Ministério da Agricultura e Pecuária (2025).

Para a atividade agrícola, o ranking com os principais produtos que obtiveram crescente desempenho, comparado à safra de 2024, foi: amendoim (43%), soja (8,8%), milho (32,4%), café (47,2%), mamona (38%) e algodão (8,4%). Assim, a lavoura teve um crescimento de 10,8%, passando de R\$ 837,52 bi no ano passado para R\$ 928,07 bi em 2025.

O cenário interno positivo tem contribuído para que o País continue como um dos principais produtores do setor no mercado internacional. Tanto os alimentos quanto os insumos agrícolas empreendem progressivamente como instrumentos geopolíticos de poder nas relações entre os países. Nessa conjunção, após a instabilidade geopolítica internacional devido o conflito entre Rússia e Ucrânia no início de 2022, desde então, os mercados voltaram a equilibrar.

Nessa conjuntura, o setor da pecuária nacional vem sendo impulsionado diante de fatores externos. A estimativa de sustentação de valorização das cotações da arroba do boi gordo para abate vem impulsionada pela demanda dos brasileiros. A procura do mercado externo ainda segue aquecida, na expectativa de aumento de consumo da carne bovina pela China.

No mercado brasileiro, os insumos agropecuários e alguns dos principais itens da produção da pecuária sinalizaram recuperação em seus volumes tanto no País, quanto na Região Nordeste. Este cenário inicial se sustenta com as evidências dos primeiros resultados para 2025 publicados pelo IBGE, em que o 2º trimestre de 2025 demonstra essa tendência de crescimento.

Bovinos

No País, a quantidade de bovinos abatidos no 2º trimestre de 2025 cresceu 3,9%, frente ao mesmo trimestre do ano anterior, conforme dados do IBGE. Foram abatidos, em média, 10,4 milhões de cabeças de bovinas no País, recorde de acordo com a série histórica iniciada em 1997 (Tabela 2.3).

Para este período, o aumento da quantidade de bovinos abatidos foi induzido principalmente pela aquecida demanda internacional por carne bovina do Brasil, que elevou os investimentos. Segundo a Secretaria de Comércio Exterior, entre janeiro e junho de 2025, as exportações brasileiras de carne bovina cresceram 27,1%, frente ao mesmo período de 2024. Assim, gerando uma receita de U\$ 7,23 bilhões no período em análise. Foram embarcadas 1,47 milhão de toneladas de carne bovina nos seis primeiros meses do ano, alta de 13,4%.

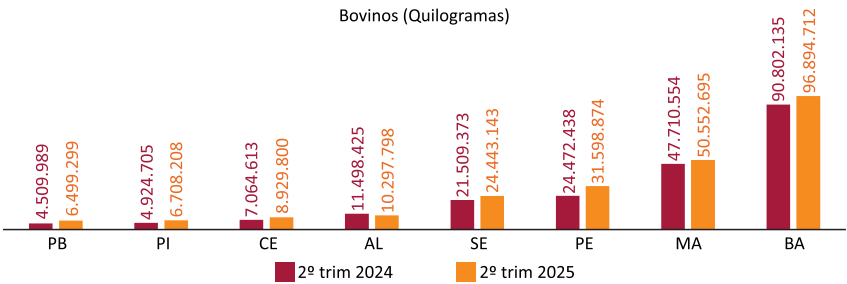
Tabela 2.3 – Número de animais abatidos e peso das carcaças de bovinos, suínos e frangos e produção de ovos de galinha - Brasil e Nordeste - 2º trimestre de 2024 e 2025

Abate de Animais, Aquisição de Leite, Aquisição de Couro Cru e Produção de Ovos de Galinha	2º trimestre de 2025			2º trimestre de 2024			Variação (%) 2º trimestre 2025 / 2024	
	Brasil	Nordeste	% NE/Br	Brasil	Nordeste	% NE/Br	Brasil	Nordeste
Número de animais abatidos (Mil cabeças ou carcaças)								
Bovinos	10.067.712	844.568	8,4	10.463.690	958.486	9,2	3,9	13,5
Suínos	14.626.131	168.589	1,2	15.012.063	181.076	1,2	2,6	7,4
Frangos	1.621.274.743	68.463.193	4,2	1.639.710.462	72.270.989	4,4	1,1	5,6
Peso das carcaças (Toneladas)								
Bovinos	2.607.580	216.537	8,3	2.650.085	235.925	8,9	1,6	9,0
Suínos	1.337.085	13.941	1,0	1.413.584	14.815	1,0	5,7	6,3
Frangos	3.460.597	148.616	4,3	3.555.592	159.151	4,5	2,7	7,1
Leite (Mil litros)								
Adquirido	5.943.220	555.180	9,3	6.502.280	610.202	9,4	9,4	9,9
Industrializado	5.932.577	554.336	9,3	6.486.638	610.018	9,4	9,3	10,0
Ovos (Mil dúzias)								
Produção	1.168.629	201.992	17,3	1.241.014	219.717	17,7	6,2	8,8

Fonte: IBGE – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, Pesquisa Trimestral do Leite, Pesquisa Trimestral do Couro e Produção de Ovos de Galinha (2025). Elaboração BNB/Etene.

Na Região Nordeste, que representa 9,2% do quantitativo de bovinos abatidos no País, registrou considerável acréscimo de +13,5%, em comparação ao 2º trimestre de 2024. Nesse período, Rio Grande do Norte (+53,8%) destaca-se em crescimento, seguido por Piauí (+34,3%), Pernambuco (+33,7%) e Ceará (+28,4%). Em relação ao 2º trimestre de 2024, foram abatidas 113,9 mil bovinos a mais no Nordeste, com destaque para Bahia (+36,3 mil cabeças de bovinos), seguido por Pernambuco (+30,1 mil cabeças de bovinos) e Maranhão (+19,5 mil cabeças de bovinos). Desta forma, em participação, Bahia (40,1%) marca como o maior abatedor de bovinos na Região; na sequência, Maranhão (22,2%), Pernambuco (12,5%) e Sergipe (9,3%).

Gráfico 2.1 – Peso das carcaças de bovinos- Estados do Nordeste - 2º trimestre de 2024 e 2025



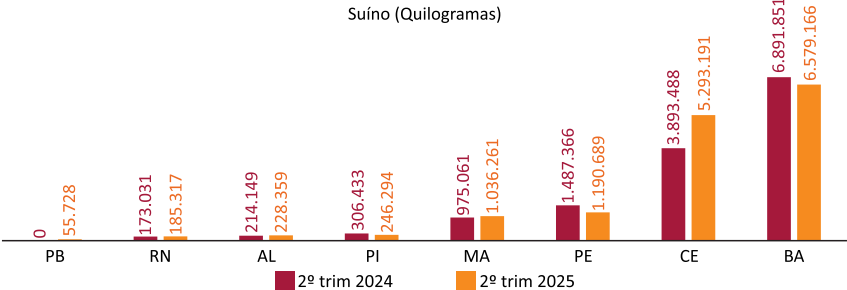
Fonte: IBGE – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, Pesquisa Trimestral do Leite, Pesquisa Trimestral do Couro e Produção de Ovos de Galinha (2025). Elaboração BNB/Etene.

Suíños

No País (+2,6%), o quantitativo de suínos abatidos apresentou crescimento nos comparativos entre o segundo trimestre de 2025 e 2024. Com maior demanda por carne suína nos mercados interno e externo, a oferta não acompanhou o ritmo; assim, registraram-se aumentos pontuais nos preços da carne suína. De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior, o acumulado de janeiro a junho de 2025, registrou aumento do volume exportado de carne suína de 19,2%, frente ao mesmo período de 2024 e crescimento de 34,8 em valor. Desta forma, foram embarcadas 630 mil toneladas de carne, gerando receita de US\$ 1,626 bilhão.

Para produção de Suínos, o Nordeste registrou crescimento de 7,4% no quantitativo de suínos abatidos, frente ao mesmo trimestre do ano anterior. Este fato deriva pelo aumento da demanda por carne suína, diante da crescente inflação dos preços da carne bovina.

Gráfico 2.2 – Peso das carcaças de suínos - Estados do Nordeste - 2º trimestre de 2024 e 2025



Fonte: IBGE – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, Pesquisa Trimestral do Leite, Pesquisa Trimestral do Couro e Produção de Ovos de Galinha (2025). Elaboração BNB/Etene.

No 2º trimestre de 2025, entre os produtores dos abates suínos na Região, Bahia desponta com o maior rebanho (peso regional de 39,7%), em seguida, Ceará (peso regional de 35,5%) e Pernambuco (10,3% do peso regional). Quanto ao crescimento, Ceará registra maior acréscimo do número de animais abatidos (+18,7 mil suínos abatidos, +41,2%, frente ao período anterior).

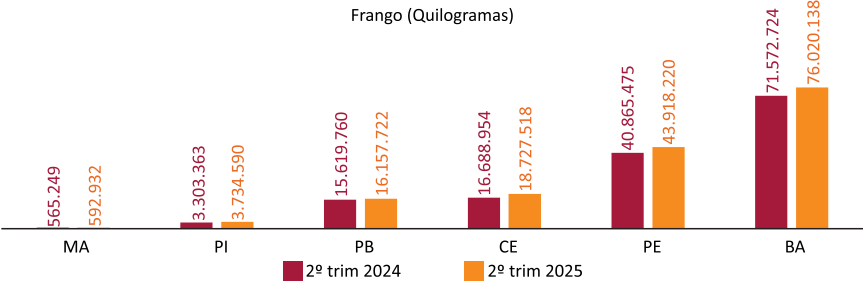
Frangos

No 2º trimestre de 2025, o total de frangos abatidos no País correspondeu a 3,5 milhões de toneladas, ampliação em +2,7%, comparado ao mesmo período do ano anterior. Este fato se deve ao aumento da demanda doméstica. No mercado internacional, no 1º semestre de 2025, as exportações de carne de frango registraram queda de 9,4%, frente ao mesmo período anterior, atingindo 2,2 milhão de toneladas e receita de 4,2 bilhões (Secex/ME). Ainda assim, o Brasil responde por quase 35% das vendas mundiais da carne de frango (USDA).

Para o Nordeste, o cenário apresentou-se favorável no abate de frangos para o 2º trimestre de 2025, com acréscimo no total do peso das carcaças de frango de +7,1%, aumento de 10,5 mil toneladas, frente

ao mesmo período do ano anterior. O quantitativo do peso das carcaças de frangos abatidos chegou em 159,1 mil toneladas, resultado fortemente determinado pelo crescimento do abate de frangos nos estados da Bahia e Pernambuco.

Gráfico 2.3 – Peso das carcaças de frangos- Estados do Nordeste - 2º trimestre de 2024 e 2025



Fonte: IBGE – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, Pesquisa Trimestral do Leite, Pesquisa Trimestral do Couro e Produção de Ovos de Galinha (2025). Elaboração BNB/Etene.

Na Bahia, o maior produtor de frangos da Região, com peso regional em 47,8%, registrou crescimento na produção de frangos em 4,4 mil toneladas no 2º trimestre de 2025 frente ao mesmo trimestre do ano anterior, chegando a produzir 76,0 mil toneladas de frango.

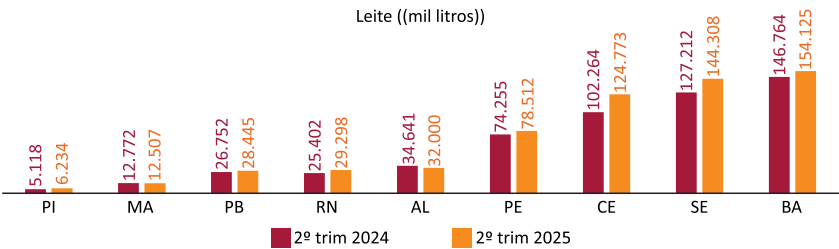
Em Pernambuco, o abate de frango obteve acréscimo de 3,0 mil toneladas, ou seja, crescimento de +13,9% frente ao 2º trimestre de 2024, chegando a produzir 43,9 mil toneladas de frango. Além de permanecer como o segundo maior produtor de carne de frango da Região, produzindo cerca de 27,6% do total do abate de frango.

Produção de Leite

Quanto à produção de leite no País, verificou-se aumento da aquisição tanto para o leite cru (+9,4%) quanto para o industrializado (+9,3%), frente ao 2º trimestre de 2024. A aquisição nacional de leite foi positivamente impactada sobretudo devido à alta procura e valorização do produto no mercado interno.

No Nordeste, que representa 9,4% da produção nacional, foram captados cerca de 610,0 milhões de litros de leite cru no 2º trimestre de 2025. Comparativamente ao mesmo trimestre de 2024, o acréscimo foi de 55,0 milhões de leite cru e de 55,6 milhões de litros de leite industrializado na Região, assim, representando aumento de +9,9% para o leite cru e +10,0% para o leite industrializado.

Gráfico 2.4 – Produção de leite - Estados do Nordeste - 2º trimestre de 2024 e 2025



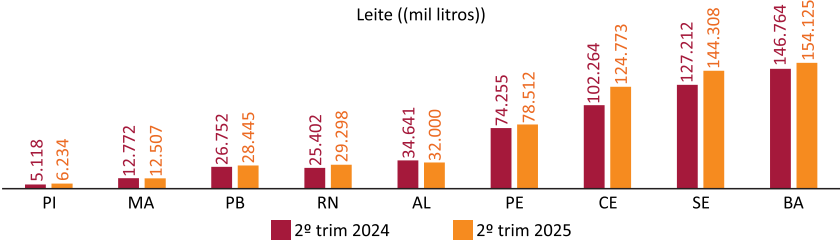
Fonte: IBGE – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, Pesquisa Trimestral do Leite, Pesquisa Trimestral do Couro e Produção de Ovos de Galinha (2025). Elaboração BNB/Etene.

Entre os Estados da Região, se destacam no crescimento na produção de lei cru: Ceará (+22,5 milhões de litros), Sergipe (+17,0 milhões de litros) e Bahia (+7,3 milhões de litros). Em termos de participação do total regional, Bahia permanece como maior produtor regional de leite, com participação de 25,3% da produção regional, seguido por Sergipe (23,6% do peso regional) e Ceará (20,4%).

Produção de Ovos

A produção de ovos de galinha no País foi de 1,24 bilhão de dúzias, no 2º trimestre de 2025. No Nordeste, a produção chegou em 219,7 milhões de dúzias de ovos, crescimento de +8,8% ante ao 2º trimestre do ano anterior, valor superior à média nacional, que foi de +6,2%, no período em análise.

Gráfico 2.5 – Produção de ovos de galinha - Estados do Nordeste - 2º trimestre de 2024 e 2025



Fonte: IBGE – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, Pesquisa Trimestral do Leite, Pesquisa Trimestral do Couro e Produção de Ovos de Galinha (2025). Elaboração BNB/Etene.

Na Região, embora o setor continue sendo impactado pela alta dos custos de produção, a demanda regional por ovos de galinha segue aquecida.

Entre os Estados, Pernambuco (+11,18 milhões de dúzias de ovos) e Rio Grande do Norte (+4,9 milhões de dúzias de ovos) apresentaram significativos acréscimos na produção de ovos de galinha, em relação ao 2º trimestre de 2024. Neste cenário, Pernambuco continua como maior produtor de ovos da Região, com produção de 84,6 milhões de dúzias, cerca de 38,5% da produção regional de ovos de galinha, seguido por Ceará, com produção de 60,1 milhões de dúzias de ovos, cerca de 27,4% da produção regional de ovos de galinha.

3 Produção Industrial

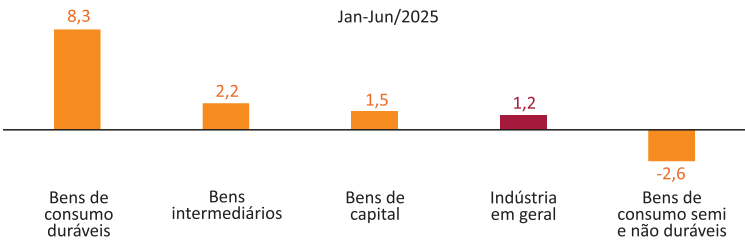
3.1 Atividade Industrial Brasil

A produção industrial ficou relativamente estável (0,1%) em junho de 2025, frente ao mês anterior, após registrar dois meses seguidos de recuo (ambos, -0,6%) em abril e maio de 2025. Conforme ressalta o IBGE, com esse resultado, a indústria se encontra 2,0% acima do nível pré-pandemia (fevereiro de 2020), mas ainda 15,1% abaixo do nível recorde da série histórica, de maio de 2011.

Frente a iguais períodos do ano anterior, observou-se redução de 1,3% em junho de 2025, após avançar 3,3% em maio e recuar 0,5% em abril, quando interrompeu dez meses consecutivos de crescimento na produção. Estes dados propiciaram taxas acumuladas positivas até este momento do ano: 0,5% no segundo trimestre; 1,2% para o primeiro semestre e 2,4% na taxa anualizada encerrada em junho.

A taxa do 1º semestre do ano (1,2%) refletiu o avanço em 3 das 4 grandes categorias econômicas (Gráfico 3.1): bens de consumo duráveis (8,3%), bens intermediários (2,2%), bens de capital (1,5%) e bens de consumo semi e não duráveis (-2,6%). O maior dinamismo dos bens duráveis (8,3%), foi impulsionado pela produção de automóveis (9,2%) e eletrodomésticos de “linha marrom” (8,7%). Cabe destacar o arrefecimento nos bens de capital que passaram de um crescimento de 4,5% no 1º trimestre para uma redução de 1,2% no 2º trimestre do ano. O recuo pode ser explicado pela elevada base de comparação, já que, em 2024, o setor passou de uma redução de 1,6% para um aumento de 12% na passagem de 1ºTri para o 2ºTri e sustentou elevadas taxas ao longo de todo aquele ano. Importante termômetro das expectativas da economia, direcionado à ampliação e modernização da capacidade produtiva nacional, o crescimento deste macrossetor reflete o planejamento para aumentar a oferta produtiva do País, contribuindo para a geração de emprego e renda, mas também para fazer frente a expectativa de demanda, contribuindo para um maior equilíbrio nos preços.

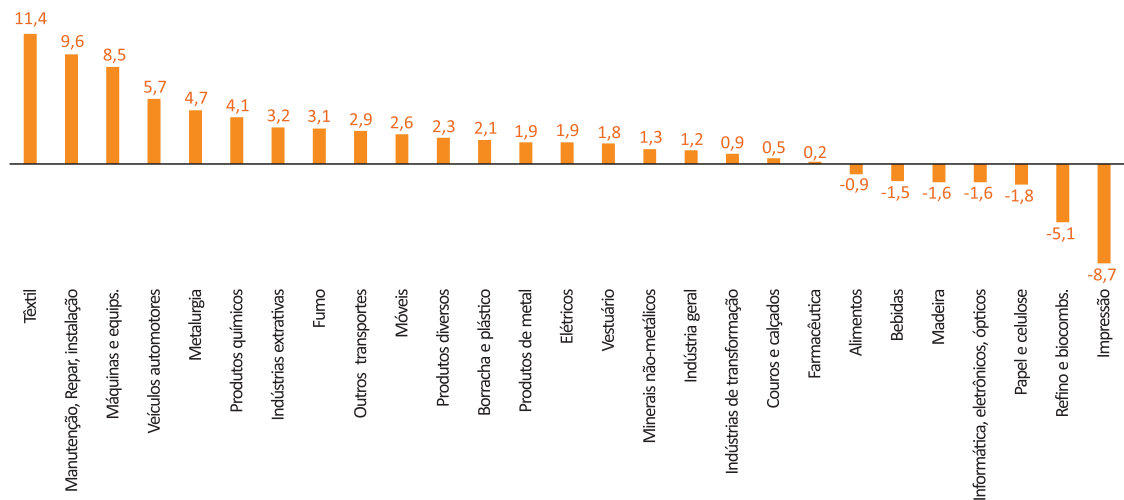
Gráfico 3.1 – Taxa de crescimento da produção industrial, por grandes categorias econômicas (%) – Brasil –Acumulado de Jan-Jun de 2025 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal (2025). Elaborado pelo BNB/Etene.

Quanto ao desempenho dos setores e atividades no acumulado do ano (1,2%), houve crescimento tanto na indústria extrativa (3,2%), quanto na de transformação (0,9%) com disseminação de resultados positivos alcançando 17 de suas 24 atividades (Gráfico 3.2). Destaque para veículos (5,7%), máquinas e equipamentos (8,5%), produtos químicos (4,1%) e metalurgia (4,7%). Dentre os registros negativos, derivados do petróleo e biocombustíveis (-5,1%) exerceu a maior influência na formação da média da indústria, pressionado, principalmente, pela menor produção de álcool etílico e de óleo diesel.

Gráfico 3.2 – Taxa de crescimento da produção industrial, por seções e atividades (%) - Brasil – Acumulado de Jan-Jun de 2025 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal (2025). Elaborado pelo BNB/Etene.

3.2 Análise e perspectiva

A pesquisa Sondagem Industrial da CNI apontou que, em junho de 2025, frente a maio, o setor apresentou redução no número de empregados, mas ampliou a utilização da capacidade instalada (UCI) que passou de 70% para 71%. Neste patamar, ficou 1 p.p. (ponto percentual) acima da registrada em junho de 2024 e 2 p.p. frente a junho de 2023, o que sugere melhor dinamismo neste ano, comparado a anos recentes.

Contudo, aumentou a insatisfação dos empresários quanto às condições financeiras das empresas, que se mostrou mais intensa e disseminada, na passagem do primeiro para o segundo trimestre de 2025. No período, também se aprofundou a insatisfação com o lucro operacional e a dificuldade de acesso ao crédito. Por outro lado, na percepção dos empresários, houve aumento no preço dos insumos e matérias-primas, mas a queda do índice na comparação com o primeiro trimestre de 2025, mostra uma alta de preços menos intensa e disseminada do que no trimestre anterior.

Dentre os problemas enfrentados no segundo trimestre, os mais apontados pelos empresários foram os mesmos do trimestre anterior: altos valores da carga tributária e da taxa de juros e a demanda interna insuficiente. Logo em seguida, apontou-se a falta ou alto custo de trabalhador qualificado. Destaca-se que o percentual de assinalações desse problema vem crescendo consistentemente desde 2020.

Quanto às expectativas dos industriais, salienta-se que, embora parte dos indicadores de expectativa tenham perdido intensidade em julho, todos eles - exportação, número de empregados, demanda e compra de matérias-primas - seguem positivos (acima dos 50 pontos, conforme metodologia da pesquisa), indicando expectativa de aumento para os próximos seis meses. A expectativa arrefecida influenciou o índice de intenção de investimento que ficou relativamente estável em julho, mas se manteve acima da média histórica da série. Além disso, os estoques de produtos acabados da indústria caíram em junho, ficando ainda mais abaixo do patamar planejado pelas empresas, sugerindo a necessidade de recomposição de estoques. Todos estes aspectos, embora com menor intensidade, apontam para a possibilidade de aumento da produção futura, contribuindo para uma expectativa de crescimento ao longo do ano.

Nesta perspectiva, previsões de mercado têm apontado para novo crescimento da indústria em 2025, contudo reduzindo o ritmo observado em 2024 (3,1%). As “Projeções da Macrométrica”, por exemplo, indicam crescimento de 0,55% para a indústria de transformação e de 2,73% para a extrativa no fechamento deste ano. Em relação às 4 grandes categorias econômicas, projetam taxas positivas para bens de consumo duráveis (4,66%) e bens de capital (2,2%), mas recuo para bens de consumo não duráveis (-0,48%) e bens intermediários (-0,2%).

3.3 Atividade Industrial Nordeste

No mês de junho, a indústria do Nordeste superou o desempenho nacional (Tabela 3.1), tanto em relação ao mês anterior (2,8%), quanto em relação a junho de 2024 (4,3%). Estes avanços, contudo, não foram suficientes para acumular desempenhos positivos ao longo do ano: registrou -0,1% no segundo trimestre e -2,1% na taxa semestral. A exceção foi a taxa anualizada que registrou crescimento (1,5%) no Nordeste, mas ainda abaixo da média do País (2,4%).

Tabela 3.1 – Taxa de crescimento da produção industrial (%) – Brasil e Nordeste – Mês de referência: junho de 2025

Locais	Junho 2025/ Maio 2025	Junho 2025/ Junho 2024	Acumulado Janeiro-Junho	Acumulado nos Últimos 12 Meses
Brasil	0,1	-1,3	1,2	2,4
Nordeste	2,8	4,3	-2,1	1,5

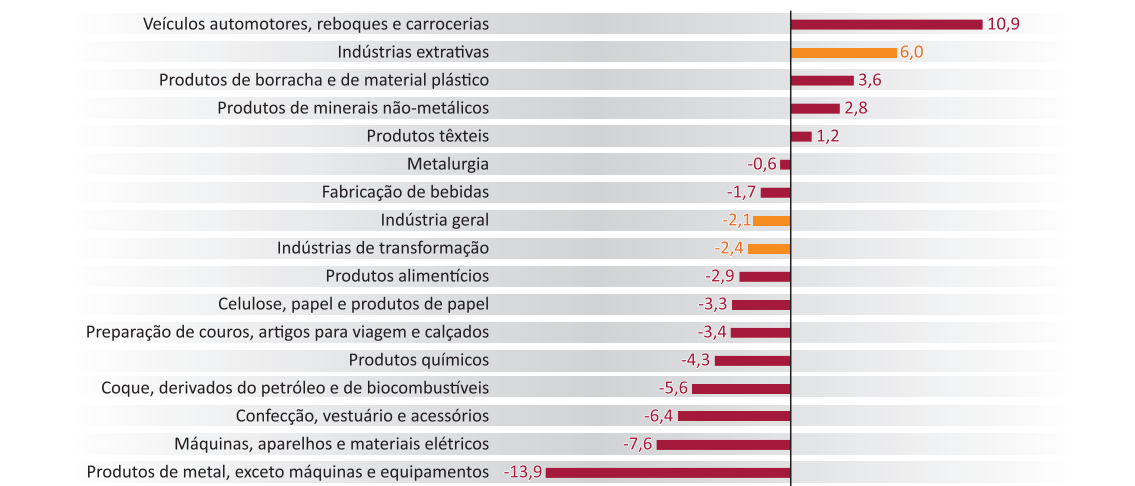
Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal (2025). Elaborado pelo BNB/Etene.

Comparando com a dinâmica exatamente anterior à pandemia (fevereiro de 2020), a defasagem da indústria da Região ainda se mostrou intensa em junho de 2025: produziu 15,5% a menos do que a realizada antes da crise sanitária. Já em âmbito nacional, a produção superou o patamar mencionado, produzindo 2,0% a mais do que o observado em fevereiro de 2020.

Cabe destacar que a maioria dos locais pesquisados pelo IBGE ficaram no positivo no acumulado do ano (10 dos 18 locais divulgados pela pesquisa). Dentre os locais divulgados da Região, apenas a Bahia (0,7%) figurou nesse grupo. O recuo no Nordeste (-2,1%) representou a sétima menor taxa do País e refletiu o baixo dinamismo da maioria de seus estados individuais.

Dentre as seções e atividades regionais (Gráfico 3.3), houve crescimento na indústria extrativa (6,0%), mas disseminação de resultados negativos na indústria de transformação (-2,4%), atingindo 10 das 14 atividades pesquisadas. Contudo, a média (-2,1%) foi fortemente influenciada pelo setor de refino e biocombustíveis (-5,6%), alimentos (-2,9%) e produtos químicos (-4,3%). Por outro lado, a maior influência positiva veio de veículos automotores que teve crescimento expressivo (10,9%).

Gráfico 3.3 – Taxa de crescimento da produção industrial, por seções e atividades (%) – Nordeste – Acumulado janeiro-junho de 2025 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal (2025). Elaborado pelo BNB/Etene.

3.4 Análise e perspectiva

O desempenho do segundo trimestre da indústria do Nordeste, embora ainda desaquecido, pode ser interpretado como um avanço. Ficou próximo à estabilidade (-0,1%) e perdeu intensidade de queda frente ao primeiro trimestre do ano (-4,1%).

Os dados da pesquisa Sondagem Industrial da CNI auxiliam a complementar a percepção sobre a indústria local. Na passagem de maio para junho de 2025, houve redução no número de empregados de forma mais intensa e disseminada do que já vinha acontecendo ao longo do ano. Por outro lado, a utilização da capacidade instalada (UCI) da indústria do Nordeste subiu 2 p.p., de 69% para 71% no mesmo período.

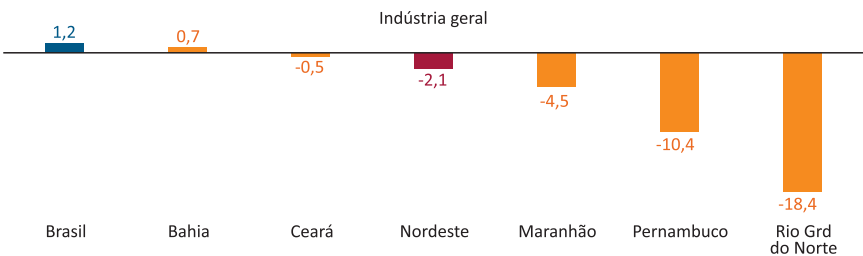
Na avaliação trimestral, os empresários da Região se mantêm insatisfeitos com a situação financeira, com intensidade semelhante à do 1º trimestre do ano. Já a insatisfação com o lucro operacional ficou mais intensa, bem como a dificuldade de acesso ao crédito. Quanto à percepção dos empresários sobre o preço dos insumos e matérias-primas, a queda do índice aponta para uma alta de preços menos intensa e disseminada do que no trimestre anterior.

Para os próximos 6 meses, as expectativas dos empresários do Nordeste continuaram otimistas em julho de 2025 (acima dos 50 pontos), com ganhos de intensidade em praticamente todas os índices avaliados, como em exportação, compras de matérias-prima e de número de empregados. Ficou menos otimista a expectativa de demanda. A intenção de investimento mostrou-se relativamente estável, passando de 62,0 para 61,9 pontos, entre junho e julho, mas ainda bem acima da média da série histórica (54,2 pontos).

3.5 Atividade Industrial nos Estados do Nordeste

No primeiro semestre de 2025, a indústria nacional registrou aumento em 10 dos 18 locais pesquisados pelo IBGE. Dentre os 5 estados do Nordeste divulgados pela pesquisa, apenas Bahia (0,7%) avançou (Gráfico 3.4). Além deste, somente o Ceará (-0,5%) superou a média da Região (-2,1%) que foi puxada por Maranhão (-4,5%), Pernambuco (-10,4%) e Rio Grande do Norte (-18,4%), respectivamente, as três menores taxas do País.

Gráfico 3.4 – Taxa de crescimento da produção industrial (%) – Brasil, Nordeste e estados do Nordeste – Acumulado janeiro-junho de 2025 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal (2025). Elaborado pelo BNB/Etene.

Avaliando o dinamismo das atividades industriais em cada estado, cabe destacar que, assim como na média regional, o desempenho do setor de refino e biocombustível teve papel crucial nos resultados estaduais, seja positivo, seja negativamente.

O Ceará (-0,5%) vem chamando atenção pelas variações setoriais intensas (Tabela 2). No semestre, além de refino e biocombustível (-16,8%), foi principalmente impactado por máquinas e aparelhos elétricos (-38,9%) e vestuário (-10,9%). Estes foram relativamente compensados pelos avanços em produtos químicos (58,2%) e metalurgia (27,8%).

A indústria de Pernambuco recuou no primeiro semestre (-10,4%) com disseminação de resultados negativos. Com dados divulgados apenas para a indústria de transformação (-10,4%), teve 8 de suas 12 atividades pesquisadas atingidas (Tabela 3.2), porém seu resultado foi fortemente impactado pela redução

em refino e biocombustíveis (-41,5%). Por outro lado, cabe destacar o desempenho positivo do setor de veículos automotores que cresceu 10,1% e representou a principal influência positiva no acumulado do ano.

Tabela 3.2 – Taxa de crescimento da produção industrial, por seções e atividades – Brasil, Nordeste e Estados da área de atuação do BNB – Acumulado de janeiro-junho de 2025 (Base: igual período do ano anterior)

	Brasil	Nordeste	Maranhão	Ceará	Rio Grd do Norte	Pernambuco	Bahia
Indústria geral	1,2	-2,1	-4,5	-0,5	-18,4	-10,4	0,7
Indústrias extrativas	3,2	6,0	-26,3	-	12,5	-	-9,1
Indústrias de transformação	0,9	-2,4	-2,3	-0,5	-20,1	-10,4	1,2
Produtos alimentícios	-0,9	-2,9	0,2	2,1	5,9	-1,0	-4,2
Bebidas	-1,5	-1,7	-7,9	-1,7	-	3,2	-1,0
Produção de fumo	3,1	-	-	-	-	-	-
Produtos têxteis	11,4	1,2	-	-1,2	-	-	-
Confeção de vestuário e acessórios	1,8	-6,4	-	-10,9	6,9	-	-
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	0,5	-3,4	-	3,4	-	-	-7,9
Celulose, papel e produtos de papel	-1,6	-3,3	-6,0	-	-	2,6	-2,7
Coque, derivados do petróleo e de biocombustíveis	-1,8	-5,6	-	-16,8	-27,1	-41,5	7,6
Produtos químicos	-8,7	-4,3	-	58,2	-	-10,6	-7,8
Produtos de borracha e de material plástico	-5,1	3,6	-	-	-	-3,6	-2,5
Produtos de minerais não metálicos	4,1	2,8	-0,5	2,7	-	-3,7	7,3
Metalurgia	0,2	-0,6	-0,5	27,8	-	-7,4	2,8
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	2,1	-13,9	-	-1,9	-	-20,5	-
Máquinas, aparelhos, materiais elétricos	1,3	-7,6	-	-38,9	-	12,0	26,7
Máquinas e equipamentos	4,7	-	-	-	-	-	-
Veículos automotores, reboques e carrocerias	1,9	10,9	-	-	-	10,1	-
Outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	-1,6	-	-	-	-	-46,0	-

Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal (2025). Elaborado pelo BNB/Etene.

Por outro lado, o setor de refino e biocombustível foi também o principal impulsionador do único resultado positivo da Região, no acumulado do ano (Tabela 2). A indústria da Bahia (0,7%) avançou graças ao desempenho positivo desse setor (7,6%), já que registrou taxa negativa em importantes segmentos de sua estrutura produtiva: produtos químicos (-7,8%), alimentos (-4,2%) e indústria extrativa (-9,1%).

Na indústria do Rio Grande do Norte (-18,4%), o segmento de derivados do petróleo (-27,1%) foi também o principal responsável pela retração, já que registrou crescimento em todas as demais atividades no semestre (Tabela 2): Indústria extrativa (12,5%), alimentos (5,9%) e confecção (6,9%).

A indústria do Maranhão (-4,5%) apresentou redução em praticamente todas as suas atividades, a única exceção foi na produção de alimentos (0,2%). Os recuos foram intensos na indústria extrativa (-26,3%), papel e celulose (-6,0%) e bebidas (-7,9%).

3.6 Análise e perspectiva

Estes dados sugerem, portanto, que no resultado acumulado até junho de 2025, a indústria do Nordeste tem sido influenciada, em grande medida, pelo desempenho da atividade de refino e biocombustível. Esta se mostra determinante tanto nos resultados positivos, como na Bahia, quanto nos negativos: Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará. Adicionalmente observa-se que a indústria do Nordeste e de seus estados não têm conseguido imprimir um ritmo necessário, capaz de proporcionar maior dinamismo ao setor, o qual registra relativa defasagem. É importante chamar atenção para o fato de que a indústria em geral da Região está muito aquém do seu potencial - sua produção em junho de 2025 foi 15,5% menor do que a realizada em fevereiro de 2020 (anterior à pandemia). Nesta avaliação, apenas Pernambuco se destaca

positivamente, produzindo 4,5% a mais, enquanto este percentual foi de -7,6% no Ceará, e -18,7% na Bahia. Na mesma comparação, a média do País foi 2,0% superior.

Previsões para o desempenho industrial, ao longo de 2025, refletem uma expectativa de baixo dinamismo, alinhada aos dados apresentados até o momento. Projeções da Macrométrica, disponíveis para alguns desses estados indicam crescimento, em 2025, apenas para a Bahia (0,90%), enquanto Ceará (-0,59%) e Pernambuco (-4,99%) devem recuar.

4 Setor de Serviços

O volume de serviços no Brasil registrou crescimento de 2,5% na comparação do acumulado do 1º semestre de 2025 com o mesmo período do ano anterior. O resultado foi divulgado pelo IBGE por meio da Pesquisa Mensal de Serviços.

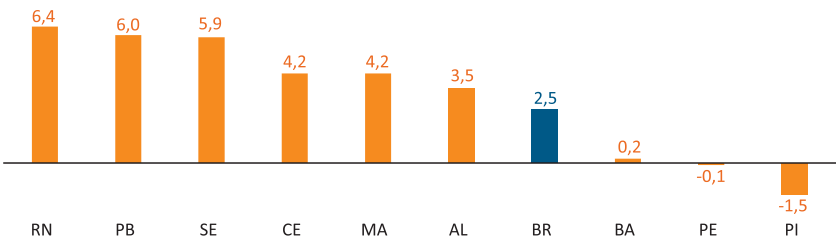
O resultado foi influenciado pelo crescimento verificado em todos os grupos pesquisados, são eles: Serviços prestados às famílias (+1,9%), Serviços de informação e comunicação (+6,2%), Serviços profissionais, administrativos e complementares (+2,3%), Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (+1,7%), com exceção de Outros serviços que teve resultado negativo (-2,2%) na mesma comparação.

Em relação às subatividades (Tabela 1), a maioria das atividades registrou variação nacional positiva, com exceção de Outros serviços prestados às famílias (-1,8%) e Transporte terrestre (-1,8%).

4.1 Volume de Serviços na área de atuação do Banco do Nordeste

Na análise estadual, registrou-se crescimento acima do resultado nacional (+2,5%) em seis dos estados da área de atuação do Banco do Nordeste, a saber: Rio Grande do Norte (+6,4%), Paraíba (+6,0%), Sergipe (+5,9%), Ceará (4,2%), Maranhão (+4,2%) e Alagoas (+3,5%). Ainda com resultados positivos tem-se Bahia (+0,2%). Os estados com resultado negativo, sob a mesma comparação, foram: Pernambuco (-0,1%) e Piauí (-1,5%) (Gráfico 4.1).

Gráfico 4.1 – Variação (%) do volume de serviços – Brasil e Estados selecionados – Acumulado 1º Semestre 2025/2024



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Serviços (2025). Elaboração BNB/Etene.

O IBGE analisa o desempenho das atividades apenas em três, dentre os nove estados pertencentes à área de atuação do BNB, onde os destaques positivos foram verificados em Outros Serviços no Ceará (+18,9%) e na Bahia com (+11,4%) de crescimento (Tabela 4.1).

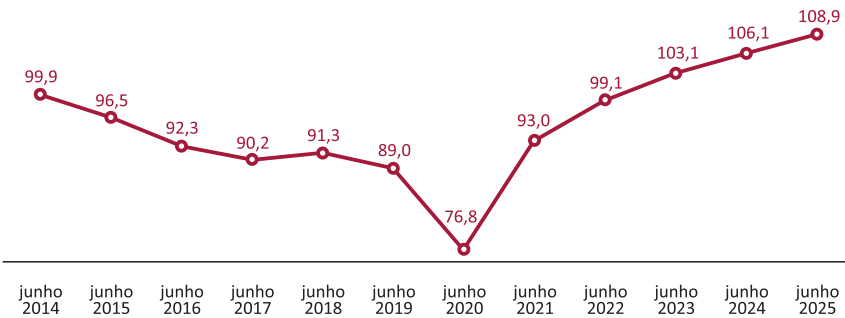
Tabela 4.1 - Variação (%) do volume de serviços, atividades e subatividades – Brasil e Estados selecionados ⁽¹⁾

Atividades e Subatividades *	Brasil	Ceará	Pernambuco	Bahia
Serviços prestados às famílias	1,9	5,6	-2,9	1,3
Serviços de alojamento e alimentação	2,5	-	-	-
Outros serviços prestados às famílias	-1,8	-	-	-
Serviços de informação e comunicação	6,2	3,1	0,0	0,3
Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)	6,7	-	-	-
Telecomunicações	1,2	-	-	-
Serviços de Tecnologia da Informação	12,7	-	-	-
Serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias	2,0	-	-	-
Serviços profissionais, administrativos e complementares	2,3	-2,3	-4,2	3,6
Serviços técnico-profissionais	2,1	-	-	-
Serviços administrativos e complementares	2,4	-	-	-
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	1,7	8,0	3,5	-2,8
Transporte terrestre	-1,8	-	-	-
Transporte aquaviário	3,6	-	-	-
Transporte aéreo	21,2	-	-	-
Armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio	2,9	-	-	-
Outros serviços	-2,2	18,9	-1,3	11,4
Total	2,5	4,2	-0,1	0,2

Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Serviços (2025). Elaboração BNB/Etene. Notas (1): Variação % do acumulado 1º Semestre de 2025/2024. O IBGE não divulga as variações do volume de serviços para as subatividades estaduais.

Conforme o Gráfico 4.2, o Setor de Serviços apresenta crescimento desde 2020 com o pico da série em 2025, mas com perda de força comparado com 2021 e 2022 (Gráfico 4.2). A tendência mostra crescimento mais suave com preocupações sobre o cenário internacional e indicadores econômicos nacionais a exemplo da inflação, que fez com que o Banco central elevasse a taxa básica de juros.

Gráfico 4.2 – Índice do Volume de Serviços – Brasil – Março 2014 a 2025 (2022=100).



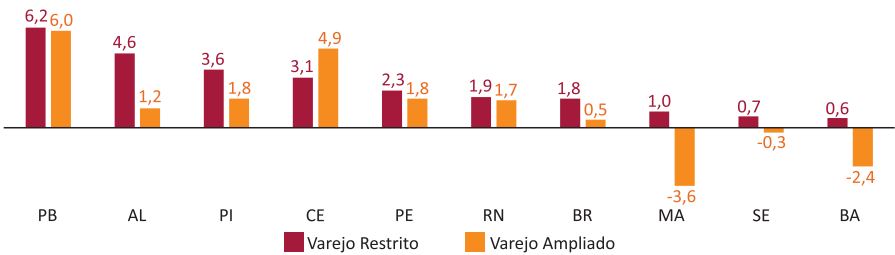
Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Serviços (2025). Elaboração BNB/Etene.

O setor continua com níveis acima do período pré e pós-pandemia, demonstrando que o efeito desta já foi diluído no tempo.

5 Varejo

O volume de vendas do Comércio Varejista restrito no Brasil cresceu 1,8% no acumulado do primeiro semestre de 2025 na comparação com o mesmo período do ano anterior, segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No Comércio Varejista Ampliado que, além das atividades do varejo restrito, inclui as atividades de Veículos, motos, partes e peças, Material de construção e Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo, o volume de vendas apresentou crescimento de 0,5% na mesma comparação (Gráfico 5.1).

Gráfico 5.1 – Variação (%) do volume de varejo restrito e ampliado – Brasil e Área de Atuação do Banco do Nordeste – 1º Semestre 2025/2024



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio (2025). Elaboração BNB/Etene.

Dentre os grupos de atividades pesquisadas e analisadas para o Brasil, os maiores crescimentos foram verificados em eletrodomésticos (+6,2%) e tecidos, vestuários e calçados (+5,5%) (Tabela 5.1).

Tabela 5.1 – Variação (%) do volume de vendas do comércio e atividades - Brasil e Estados selecionados - 1º Semestre de 2025/2024

Comércio e atividades	Brasil	Ceará	Pernam-buco	Bahia
Comércio varejista	1,8	3,1	2,3	0,6
Combustíveis e lubrificantes	0,1	5,3	-3,0	-1,4
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	1,4	0,4	2,6	0,6
Hipermercados e supermercados	1,8	1,1	2,3	1,4
Tecidos, vestuário e calçados	5,5	7,7	1,6	1,0
Móveis e eletrodomésticos	4,0	-1,5	12,0	2,0
Móveis	-3,4	-0,4	8,7	-2,2
Eletrodomésticos	6,2	-0,6	13,1	6,4
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	3,4	9,5	-0,4	6,9
Livros, jornais, revistas e papelaria	-2,7	0,1	-0,8	-20,3
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-0,7	-6,5	-10,8	-24,0
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	2,1	8,6	5,6	-1,1
Comércio varejista ampliado	0,5	4,9	1,8	-2,4
Veículos, motocicletas, partes e peças	-0,8	4,7	-2,5	7,9
Material de construção	2,7	10,9	2,4	-3,1
Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo	-6,5	8,9	6,7	-23,1

Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio (2025). Elaboração BNB/Etene.

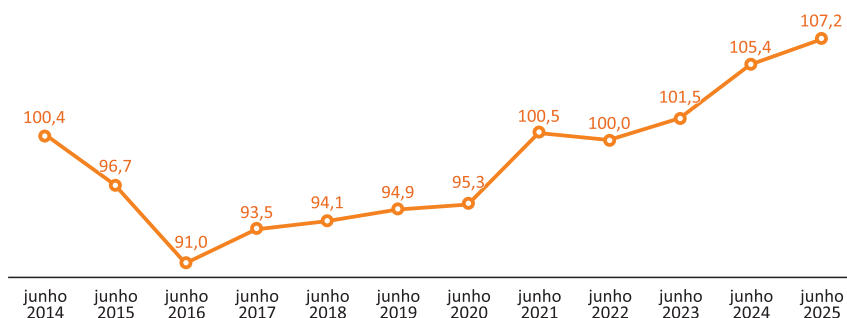
Considerando os estados pertencentes ao Nordeste, as seguintes unidades registraram crescimento no volume de vendas no comércio varejista restrito no primeiro trimestre de 2025 na comparação com o mesmo período do ano anterior: Paraíba (+6,2%), Alagoas (+4,6%), Piauí (+3,6%), Ceará (+3,1%), Pernambuco (+2,3%), Rio Grande do Norte (+1,9%), Maranhão (+1,0%), Sergipe (+0,7%) e Bahia (+0,6%).

Dentre os três estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste no qual são analisadas as atividades, os destaques positivos foram em Eletrodomésticos (+13,1%) em Pernambuco e Material de construção no Ceará (+10,9%). Os destaques negativos foram Livros, jornais, revistas e papelaria na Bahia (-20,3%), Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação na Bahia (-24,0%) e em Pernambuco (-10,8%) e Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo na Bahia (-23,1%).

A última atualização da Pesquisa Mensal do Comércio ocorreu em 2017 tendo como referência a pesquisa Anual do Comércio de 2014. Na ocasião, segundo o IBGE, foram selecionadas 6157 empresas. Nos anos seguintes foram identificadas necessidades por novas informações decorrentes de mudanças na economia e defasagem das bases amostrais. No setor de comércio, foi identificada pelo Instituto a necessidade de ampliação do âmbito da pesquisa para englobar informações referentes ao segmento de Atacado de produtos alimentícios, bebidas e fumo, os atacarejos. Até então não eram investigadas as receitas dos supermercados classificados como comércio atacadista e uma parte importante de vendas nesse segmento não era identificada.

O comércio varejista com o resultado índice de 107,2 em junho de 2025, abre o terceiro ano consecutivo com ganhos e desempenho superior a 2021, pós-pandemia (Gráfico 5.2). Na análise da série histórica do número índice de junho (2014-2025), o ano de 2025 continua com trajetória ascendente e com nível superior desde a queda da presente série registrada em 2022. Tal situação é resultado de um crescimento sustentado considerando que 2023 foi o ano com completa reabertura da economia e suspensão quase que total das barreiras sanitárias devido à pandemia da Covid-19. Em 2024, o crescimento foi sustentando pelo aumento do crédito, da renda e altos níveis de emprego.

Gráfico 5.2 – Variação (%) acumulada do volume de vendas do Comércio Varejista - Brasil – Número índice junho 2014 a 2025



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio (2025). Elaboração BNB/Etene.

Observa-se uma mudança de foco de consumo nos últimos meses que passa de um cenário de orçamento mais restrito, concentrado em produtos básicos, para um momento com mais espaço para que haja consumo de outros tipos de produtos. Tal cenário em 2024 teve relação com o aumento do crédito, assim como crescimento da massa de rendimento real e da população ocupada. Com o aumento dos juros e da inflação, esses fatores parecem não ser moderadores do crescimento em 2025.

6 Turismo

O setor de turismo internacional registrou incremento de aproximadamente de 5% no primeiro semestre de 2025, ante mesmo período de 2024, segundo dados divulgados pela Organização Mundial do Turismo (UNWTO). Foram cerca de 690 milhões de turistas que viajaram para o exterior, incremento de 33 milhões de turistas, no período. Esse resultado mostra a resiliência do setor mesmo diante dos desafios econômicos e geopolíticos globais.

No Brasil, o turismo internacional registrou recorde no primeiro semestre de 2025, com crescimento de 12,9% na receita cambial, que somou US\$ 4,19 bilhões (Tabela 6.1), segundo dados do Banco Central do Brasil (BCB).

Tabela 6.1 – Brasil - Receitas turísticas nominais mensais (em milhões de dólares) – 2024 e 2025

Mês	Ano	
	2024	2025
Janeiro	800,6	805,0
Fevereiro	673,2	823,1
Março	591,7	772,6
Abril	619,6	693,3
Maio	522,8	553,2
Junho	500,3	539,3
Julho	614,7	-
Agosto	555,2	-
Setembro	530,3	-
Outubro	595,9	-
Novembro	615,7	-
Dezembro	720,8	-

Fonte: Embratur (2025). Disponível em: <https://embratur.com.br/para-o-trader/inteligencia-de-dados/paineis-de-dados/receitas-turisticas/>. Acesso em: 14 ago. 2025. Elaboração: BNB/Etene/CGIE.

Nesse período, o País recebeu 5.332.111 turistas estrangeiros (Tabela 6.2), aumento de 48,2%, frente mesmo período de 2024. Dentre os principais países emissores de turistas para o Brasil, a Argentina respondeu por 43,6% (2.323.891 visitantes) do total, no semestre, seguida por Chile, com 8,3% (442.993) e Estados Unidos, 7,7% (410.189).

Tabela 6.2 – Chegadas internacionais de turistas - Brasil e Estados – Jan – jun/2025

Unidade Territorial (portão de entrada)	Acumulado no ano		Variação (%)
	jan-jun/2024	jan-jun/2025	
Brasil	3.597.239	5.332.111	48,2
Alagoas	...	10.186	-
Bahia	61.669	99.958	62,1
Ceará	31.044	44.164	42,3
Maranhão	...	28	-
Paraíba	...	157	-
Pernambuco	27.603	41.709	51,1
Rio Grande do Norte	11.140	15.573	39,8

Fonte: Embratur (2025). Disponível em: <https://embratur.com.br/para-o-trader/inteligencia-de-dados/paineis-de-dados/chegadas-internacionais/>. Acesso em: 14 ago. 2025. Elaboração: BNB/ETENE/CGIE. Nota: (...) Dados não disponibilizados.

No Nordeste, a Bahia é o principal portão de entrada na Região com a chegada de 99.958 turistas estrangeiros (Tabela 6.2), registrando aumento de 62,1%, no período em análise. Vale destacar, também, o crescimento apresentado pelos estados de Pernambuco (+51,1%), Ceará (+42,3%) e Rio Grande do Norte (+39,8%).

Segundo dados divulgados pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), o desembarque de turistas internacionais e domésticos nos aeroportos brasileiros alcançou 54,86 milhões de passageiros, crescimento de 9,4% no período em análise (Tabela 6.3).

A movimentação doméstica representou 87,6% do total (48,04 milhões de passageiros), registrando crescimento de 8,6% no período de janeiro a junho/2025 ante janeiro a junho/2024. A região Sudeste respondeu por 51,3% (24,63 milhões de passageiros) deste total, apresentando crescimento de 9,6% no fluxo de passageiros domésticos.

Tabela 6.3 – Desembarque de passageiros em aeroportos, por natureza - Brasil e Regiões - Jan-jun/2025/2024

Unidade Territorial (aeroporto de destino)	Doméstico			Internacional			Total		
	jan-jun/2024	jan-jun/2025	Variação (%)	jan-jun/2024	jan-jun/2025	Variação (%)	jan-jun/2024	jan-jun/2025	Variação (%)
Brasil	44.229.807	48.042.593	8,6	5.897.565	6.819.487	15,6	50.127.372	54.862.080	9,4
Centro-oeste	5.306.586	5.745.696	8,3	155.552	212.825	36,8	5.462.138	5.958.521	9,1
Nordeste	8.796.553	9.151.157	4,0	290.522	384.939	32,5	9.087.075	9.536.096	4,9
Norte	2.444.762	2.623.884	7,3	80.050	78.593	-1,8	2.524.812	2.702.477	7,0
Sudeste	22.475.161	24.630.485	9,6	5.032.618	5.666.180	12,6	27.507.779	30.296.665	10,1
Sul	5.206.745	5.891.371	13,1	338.823	476.950	40,8	5.545.568	6.368.321	14,8

Fonte: ANAC (2025). Disponível em: <https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/dados-e-estatisticas/dados-estatisticos/dados-estatisticos>. Acesso em: 14 ago. 2025. Elaboração: BNB/ETENE/CGIE.
Nota: Os dados de desembarques de passageiros internacionais incluem residentes e não-residentes no Brasil e conexões.

No Nordeste, o desembarque doméstico de passageiros alcançou 19,1% do total do País (9,15 milhões), aumento de 4,0%, nesse período (Tabela 6.4). Bahia (27,9%), Pernambuco (26,3%) e Ceará (16,0%) responderam por 70,2% deste total. O estado de Alagoas apresentou a maior variação positiva no número de desembarques domésticos (+13,7%), seguido de Sergipe (+9,5%), Maranhão (+8,8%), Paraíba (+8,5%) e Ceará (+6,5%). Por outro lado, o estado do Piauí apresentou redução (-2,2%).

Tabela 6.4 – Desembarque de passageiros em aeroportos, por natureza - Nordeste e Estados -Jan-jun/2025/2024

"Unidade Territorial (aeroporto de destino)"	Doméstico			Internacional			Total		
	jan-jun/2024	jan-jun/2025	Variação (%)	jan-jun/2024	jan-jun/2025	Variação (%)	jan-jun/2024	jan-jun/2025	Variação (%)
Nordeste	8.796.553	9.151.157	4,0	290.522	384.939	32,5	9.087.075	9.536.096	4,9
Alagoas	594.064	675.156	13,7	9.870	13.179	33,5	603.934	688.335	14,0
Bahia	2.481.541	2.551.125	2,8	96.614	137.942	42,8	2.578.155	2.689.067	4,3
Ceará	1.370.695	1.460.400	6,5	88.957	104.937	18,0	1.459.652	1.565.337	7,2
Maranhão	441.472	480.437	8,8	0	0	-	441.472	480.437	8,8
Paraíba	433.549	470.227	8,5	117	326	178,6	433.666	470.553	8,5
Pernambuco	2.394.210	2.407.627	0,6	73.334	104.659	42,7	2.467.544	2.512.286	1,8
Piauí	263.942	258.168	-2,2			-	263.942	258.168	-2,2
Rio Grande do Norte	530.585	534.394	0,7	21.630	23.896	10,5	552.215	558.290	1,1
Sergipe	286.495	313.623	9,5			-	286.495	313.623	9,5

Fonte: ANAC. Disponível em: <https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/dados-e-estatisticas/dados-estatisticos/dados-estatisticos>. Acesso em: 14 ago. 2025. Elaboração: BNB/ETENE/CGIE.
Notas: ¹(...) Estado não recebeu voo internacional. ² Os dados de desembarques de passageiros internacionais incluem residentes e não-residentes no Brasil e conexões.

Em relação aos voos internacionais com destino ao Brasil, o desembarque de passageiros totalizou 6.819.487, no 1º semestre de 2025, acréscimo de 15,6%, ante 1º semestre de 2024.

Os aeroportos da Região Nordeste apresentaram crescimento mais expressivo de 32,5%, com a chegada de 384.939 passageiros desembarcados de voos internacionais. Deste total, Bahia (35,8%), Ceará (27,3%) e Pernambuco (27,2%) responderam por 90,3%, registrando crescimento de 42,8%, 18,0% e 42,7%, respectivamente.

O setor turismo também pode ser analisado pelo volume das atividades turísticas, medido pelo Índice de Atividades Turísticas (IATUR), divulgado na Pesquisa Mensal de Serviços realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em junho de 2025 ante junho de 2024, o índice de atividades turísticas no Brasil cresceu 4,1%. Entretanto, apresentou variação negativa de 0,9%, no comparativo junho frente a maio de 2025 (Tabela 6.5).

Tabela 6.5 – Indicadores de volume das atividades turísticas - Brasil e Estados – Jan-jun/2025 - Variação (%)

Unidade Territorial	Mês/mês anterior 1			Mês/mesmo mês do ano anterior			Acumulado no ano 2		
	abr/2025	mai/2025	jun/2025	abr/2025	mai/2025	jun/2025	abr/2025	mai/2025	jun/2025
Brasil	3,2	-0,4	-0,9	9,2	10,1	4,1	6,4	7,1	6,6
Alagoas	5,8	-8,7	-1,4	9,6	-0,1	-5,1	1,1	0,9	0,0
Bahia	-0,9	-1,8	-0,4	15,1	12,3	1,9	10,2	10,6	9,3
Ceará	2,2	-0,6	-0,1	11,6	10,7	5,7	8,2	8,7	8,2
Pernambuco	3,8	-3,3	0,9	8,6	3,0	2,7	2,6	2,6	2,7
Rio Grande do Norte	-2,2	-0,8	-0,8	6,7	5,4	2,9	7,2	6,9	6,3
Espírito Santo	1,5	1,6	-3,2	5,5	6,8	-2,3	8,5	8,2	6,3
Minas Gerais	-1,4	0,3	-4,2	-3,2	-1,7	-7,6	-0,2	-0,5	-1,8

Fonte: IBGE/PMS. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/8694>. Acesso em: 14 ago. 2025. Elaboração: BNB/ETENE/CGIE.
Notas: ¹ com ajuste sazonal; ² em relação ao mesmo período do ano anterior; ³ em relação ao período anterior de 12 meses.
Observação: O Índice de Atividades Turísticas – IATUR é construído através do agrupamento das seguintes atividades: Alojamento e alimentação; Serviços culturais, desportivos, de recreação e lazer; Locação de automóveis sem condutor; Agências de viagens e operadoras turísticas; Transportes turísticos (Transporte rodoviário de passageiros em linhas regulares intermunicipais, interestaduais e internacionais; Trens turísticos, teleféricos e similares; Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares; Outros transportes aquaviários e Transporte aéreo de passageiros).

No acumulado até junho/2025, o volume das atividades turísticas do País aumentou 6,6%, relativamente ao acumulado até junho de 2024. Segundo o IBGE, esse resultado foi impulsionado, principalmente, pelo aumento na receita obtida por empresas dos ramos de transporte aéreo de passageiros; serviços de reservas relacionados a hospedagens; restaurantes; e hotéis.

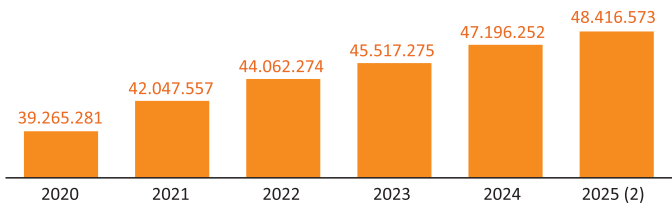
Nos estados pesquisados pelo IBGE da Região Nordeste, Bahia (+9,3%), Ceará (+8,2%), Rio Grande do Norte (+6,3%) e Pernambuco (+2,7%) apresentaram taxas positivas, no primeiro semestre deste ano relativamente ao primeiro semestre do ano passado.

7 Mercado de trabalho formal - Brasil e Nordeste

De acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), os principais indicadores do mercado de trabalho formal vêm paulatinamente mostrando recuperação e estabilidade no País e em todas as cinco regiões brasileiras no período a partir de 2021, como também no decorrer de todo o ano de 2025.

O Gráfico 7.1 traz um conjunto de dados referente ao estoque de emprego formal, revelando um padrão de crescimento mais vigoroso do mercado de trabalho a partir do ano de 2021. No atual cenário, ano de 2025, até então, está sendo marcado com a expansão expressiva do mercado de trabalho.

Gráfico 7.1 – Brasil: Evolução do Estoque de emprego¹ - 2020 a 2025⁽²⁾



Fonte: Caged (2025). Elaboração BNB/Etene. Nota (1): A variável estoque de emprego pode sofrer ajustes conforme atualização de dados pelo Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE); (2) Dados disponíveis até junho de 2025.

Quanto à movimentação do emprego no País, as contratações superaram as demissões, gerando saldo de emprego em +1.220.321 novos postos de trabalho, no 1º semestre de 2025. Este resultado foi obtido da movimentação de 13.943.010 admissões e dos 12.722.689 desligamentos, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Assim, o nível de emprego celetista no Brasil contabilizou 44,1 milhões de vínculos celetistas ativos, no fim de junho de 2025. Desta forma, o nível de emprego obteve expansão de +2,59%.

Regionalmente, nota-se que a expansão do número de novos postos de trabalho formal vem ocorrendo de forma generalizada, abrangendo todas as regiões do País. No primeiro semestre de 2025, o Sudeste (+575.691) e Sul (+250.102) foram as regiões com maior saldo de empregos. Neste período, o Nordeste configura a terceira região que mais emprega. Vale enfatizar que o Nordeste se estabelece como a segunda região brasileira que mais gerou empregos no ano de 2024.

Tabela 7.1 – Brasil e Regiões: Evolução do saldo de emprego – 2020 a 2025⁽¹⁾

Brasil e Regiões	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Norte	52.416	165.522	118.562	106.779	113.133	68.961
Nordeste	-13.408	505.282	379.441	293.452	327.405	165.845
Sudeste	-276.979	1.326.858	978.200	707.281	771.417	575.691
Sul	24.977	491.200	309.106	195.942	297.696	250.102
Centro-Oeste	17.767	281.744	230.868	152.337	136.095	159.327
Não identificado	5.668	11.670	-1.460	-790	33.231	395
Brasil	-189.559	2.782.276	2.014.717	1.455.001	1.678.977	1.220.321

Fonte: Caged (2025). Elaboração BNB/Etene. (1) Nota: Dados disponíveis até junho de 2025.

Desta forma, Sudeste e Sul foram responsáveis por 47,2% e 20,3% do saldo de empregos gerados no País no 1º semestre de 2025, nesta ordem. A Região Nordeste obteve participação de 13,6% do total do saldo de empregos gerados no País, seguido pelo Centro-Oeste (13,1%) e Norte (5,7%).

Tabela 7.2 – Brasil: Movimentação do emprego, por Grande Região e Estados – 1º semestre de 2025

Brasil / Regiões / Unidades Federativas	Admitidos (a)	Desligados (b)	Saldo de empregos		Estoque de Empregos		
			Total (a-b)	Participação no Brasil (%)	Total	Variação Relativa (%) ⁽¹⁾	Participação no Brasil (%)
Norte	671.422	602.461	68.961	5,7%	2.449.269	2,90	5,5%
Rondônia	90.810	82.917	7.893	0,6%	302.575	2,68	0,7%
Acre	30.692	26.905	3.787	0,3%	114.326	3,43	0,3%
Amazonas	160.741	146.163	14.578	1,2%	565.291	2,65	1,3%
Roraima	25.970	23.193	2.777	0,2%	85.418	3,36	0,2%
Pará	260.659	234.928	25.731	2,1%	1.013.376	2,61	2,3%
Amapá	27.509	22.645	4.864	0,4%	100.320	5,10	0,2%
Tocantins	75.041	65.710	9.331	0,8%	267.963	3,61	0,6%
Nordeste	1.895.548	1.729.703	165.845	13,6%	8.109.784	2,09	18,4%
Maranhão	148.961	129.033	19.928	1,6%	678.889	3,02	1,5%
Piauí	86.383	73.197	13.186	1,1%	374.836	3,65	0,8%
Ceará	334.415	308.634	25.781	2,1%	1.434.471	1,83	3,2%
Rio Grande do Norte	131.247	124.651	6.596	0,5%	542.669	1,23	1,2%
Paraíba	132.556	123.416	9.140	0,7%	524.021	1,78	1,2%
Pernambuco	343.550	317.838	25.712	2,1%	1.542.593	1,70	3,5%
Alagoas	99.174	107.910	-8.736	-	457.595	-1,87	1,0%
Sergipe	79.115	72.828	6.287	0,5%	348.943	1,83	0,8%
Bahia	540.147	472.196	67.951	5,6%	2.205.767	3,18	5,0%
Sudeste	7.077.435	6.501.744	575.691	47,2%	24.593.517	2,40	55,7%
Minas Gerais	1.512.609	1.364.459	148.150	12,1%	5.058.299	3,02	11,4%
Espírito Santo	307.929	287.439	20.490	1,7%	929.890	2,25	2,1%
Rio de Janeiro	877.617	818.040	59.577	4,9%	3.941.318	1,53	8,9%
São Paulo	4.379.280	4.031.806	347.474	28,5%	14.664.010	2,43	33,2%
Sul	2.913.163	2.663.061	250.102	20,5%	8.871.776	2,90	20,1%
Paraná	1.087.665	993.457	94.208	7,7%	3.313.154	2,93	7,5%
Santa Catarina	934.698	854.405	80.293	6,6%	2.648.937	3,13	6,0%
Rio Grande do Sul	890.800	815.199	75.601	6,2%	2.909.685	2,67	6,6%
Centro-Oeste	1.383.456	1.224.129	159.327	13,1%	159.327	3,79	0,4%
Mato Grosso do Sul	225.225	201.485	23.740	1,9%	23.740	3,54	0,1%
Mato Grosso	361.478	319.485	41.993	3,4%	41.993	4,45	0,1%
Goiás	548.723	484.901	63.822	5,2%	63.822	4,05	0,1%
Distrito Federal	248.030	218.258	29.772	2,4%	29.772	2,95	0,1%
Não identificado	1.986	1.591	395	0,0%	395	1,18	0,0%
Brasil	13.943.010	12.722.689	1.220.321	100,0%	44.184.068	2,59	100,0%

Fonte: Caged (2025). Elaboração BNB/Etene. Nota 1: variação em relação mês de dezembro de 2024.

Quanto ao estoque de emprego, todas as regiões apresentaram crescimento no decorrer do ano. Neste período, o Nordeste computou 8.109.784 vínculos ativos, configurando como a terceira região com maior estoque de empregos formais, com participação de 18,4% do estoque de emprego do País, ficando atrás apenas do Sudeste (24.593.517 vínculos ativos), com 55,7% do estoque de empregos nacional e do Sul (8.871.7764 vínculos ativos, com 20,1%).

No País, todos os cinco grupos dos setores econômicos apresentaram saldo de emprego positivo para o 1º semestre de 2025. Neste período, Serviços (+640.466) obteve maior fechamento líquido de postos de trabalho, com destaque em Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (+237.722), Educação (+106.180) e Saúde humana e Serviços sociais (+93.383), vide Tabela 7.3.

Tabela 7.3 – Brasil e Regiões: Saldo de empregos, por setor econômico – Acumulado de 2025⁽¹⁾

Setores Econômicos	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Agropecuária	-636	-5.091	79.608	3.659	22.980	100.619
Indústria geral	13.862	3.101	104.329	86.078	21.656	229.024
Construção	8.557	31.620	67.868	24.707	25.069	158.124
Comércio	12.179	14.754	30.962	21.873	12.315	92.086
Serviços	34.998	121.473	292.928	113.765	77.309	640.466
Não identificado	1	-12	-4	20	-2	2
Total	68.961	165.845	575.691	250.102	159.327	1.220.321

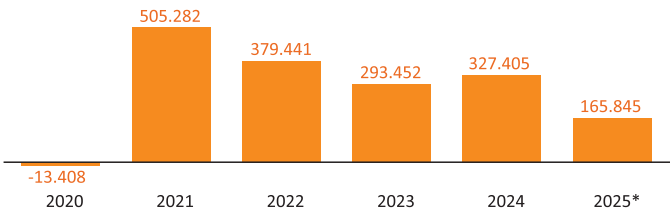
Fonte: Caged (2025). Elaboração BNB/Etene. Nota (1): Dados acumulados de janeiro a junho de 2025.

Para o ano de 2025, numa perspectiva de cenário otimista, tanto a nível nacional quanto regional, a estimativa do estoque de emprego seguirá tendência de crescimento, em razão, principalmente, da recuperação econômica dos setores de Serviços e Comércio, além de deterem maior parcela do estoque de empregos, e, como também, do crescimento acelerado do setor da Construção, que vem apresentando crescimento médio de 8,0% a.a., nos últimos 4 anos.

7.1 Mercado de trabalho formal no Nordeste

No 1º semestre de 2025, o resultado líquido de empregos formais no Nordeste foi de +165.845 novos postos de trabalho. De acordo com o Gráfico 7.2, o fechamento líquido dos anos 2021 a 2024 deriva, principalmente da recuperação econômica pós-Covid-19, com efeito significativo na geração de renda e empregos direto e indireto na Região.

Gráfico 7.2 – Nordeste: Evolução do saldo de emprego – 2020 a 2025 ⁽¹⁾

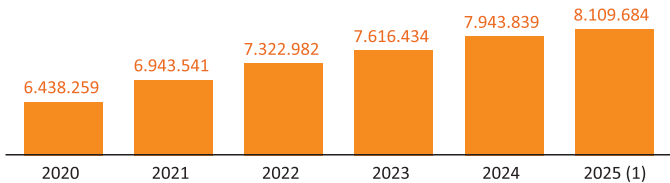


Fonte: Caged (2025). Elaboração BNB/Etene. Nota (1): Dados disponíveis até junho de 2025.

No Gráfico 7.3, tem-se a trajetória do estoque de empregos dos anos de 2020 a 2025. Neste período, verificou-se crescimento sustentável no nível do estoque do emprego com carteira assinada na Região Nordeste a partir do ano de 2021. Desde então, vem consolidando tendência de recuperação com registros de saldos de empregos positivos até o cenário atual.

Desta forma, o estoque de emprego no Nordeste alcançou 8.109.684 vínculos ativos, o que representa 18,4% do estoque nacional de empregos. O estoque apresentou variação de +209% em relação ao estoque do mês de dezembro de 2024. As informações são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (2024).

Gráfico 7.3 – Nordeste: Evolução do Estoque de Emprego - 2020 a 2024 ⁽¹⁾



Fonte: Caged (2025). Elaboração BNB/Etene. Nota (1): Dados disponíveis até junho de 2025.

De acordo com dados da Tabela 7.3, verifica-se que o resultado do emprego na Região Nordeste foi impactado positivamente, de forma significativa, pela combinação do retorno de investimentos nos setores de Serviços e Construção, que lideraram na geração de empregos no Nordeste, para os dados do 1º semestre de 2025.

Neste período, Serviços foi o setor que mais gerou postos de emprego no Nordeste, formação de +121.473 vagas de trabalho. Entre os segmentos, Atividades Administrativas (+37.088), Saúde humana e Serviços Sociais (+22.238) e Educação (+19.028) se sobressaíram na ampliação do quadro de funcionários. Entre as Regiões, Serviços se destacou no Sudeste (+292.928), Nordeste (+121.473) e Sul (+113.765), vide Tabela 7.3.

Construção registrou +31.620 novas contratações no Nordeste, no 1º semestre de 2025. Na Região, a subatividade Construção de Edifícios (+21.386) obteve significativo resultado na geração de novos empregos formais, seguido por Obras de Infraestrutura (+5.690) e Serviços Especializados em Construção (+4.544). O setor da Construção apresentou saldo de empregos positivo em todas as Regiões do País, com ênfase no Sudeste (+67.868), seguido pelas Regiões Nordeste (+31.620) e Centro-Oeste (+25.069), de acordo com dados da Tabela 7.5.

Comércio ampliou quadro de pessoal em +14.754 postos no Nordeste, no 1º semestre de 2025. Entre as três subatividades, Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (+5.569) obteve maior ampliação do nível do estoque de emprego, seguido por Comércio por Atacado (+5.269) e Comércio Varejista (+3.916). Regionalmente, o Comércio gerou empregos com maior proporção no Sudeste (+30.962), Sul (+21.873) e Nordeste (+14.754).

A Indústria na Região Nordeste ampliou 3.101 postos de trabalho no 1º semestre de 2025. Neste período, três entre as quatro subatividades registraram saldo de emprego positivo na Região, com destaque para Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (+6.472), seguido por Indústrias Extrativas (+819) e Eletricidade e Gás (+322). No entanto, as Indústrias de Transformação (-4.512) reduziram o número do estoque de empregos. No País, o Sudeste (+104.329) foi a Região que mais gerou empregos no setor da Indústria Geral, seguida pelo Sul (+86.078) e Centro-Oeste (+21.656), conforme dados da Tabela 7.3.

No Nordeste, o baixo desempenho nas Indústrias de Transformação foi influenciado, sobretudo, pelo quadro negativo na Fabricação e Refino de açúcar (-25.902), diante do período sazonal da entressafra da produção de cana-de-açúcar. Porém, o setor registrou novos empregos, com destaque para Fabricação de calçados (+2.391), seguido por Fabricação de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias (+1.701) e Manutenção, Reparação e Instalação de Máquinas e Equipamentos (+1.676).

Na Agropecuária (-5.091) no Nordeste, o saldo de emprego foi negativo em um dos três agrupamentos. A ampliação do quadro de empregos foi dada na Pesca e Aquicultura (+158) e Produção Florestal (+78). Apenas Agricultura, Pecuária e Serviços (-5.327) contabilizou saldo negativo. No entanto, nesse segmento, a geração de emprego foi mais intensa na criação de aves (+1.007) e nos cultivos de café (+1.396), manga (+1.385), uva (+1.073) e algodão (+715). Entre as Regiões, Sudeste (+79.608) foi a que mais gerou postos de trabalho no setor, seguido pelo Centro-Oeste (+22.980) e Sul (+3.659).

7.2 Mercado de trabalho formal nas Unidades Federativas do Nordeste

O mercado de trabalho formal no Nordeste assegurou tendência de crescimento no 1º semestre de 2025. Esse crescimento do mercado de trabalho se refletiu na maioria de seus estados, com efeito significativo sobre a recuperação econômica da Região.

De acordo com o Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), oito estados do Nordeste apresentaram saldo de empregos positivo no 1º semestre de 2025, conforme dados da Tabela 7.4. Entre estes, Bahia despontou com maior saldo de empregos na Região, com geração de +67.951, seguido por Ceará (+25.781), Pernambuco (+25.712), Maranhão (+19.928) e Piauí (+13.186).

Tabela 7.4 – Nordeste e Estados: Saldo e Estoque do Emprego Formal – Acumulado de 2025 ⁽¹⁾

Estados	Acumulado de janeiro a junho de 2025			Estoque do emprego formal - 2025		
	Admitidos	Desligados	Saldo de Emprego Formal	Estoque	Participação (%)	Variação (%) ⁽²⁾
Maranhão	148.961	129.033	19.928	678.889	8,4%	3,02
Piauí	86.383	73.197	13.186	374.836	4,6%	3,65
Ceará	334.415	308.634	25.781	1.434.471	17,7%	1,83
Rio Grande do Norte	131.247	124.651	6.596	542.669	6,7%	1,23
Paraíba	132.556	123.416	9.140	524.021	6,5%	1,78
Pernambuco	343.550	317.838	25.712	1.542.593	19,0%	1,70
Alagoas	99.174	107.910	-8.736	457.495	5,6%	-1,87
Sergipe	79.115	72.828	6.287	348.943	4,3%	1,83
Bahia	540.147	472.196	67.951	2.205.767	27,2%	3,18
Nordeste	1.895.548	1.729.703	165.845	8.109.684	100,0%	2,09

Fonte: Caged (2025). Elaboração BNB/Etene. Nota: (1) Dados acumulados de janeiro a junho de 2025; (2) Variação percentual do estoque de emprego em relação ao mês de dezembro de 2024.

Bahia (+32.234) registrou o sexto maior saldo de empregos do País, com formação de 67.951 novos postos de trabalho, no 1º semestre de 2025. Neste período, todos os cinco agrupamentos da atividade econômica apresentaram saldo de empregos positivo, contribuindo para o maior saldo de empregos da Região. A geração de emprego foi fomentada principalmente por Serviços (+37.219), com destaques na geração de empregos em Informação, comunicação e atividades financeiras (+17.918), Saúde Humana e Serviços Sociais (+5.821) e Educação (+5.277).

Por atividade econômica, vale enfatizar que Serviços (+121.473) e Construção (+31.620) foram os setores que mais ampliaram o número de postos de trabalho na Região, no 1º semestre de 2025. Em Serviços, destacam-se os estados da Bahia (+37.219), Pernambuco (+27.03), Ceará (+13.403) e Paraíba (+13.129), conforme dados do Gráfico 7.4 e Tabela 7.5.

Tabela 7.5 – Nordeste e Estados: Saldo de emprego, por setor econômico – Acumulado de 2025 ⁽¹⁾

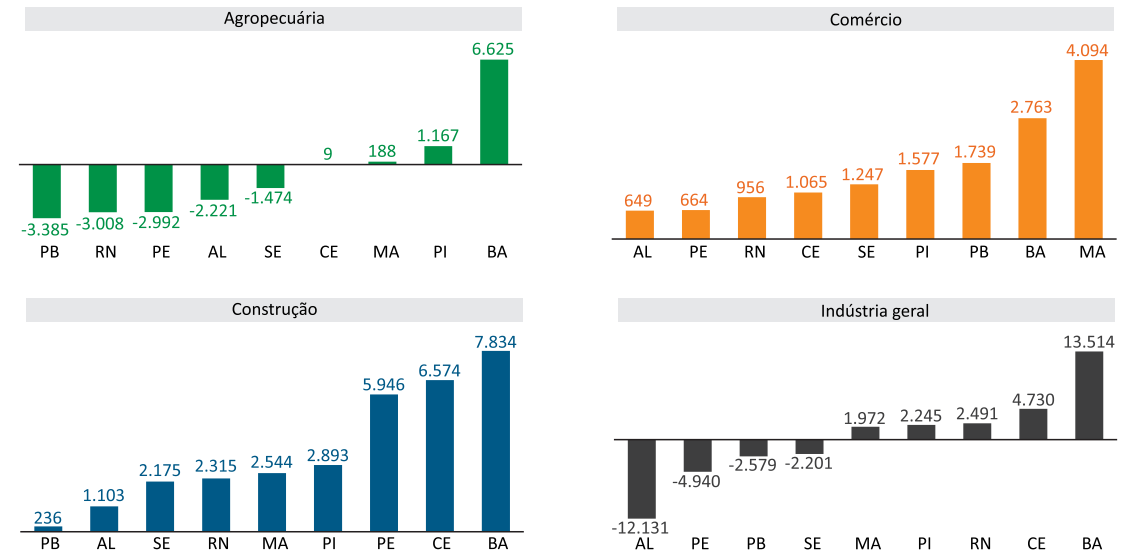
Grupamento de Atividades Econômicas e Seção CNAE 2.0	Maranhão	Piauí	Ceará	Rio Grande do Norte	Paraíba	Pernam-buco	Alagoas	Sergipe	Bahia	Nordeste
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	188	1.167	9	-3.008	-3.385	-2.992	-2.221	-1.474	6.625	-5.091
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	164	1.157	-27	-3.038	-3.399	-2.945	-2.215	-1.478	6.454	-5.327
Pesca e Aquicultura	15	5	70	52	16	-20	-8	-1	29	158
Produção Florestal	9	5	-34	-22	-2	-27	2	5	142	78
Indústria geral	1.972	2.245	4.730	2.491	-2.579	-4.940	-12.131	-2.201	13.514	3.101
Água, Esgoto, Gestão de Resíduos...	218	-251	2.039	2.827	124	778	141	-1.506	2.102	6.472
Eletricidade e Gás	-15	-13	134	-2	90	-69	20	61	116	322
Indústrias de Transformação	1.698	2.403	2.328	-329	-2.790	-5.748	-12.334	-771	11.031	-4.512
Indústrias Extrativas	71	106	229	-5	-3	99	42	15	265	819
Construção	2.544	2.893	6.574	2.315	236	5.946	1.103	2.175	7.834	31.620
Construção de Edifícios	1.656	1.789	3.755	2.006	-729	3.789	1.496	1.855	5.769	21.386
Obras de Infraestrutura	1.288	1.870	885	-219	220	1.081	-87	194	458	5.690
Serviços especializados p/ Construção	-400	-766	1.934	528	745	1.076	-306	126	1.607	4.544

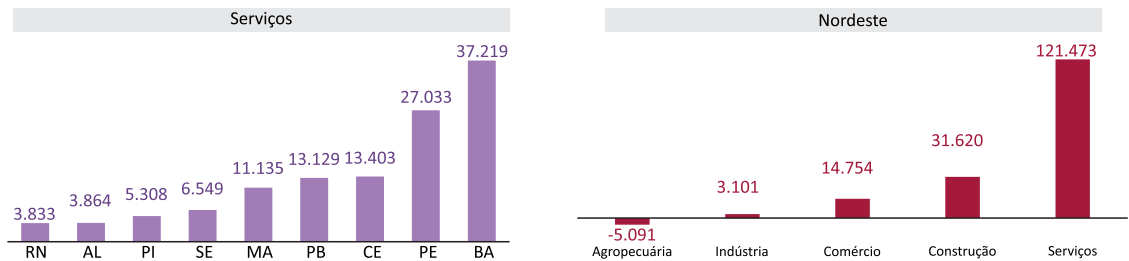
Grupamento de Atividades Econômicas e Seção CNAE 2.0	Maranhão	Piauí	Ceará	Rio Grande do Norte	Paraíba	Pernambuco	Alagoas	Sergipe	Bahia	Nordeste
Comércio	4.094	1.577	1.065	956	1.739	664	649	1.247	2.763	14.754
Comércio e Reparação de Veículos Automotores...	681	253	776	351	463	973	351	369	1.352	5.569
Comércio por Atacado, Exceto Veículos Automotores	604	576	823	459	531	926	114	117	1.119	5.269
Comércio Varejista	2.809	748	-534	146	745	-1.235	184	761	292	3.916
Serviços	11.135	5.308	13.403	3.833	13.129	27.033	3.864	6.549	37.219	121.473
Adm. pública, defesa e seguridade social, educação, saúde...	7.017	3.264	6.803	3.616	2.160	9.869	2.550	1.267	13.119	49.665
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	1.453	541	655	576	50	1.211	1.427	465	2.021	8.399
Educação	1.307	1.408	3.580	1.395	1.049	3.178	898	936	5.277	19.028
Saúde Humana e Serviços Sociais	4.257	1.315	2.568	1.645	1.061	5.480	225	-134	5.821	22.238
Alojamento e alimentação	903	615	946	978	704	1.370	461	467	1.248	7.692
Inform., comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, ...	1.548	63	4.017	-849	10.041	12.270	1.519	3.825	17.918	50.352
Outros serviços	1.174	984	2.247	257	309	3.036	797	281	2.610	11.695
Serviços domésticos	13	1	-10	-21	0	3	0	1	8	-5
Transporte, armazenagem e correio	480	381	-600	-148	-85	485	-1.463	708	2.316	2.074
Não identificado	-5	-4	0	9	0	1	0	-9	-4	-12
Total	19.928	13.186	25.781	6.596	9.140	25.712	-8.736	6.287	67.951	165.845

Fonte: Caged (2025). Elaboração BNB/Etene. Nota: (1) Dados acumulados de janeiro a junho de 2025.

Nesse período, a Construção se sobressai na geração de empregos nos estados da Bahia (+7.834) e Ceará (+6.574), impulsionados pela Construção de Edifícios, com formação de 5.769 e 3.755 novos empregos formais, respectivamente.

Gráfico 7.4 – Nordeste: Saldo de emprego, por setor econômico – Acumulado de 2025 ⁽¹⁾



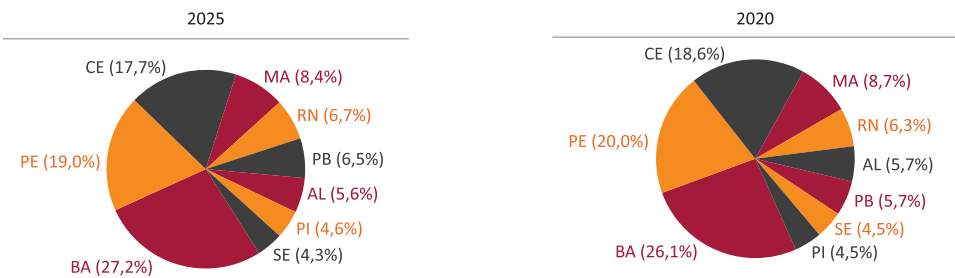


Fonte: Caged (2025). Elaboração BNB/Etene. Nota: (1) Dados acumulados de janeiro a junho de 2025.

Em relação ao crescimento do estoque de empregos, nos estados da Região, Piauí obteve aumento de +3,65% frente ao estoque de empregos do mês anterior, crescimento superior ao registrado no País (+2,59%) e no Nordeste (+2,09%). Bahia (+3,18%) e Maranhão (+3,02%) também apresentaram crescimento do estoque de empregos superior à média regional.

Assim, para o 1º semestre de 2025, a distribuição do estoque de empregos entre os estados da Região ficou da seguinte forma: Bahia atingiu 2.205.767 empregos formais de provimento, aproximadamente 27,2% do total regional; por sequência, Pernambuco (1.542.593, com 19,0%), Ceará (1.434.471, participa com 17,7%) e Maranhão (678.889, com 8,4%). Os quatro estados detêm cerca de 72,3% do emprego formal da Região Nordeste, de acordo com dados do Gráfico 7.5.

Gráfico 7.5 – Estados do Nordeste: Estoque de Emprego Formal - 2020 e 2025 ⁽¹⁾



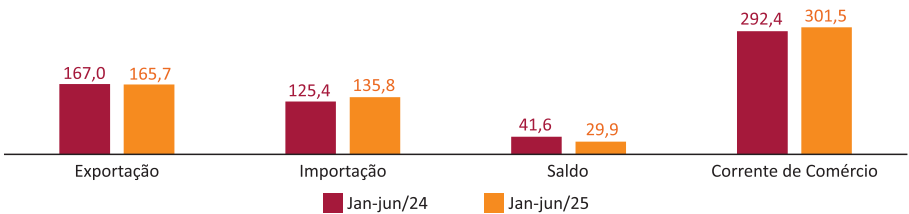
Fonte: Caged (2025). Elaboração BNB/Etene. Nota: (1) Estoque de emprego atualizado até junho de 2025.

8 Comércio Exterior

8.1 Balança comercial do Brasil

A balança comercial brasileira acumulou superavit de US\$ 29,91 bilhões, no primeiro semestre de 2025, queda de 28,0% em relação ao registrado no primeiro semestre de 2024 (US\$ 41,55 bilhões), e o pior resultado desde 2020, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Gráfico 8.1). As exportações do País somaram US\$ 165,70 bilhões, registrando leve queda de 0,8%. As importações totalizaram US\$ 135,79 bilhões, aumento de 8,3%, nesse período comparativo.

Gráfico 8.1 – Brasil - Exportações, importações, saldo da balança comercial e corrente de comércio – jan-jun/2025/2024 - US\$ bilhões



Fonte: Secex/ME (coleta de dados realizada em 05/09/2025). Elaboração BNB/Etene. Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

A classificação das exportações brasileiras por setores de atividades econômicas (Tabela 8.1) mostra que, no acumulado até junho de 2025, o setor Agropecuário, responsável por 23,6% (US\$ 39,12 bilhões) das vendas externas, registrou ligeira queda de 0,6% (-US\$ 0,25 bilhão), comparativamente a mesmo período do ano anterior. Os principais produtos do setor foram: Soja (64,9% de participação), Café não torrado (18,4%), Algodão em bruto (6,3%) e Milho (3,8%). Juntos respondem por 93,5% das vendas do setor. As exportações de Soja (-9,0%, -US\$ 2,50 bilhões), Algodão em bruto (-7,4%, -US\$ 0,20 bilhão) e as de Milho (-21,3%, -US\$ 0,40 bilhão) decresceram devido à queda nos preços internacionais comercializados. Por outro lado, as vendas de Café não torrado registraram crescimento de 47,4% (+US\$ 2,31 bilhões).

A Indústria Extrativa, com 22,5% (US\$ 37,32 bilhões) de participação nas exportações totais do País, registrou retração nas vendas de 11,8% (-US\$ 5,00 bilhões), nesse período comparativo. Os principais produtos do setor, Óleos brutos de petróleo (58,2% do total) e Minério de ferro e seus concentrados (34,0%) registraram queda de 10,3% (-US\$ 2,49 bilhões) e 17,3% (-US\$ 2,64 bilhões).

As exportações dos produtos da Indústria de Transformação somaram US\$ 88,37 bilhões (53,3% do total), no semestre, apresentando crescimento de 4,6% (+US\$ 3,86 bilhões). Registraram crescimento, dentre outros, Carne bovina fresca, refrigerada ou congelada (+27,7%, +US\$ 1.424,4 milhões), Ouro, não monetário (+60,4%, +US\$ 1.019,9 milhões), Veículos automóveis de passageiros (+65,2%, +US\$ 1.149,34 milhões) e Alumina (+48,6%, +US\$ 660,5 milhões). Por outro lado, decresceram as exportações de Açúcares e melaços (-31,1%, -US\$ 2.660,2 milhões), Farelos de soja e outros alimentos para animais (-18,9%, -US\$ 1.006,6 milhões), Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (-11,3%, -US\$ 682,8 milhões), etc.

Tabela 8.1 – Brasil - Exportação por setor de atividades econômicas - jan-jun/2025/2024 - US\$ bilhões FOB

Atividade Econômica	Jan-jun/25		Jan-jun/24		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Agropecuária	39,1	23,6	39,4	23,6	-0,6
Indústria Extrativa	37,3	22,5	42,3	25,4	-11,8
Indústria de Transformação	88,4	53,3	84,5	50,6	4,6
Outros Produtos	0,9	0,5	0,7	0,4	19,0
TOTAL	165,7	100,0	167,0	100,0	-0,8

Fonte: Secex/ME (coleta de dados realizada em 05/09/2025). Elaboração BNB/Etene. Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

Os três principais mercados de destino dos produtos brasileiros absorveram 46,4% do total das vendas externas, no primeiro semestre de 2025: China (28,8%), Estados Unidos (12,1%) e Argentina (5,5%). Relativamente a mesmo período de 2024, a China reduziu suas aquisições 7,5% (-US\$ 3.880,1 milhões). Por outro lado, as exportações para os Estados Unidos (+4,6%, +US\$ 826,5 milhões) e Argentina cresceram (55,5%, +US\$ 3.248,8 milhões).

Do lado das importações nordestinas, apenas a categoria Combustíveis e lubrificantes (9,3% do total, US\$ 12,57 bilhões) apresentou retração nas aquisições, no período em análise (Tabela 8.2). A queda de 17,7% (-US\$ 2,71 bilhões) nesse período, foi motivada pela redução, principalmente, nas aquisições de Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (-29,9%, -US\$ 1.412,3 milhões), Gás natural, liquefeito ou não (-35,0%, -US\$ 509,4 milhões), Carvão, mesmo em pó, mas não aglomerado (-25,3%, -US\$ 413,1 milhões) e Óleos combustíveis de petróleo (-3,2%, -US\$ 209,2 milhões).

As importações de Bens de Capital participaram com 15,5% da pauta, no acumulado até junho de 2025, somando US\$ 21,03 bilhões. Comparativamente ao mesmo período de 2024, cresceram 27,3% (+US\$ 4,51 bilhões). Esse desempenho é explicado, em parte, pela importação de uma plataforma flutuante para extração de petróleo, oriunda da China, no valor de US\$ 2,7 bilhões, realizada em fevereiro. Entretanto, vale ressaltar, também, o incremento nas vendas de Veículos automóveis para transporte de mercadorias e usos especiais (+10,9%, +US\$ 203,2 milhões), Instrumentos e aparelhos de medição, verificação, análise e controle (+14,6%, +US\$ 192,8 milhões) e Aeronaves e outros equipamentos, incluindo suas partes (+31,2%, +US\$ 324,5 milhões).

As aquisições de Bens de intermediários (US\$ 81,24 bilhões), representaram 59,8% do total importado, registrando crescimento de 10,7% (+US\$ 7,88 bilhões), no período comparativo em foco. Os maiores incrementos, em termos de valor, foram nas importações de Motores e máquinas não elétricos, e suas partes (exceto motores de pistão e geradores (+31,1%, +US\$ 1.207,6 milhões), Adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos (+19,2%, +US\$1.033,3 milhões), Compostos organo-inorgânicos, compostos heterocíclicos, ácidos nucléicos e seus sais (+27,6%, +US\$ 802,6 milhões) e Partes e acessórios dos veículos automotivos (+16,2%, +US\$ 620,6 milhões).

As aquisições de Bens de consumo (15,4% do total) somaram US\$ 20,93 bilhões, crescimento de 3,5% (+US\$ 0,71 bilhões), com destaque para as importações de Outros medicamentos, incluindo veterinários (+22,5%, +US\$ 666,4 milhões) e Medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veterinários (+7,3%, +US\$ 163,9 milhões), Outros artigos manufaturados diversos (+15,8%, +US\$ 78,1 milhões) e Equipamentos elétricos e não elétricos de uso doméstico (+12,2%, +US\$ 68,9 milhões), dentre outros. Por outro lado, decaíram as aquisições de Veículos automóveis de passageiros (-17,0%, -US\$ 844,3 milhões).

Tabela 8.2 – Brasil - Importação por grandes categorias econômicas - Jan-jun/2025/2024- US\$ bilhões

Grandes categorias econômicas	Jan-jun/25		Jan-jun/24		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Bens de capital	21,0	15,5	16,5	13,2	27,3
Bens intermediários	81,2	59,8	73,4	58,5	10,7
Bens de consumo	20,9	15,4	20,2	16,1	3,5
Combustíveis e lubrificantes	12,6	9,3	15,3	12,2	-17,7
Bens não especificados anteriormente	0,0	0,0	0,0	0,0	-3,2
TOTAL	135,8	100,0	125,4	100,0	8,3

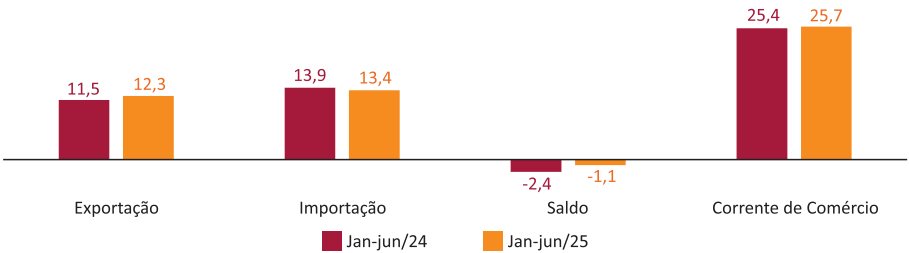
Fonte: Secex/ME (coleta de dados realizada em 05/09/2025). Elaboração BNB/Etene. Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

Os principais países de origem das importações brasileiras, no primeiro semestre de 2025, foram responsáveis por 47,5% das aquisições brasileiras: China (26,3% do total), Estados Unidos (16,0%) e Alemanha (5,2%). Frente a mesmo período de 2024, as aquisições oriundas da China (+22,2%, +US\$ 6,49 bilhões), Estados Unidos (+11,5%, +US\$ 2,42 bilhões) e da Alemanha (+3,0%, +US\$ 0,21 bilhão) registraram crescimento.

8.2 Balança comercial do Nordeste

As exportações nordestinas totalizaram US\$ 12.298,8 milhões, no primeiro semestre de 2025, aumento de 7,0% (+US\$ 799,7 milhões), relativamente ao primeiro semestre de 2024 (Gráfico 8.2). Por outro lado, as importações recuaram 3,6% (-US\$ 496,1 milhões), somando US\$ 13.383,2 milhões, nesse intervalo. A balança comercial nordestina, portanto, registrou déficit de US\$ 1.081,4 milhões, bem menor do que o registrado em mesmo período de 2024 (-US\$ 2.377,3 milhões). A corrente de comércio atingiu US\$ 25.679,0 milhões (+1,2%, +US\$ 303,6 milhões).

Gráfico 8.2 – Nordeste: Exportações, importações, saldo da balança comercial e corrente de comércio – Jan-jun/2025/2024- US\$ bilhões



Fonte: Secex/ME (coleta de dados realizada em 05/09/2025). Elaboração BNB/Etene. Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

A análise das exportações nordestinas por setores de atividades econômicas mostra que a Agropecuária registrou incremento de 4,2% (+US\$ 141,8 milhões), acumulando receita de US\$ 3.535,1 milhões (28,7% do total), nos primeiros seis meses de 2025, ante mesmo período de 2024 (Tabela 8.3). Com destaque para Café não torrado (+102,7%, +US\$ 125,9 milhões), Especiarias (+307,9%, +US\$ 52,2 milhões), Frutas e nozes não oleaginosas (+15,5%, +US\$ 47,4 milhões) e Algodão em bruto (+7,7%, +US\$ 33,6 milhões). Por outro lado, decresceram as vendas de Soja (-4,3%, -US\$ 102,1 milhões) e Milho (-30,7%, -US\$ 26,3 milhões).

Já na Indústria Extrativa, as exportações dos produtos do setor decresceram 16,2% (-US\$ 128,0 milhões), atingindo US\$ 660,2 milhões (5,4% das vendas externas totais), no período em análise, devido, principalmente, à redução nas vendas de Minério de ferro (-39,6%, -, -US\$ 66,0 milhões), Minério de cobre (-23,4%, -US\$ 66,4 milhões).

As exportações dos produtos da Indústria de Transformação somaram US\$ 8.075,1 milhões, no primeiro semestre de 2025, representando 65,7% da pauta da Região. Relativamente ao primeiro semestre do ano passado, registraram crescimento de 10,7% (+US\$ 782,3 milhões). Dos principais produtos do setor exportados, destacam-se o bom desempenho das vendas de Produtos semiacabados, lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço (+232,2%, +US\$ 369,5 milhões) Alumina (óxido de alumínio), exceto corindo artificial (+38,5%, +US\$ 214,5 milhões), Veículos automóveis de passageiros (+72,8%, +US\$ 161,9 milhões), Ouro, não monetário (excluindo minérios de ouro e seus concentrados) (+36,4%, +US\$ 145,2 milhões) e Cacau em pó, manteiga ou pasta de cacau (+69,0%, +US\$ 123,8 milhões), dentre outros.

Tabela 8.3 – Nordeste - Exportação por setor de atividades econômicas - Jan-jun/2025/2024- US\$ milhões FOB

Atividade Econômica	Jan-jun/25		Jan-jun/24		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Agropecuária	3.535,1	28,7	3.393,3	29,5	4,2
Indústria Extrativa	660,2	5,4	788,1	6,9	-16,2
Indústria de Transformação	8.075,1	65,7	7.292,8	63,4	10,7
Outros Produtos	28,4	0,2	24,8	0,2	14,6
TOTAL	12.298,8	100,0	11.499,1	100,0	7,0

Fonte: Secex/ME (coleta de dados realizada em 05/09/2025). Elaboração BNB/Etene. Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

Os três principais parceiros comerciais do Nordeste absorveram 44,1% das vendas externas da Região, no período de janeiro a junho de 2025: China (21,0%), Estados Unidos (12,9%) e Canadá (10,3%).

Comparativamente a janeiro a junho de 2024, registraram queda as vendas com destino à China (-4,5%, -US\$ 120,5 milhões) enquanto para os Estados Unidos (+24,4%, +US\$ 309,8 milhões) e Canadá (+28,5%, +US\$ 279,9 milhões), as exportações aumentaram.

Segundo as grandes categorias econômicas, as importações registraram crescimento em Bens de capital (+36,0%, +US\$ 278,2 milhões) e Bens intermediários (+6,2%, +US\$ 423,5 milhões) enquanto as aquisições de Bens de consumo (-20,3%, -US\$ 238,4 milhões) e Combustíveis e lubrificantes (-18,8%, -US\$ 964,6 milhões) decresceram.

As importações de Bens de Capital alcançaram US\$ 1.050,4 milhões (7,9% da pauta). Cresceram as importações de Outras máquinas e equipamentos especializados para determinadas indústrias e suas partes (+52,1 %, +US\$ 43,9 milhões) e Geradores elétricos giratórios e suas partes (+70,9%, +US\$ 30,1 milhões) enquanto decresceram as de Veículos para transporte de mercadorias e usos especiais (-20,6%, -US\$ 20,5 milhões).

Nas importações de Bens Intermediários (US\$ 7.235,5 milhões), 54,1% do total das aquisições, os destaques foram o crescimento nas aquisições de Adubos ou fertilizantes químicos (+25,2%, +US\$ 218,8 milhões), Cacau em bruto ou torrado (+314,8%, +US\$ 319,9 milhões) e Partes e acessórios dos veículos automotivos (+37,6%, +US\$ 106,1 milhões).

Já as compras de produtos da categoria Combustíveis e lubrificantes (31,0% do total) atingiram US\$ 4.153,5 milhões. As importações de Óleos combustíveis de petróleo (+9,6%, +US\$ 205,2 milhões) registraram crescimento. Por outro lado, decresceram as aquisições de Óleos brutos de petróleo (-36,1%, -US\$ 614,6 milhões), Gás natural, liquefeito ou não (-81,7%, -US\$ 532,6 milhões) e Carvão, mesmo em pó, mas não aglomerado (-7,8%, -US\$ 20,1 milhões), dentre outros.

Tabela 8.4 – Nordeste - Importação por grandes categorias econômicas - Jan-jun/2025/2024- US\$ milhões

Grandes categorias econômicas	Jan-jun/25		Jan-jun/24		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Bens de capital	1.050,4	7,9	772,2	5,6	36,0
Bens intermediários	7.235,5	54,1	6.812,0	49,1	6,2
Bens de consumo	934,9	7,0	1.173,3	8,5	-20,3
Combustíveis e lubrificantes	4.153,5	31,0	5.118,1	36,9	-18,8
Bens não especificados anteriormente	6,0	0,0	0,7	0,0	714,7
TOTAL	13.380,2	100,0	13.876,4	100,0	-3,6

Fonte: Secex/ME (coleta de dados realizada em 05/09/2025). Elaboração BNB/Etene. Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

Os principais países de origem das importações nordestinas, nos primeiros seis meses de 2025, foram: Estados Unidos (25,4%), China (18,7%) e Rússia (7,3%) que responderam por 51,4% do total. Frente a mesmo período de 2024, apresentaram aumento nas aquisições os Estados Unidos (+23,6%, +US\$ 648,2 milhões) e China (+1,5%, +US\$ 36,9 milhões). Já as importações oriundas da Rússia decresceram 11,2% (-US\$ 122,5 milhões).

8.3 Balança comercial dos estados nordestinos

Bahia (+US\$ 1.028,1 milhões), Maranhão (+US\$ 486,5 milhões), Piauí (+US\$ 336,4 milhões), Rio Grande do Norte (+US\$ 263,0 milhões), Sergipe (+US\$ 33,1 milhões) e Alagoas (+US\$ 20,2 milhões) registraram saldo positivo na balança comercial, no primeiro semestre de 2025. Os demais apresentaram déficits: Pernambuco (-US\$ 2.403,4 milhões), Paraíba (-US\$ 484,4 milhões) e Ceará (-US\$ 361,0 milhões).

Tabela 8.5 – Nordeste e Estados - Exportação, Importação e Saldo da Balança Comercial - Jan-jun/2025/2024- US\$ milhões FOB

Estados	Exportação			Importação			Saldo
	Valor	Part. (%)	Var. % jan-jun/2025/ 2024	Valor	Part. (%)	Var. % jan-jun/2025/ 2024	
Maranhão	2.527,6	20,6	-2,4	2.041,1	15,3	19,6	486,5
Piauí	551,1	4,5	-8,8	214,7	1,6	83,2	336,4
Ceará	1.072,0	8,7	82,1	1.433,0	10,7	-1,5	-361,0
R. G. do Norte	491,7	4,0	-7,1	228,6	1,7	-6,9	263,0
Paraíba	79,6	0,6	1,8	564,1	4,2	23,7	-484,4
Pernambuco	1.320,7	10,7	30,7	3.724,1	27,8	-0,7	-2.403,4
Alagoas	491,5	4,0	-7,2	471,3	3,5	22,1	20,2
Sergipe	203,4	1,7	4,7	170,3	1,3	23,6	33,1
Bahia	5.561,1	45,2	3,5	4.533,0	33,9	-19,4	1.028,1
Nordeste	12.298,8	100,0	7,0	13.380,2	100,0	-3,6	-1.081,4

Fonte: Secex/ME (coleta de dados realizada em 05/09/2025). Elaboração BNB/Etene. Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

No Maranhão, as exportações totalizaram US\$ 2.527,6 milhões, no acumulado até junho/2025, queda de 2,4%, ante o acumulado até junho 2024. As vendas dos produtos da Agropecuária (41,5% do total) e da Indústria Extrativa (2,8% da pauta) recuaram 5,3% e 52,7% respectivamente, com destaque para Soja (-3,77%), Milho (-63,3%) e Minério de ferro e seus concentrados (-53,0%). Já as exportações da Indústria de Transformação (55,7%) cresceram 5,8%, com o crescimento, principalmente, de Alumina (+38,5%). Por outro lado, as importações (US\$ 2.041,1 milhões) cresceram 19,6%, devido, sobretudo, ao aumento nas aquisições de Bens Intermediários (+27,7%) e de Combustíveis e Lubrificantes (+18,0%) que representaram 32,6% e 65,0% da pauta, respectivamente.

O Estado do Piauí registrou exportações no valor de US\$ 551,1 milhões, queda de 8,8%, nesse período comparativo. As vendas dos produtos da Agropecuária (86,6% do total) recuaram 8,6%, influenciadas, principalmente, pela redução nas vendas de Soja (-10,3%). As importações aumentaram 83,2%, alcançando US\$ 214,7 milhões, devido, principalmente, a alta nas aquisições de Bens de Capital (+309,3%) e Bens Intermediários (+54,4%), que representaram 24,3% e 74,2% do total.

No Estado do Ceará, as exportações atingiram o valor de US\$ 1.072,0 milhões, incremento de 82,1%, devido, principalmente, ao acréscimo de 85,3% nas vendas dos produtos da Indústria de Transformação (86,9% da pauta) com o aumento de 232,9% dos Produtos ferro ou aço. As importações somaram US\$ 1.433,0 milhões, queda de 1,5%, com a redução nas aquisições de Bens de Capital (-10,8%) e de Combustíveis e Lubrificantes (-4,6%).

No Rio Grande do Norte, as exportações alcançaram US\$ 491,7 milhões, queda 7,1%, devido à retração de 16,1% das vendas dos produtos da Indústria de Transformação (72,9% da pauta) com destaque para Óleos combustíveis de petróleo (-20,0%). Por outro lado, os produtos da Agropecuária (23,2%) cresceram 39,3%, com destaque para Frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas (+37,1%). As importações (US\$ 228,6 milhões) também decresceram 6,9%, devido à redução nas compras de Bens Intermediários (-19,7%) e de Combustíveis e Lubrificantes (-17,0%).

As exportações da Paraíba somaram US\$ 79,6 milhões, ligeiro aumento de 1,8%, no período em análise. As vendas da Indústria de Transformação que representaram 87,9% do total decresceram 0,4%, com destaque para queda nas vendas de Açúcares e melaços (-11,7%) e Calçados (-6,13%). Por outro lado, as exportações da Agropecuária (4,3%) e da Indústria Extrativa (7,7%) cresceram 33,4% e 14,0%, respectivamente, proporcionadas pela expansão das vendas de Frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas (31,9%), Pedra, areia e cascalho (16,2%) e Outros minerais em bruto (16,0%). As importações (US\$ 564,1 milhões) cresceram 23,7%, motivada pelo aumento de 215,5% nas aquisições de Bens de Combustíveis e Lubrificantes.

Em Pernambuco, as exportações totalizaram US\$ 1.320,7 milhões, no primeiro semestre de 2025, valor 30,7% superior ao registrado no primeiro semestre de 2024. Os produtos da Indústria de Transformação (91,8%) registraram acréscimo de 33,5%. Cresceram as exportações Veículos de passageiros (+72,8%) e Veículos para transporte de mercadorias e usos especiais (+122,7%), dentre outros. As importações totais, US\$ 3.724,1 milhões, recuaram 0,7%, com a redução de Bens de Consumo (-32,2%), enquanto as aquisições de Bens Intermediários (+6,9%), Bens de Capital (+11,2%) e Combustíveis e Lubrificantes (+9,5%) cresceram.

Em Alagoas, as exportações alcançaram US\$ 491,5 milhões, registrando queda 7,2%. As vendas dos produtos da Indústria de Extrativa (15,5% da pauta) e da Indústria de Transformação (82,9%) decresceram 26,3% e 2,5%, com destaque para Minério de cobre (-26,3%) e Açúcares e melaços (-3,1%). Já as importações (US\$ 471,30 milhões) cresceram de 22,1%, com o aumento nas aquisições de Bens de Capital (+48,0%), Bens Consumo (+14,2%) e de Bens Intermediários (+22,7%).

Sergipe exportou US\$ 203,4 milhões, registrando crescimento de 4,7%. Esse resultado decorreu, principalmente, do aumento nas vendas de Sucos de frutas (+24,2%) da Indústria de Transformação (37,8% da pauta). As importações (US\$ 170,3 milhões) aumentaram 23,6%, devido principalmente ao aumento significativo nas aquisições de Combustíveis e Lubrificantes (+US\$ 60,7 milhões).

Na Bahia, as exportações alcançaram US\$ 5.561,1 milhões, aumento de 3,5%. Os produtos da Agropecuária (30,3% da pauta) e da Indústria de Transformação (64,0%) registraram crescimento nas vendas de 11,6% e 1,3%, respectivamente. Os destaques foram: Café não torrado (+102,7%), Cacau em pó, manteiga ou pasta de cacau (+69,0%) e Ouro, não monetário (+36,6%). As importações (US\$ 4.533,0 milhões) recuaram 19,4%, devido à redução nas compras de Combustíveis e lubrificantes (-57,9%).

Os principais produtos exportados e importados, bem como os principais países de destino e de origem das exportações e importações por estado da Região, no primeiro semestre de 2025, estão discriminados nas Tabelas 8.6 e 8.7.

Tabela 8.6 – Nordeste e Estados - Principais produtos exportados e importados- - Em %– jan-jun/2025

Estados/ Nordeste/ Brasil	Principais Produtos Exportados	Principais Produtos Importados
Maranhão	Soja (38,6%), Alumina (óxido de alumínio), exceto corindo artificial (30,5%), Celulose (15,0%)	Óleos combustíveis de petróleo, exceto óleos brutos (64,0%), Adubos ou fertilizantes químicos, exceto fertilizantes brutos (23,2%), Elementos químicos inorgânicos, óxidos e sais de halogêneos (3,9%)
Piauí	Soja (76,5%), Algodão em bruto (4,6%), Outras gorduras e óleos animais ou vegetais, processados, etc (4,2%)	Válvulas e tubos termiônicas, de cátodo frio ou foto-cátodo, etc (26,7%), Produtos laminados planos de ferro ou aço não ligado, não folheados (19,2%), Máquinas de energia elétrica e suas partes (9,9%)
Ceará	Produtos semi-acabados, lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço (49,3%), Calçados (9,7%), Frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas (8,2%)	Carvão, mesmo em pó, mas não aglomerado (15,0%), Compostos organo-inorgânicos, compostos heterocíclicos, ácidos nucléicos e seus sais (8,9%), Óleos combustíveis de petróleo (8,3%)
Rio Grande do Norte	Óleos combustíveis de petróleo, exceto óleos brutos (59,5%), Frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas (20,8%), Açúcares e melaços (2,9%)	Óleos combustíveis de petróleo (exceto óleos brutos) (22,1%), Trigo e centeio, não moídos (12,0%), Válvulas e tubos termiônicas, de cátodo frio ou foto-cátodo, etc (9,9%)
Paraíba	Açúcares e melaços (37,3%), Calçados (31,1%), Sucos de frutas ou de vegetais (14,4%)	Óleos brutos de petróleo (35,5%), Produtos residuais de petróleo e materiais relacionados (12,2%), Óleos combustíveis de petróleo (5,9%)
Pernambuco	Veículos automóveis de passageiros (29,1%), Açúcares e melaços (19,9%), Veículos automóveis para transporte de mercadorias e usos especiais (14,9%)	Óleos combustíveis de petróleo, exceto óleos brutos (20,0%), Partes e acessórios dos veículos automotivos (10,4%), Propano e butano liquefeito (8,9%)

Estados/ Nordeste/ Brasil	Principais Produtos Exportados	Principais Produtos Importados
Alagoas	Açúcares e melaços (81,1%), Minérios de cobre e seus concentrados (15,5%), Tabaco em bruto (1,2%)	Adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos) (7,1%), Equipamentos de telecomunicações, incluindo peças e acessórios (5,1%), Malas, pastas, estojos e sacos de viagem; bolsas e artefatos semelhantes (4,2%)
Sergipe	Óleos brutos de petróleo (61,5%), Sucos de frutas ou de vegetais (28,8%), Óleos essenciais, matérias de perfume e sabor (2,3%)	Gás natural, liquefeito ou não (35,7%), Adubos ou fertilizantes químicos, exceto fertilizantes brutos (14,7%), Trigo e centeio, não moídos (9,0%)
Bahia	Óleos combustíveis de petróleo, exceto óleos brutos (18,3%), Sona (15,5%), Celulose (12,5%)	Óleos brutos de petróleo (19,5%), Óleos combustíveis de petróleo, exceto óleos brutos (17,9%), Adubos ou fertilizantes químicos, exceto fertilizantes brutos (10,6%)
NORDESTE	Soja (18,4%), Óleos combustíveis de petróleo, exceto óleos brutos (12,0%), Celulose (8,7%)	Óleos combustíveis de petróleo, exceto óleos brutos (22,9%), Adubos ou fertilizantes químicos, exceto fertilizantes brutos (8,1%), Óleos brutos de petróleo (8,1%)
BRASIL	Soja (15,3%), Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (13,1%), Minério de ferro e seus concentrados (7,6%)	Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (5,1%), Adubos ou fertilizantes químicos (4,7%), Motores e máquinas não elétricos e suas partes (3,8%)

Fonte: Secex/ME (coleta de dados realizada em 05/09/2025). Elaboração BNB/Etene. Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

Tabela 8.7 – Nordeste e Estados - Principais países de destino das exportações e de origem das importações – Em %– jan-jun/2025

Estados/ Nordeste/ Brasil	Principais Países de Destinos das Exportações	Principais Países de Origens das Importações
Maranhão	China (31,4%), Canadá (25,7%), Estados Unidos (13,3%)	Estados Unidos (43,0%), Rússia (22,4%), Índia (7,0%)
Piauí	China (65,3%), Espanha (4,8%), Vietnã (4,5%)	China (73,9%), Egito (10,8%), Espanha (2,7%)
Ceará	Estados Unidos (51,9%), França (5,6%), Países Baixos (Holanda) (3,9%)	China (34,2%), Estados Unidos (14,9%), Rússia (5,8%)
Rio Grande do Norte	Panamá (48,3%), Estados Unidos (13,7%), Países Baixos (Holanda) (12,2%)	China (30,6%), Rússia (12,7%), Estados Unidos (11,9%)
Paraíba	Estados Unidos (12,4%), Geórgia (11,7%), Argélia (10,9%)	Estados Unidos (44,5%), China (15,4%), Uruguai (8,0%)
Pernambuco	Argentina (39,5%), Singapura (9,1%), México (5,1%)	Estados Unidos (19,8%), China (16,9%), Argentina (10,9%)
Alagoas	Canadá (18,6%), Argélia (13,6%), China (11,9%)	China (58,4%), Estados Unidos (6,7%), Rússia (3,7%)
Sergipe	Países Baixos (Holanda) (28,1%), Estados Unidos (26,8%), Espanha (15,4%)	Estados Unidos (22,2%), China (17,6%), Camarões (17,5%)
Bahia	China (23,5%), Singapura (9,9%), Canadá (9,0%)	Estados Unidos (26,8%), China (14,8%), Costa do Marfim (10,1%)
Nordeste	China (21,0%), Estados Unidos (12,9%), Canadá (10,3%)	Estados Unidos (25,4%), China (18,7%), Rússia (7,3%)
Brasil	China (28,8%), Estados Unidos (12,1%), Argentina (5,5%)	China (26,3%), Estados Unidos (16,0%), Alemanha (5,2%)

Fonte: Secex/ME (coleta de dados realizada em 05/09/2025). Elaboração BNB/Etene. Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

9 Finanças Públicas

O texto de Finanças Públicas trata das Transferências Constitucionais, Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Agências Oficiais de Fomento e Grau de Endividamento dos Estados e Capitais. Deveria tratar, também, da Arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). No entanto, os dados de 2024 e 2025, ainda não foram divulgados pelo Confaz.

A primeira parte do trabalho analisa a evolução dos Fundos Constitucionais para o Nordeste (FPE e FPM), comparando o primeiro semestre de 2025, com o mesmo período do ano anterior. Indiretamente, ao discutir as transferências dos fundos constitucionais (FPE e FPM), trata-se, também, da Arrecadação Federal, mais especificamente do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industriais (IPI), que são a base das Transferências Constitucionais, ou seja, quando se analisa a variação ocorrida nestas, se está avaliando, também, o que ocorreu na base do cálculo.

Após a análise da evolução das Transferências Constitucionais, o capítulo trata do índice de endividamento (GRE) dos estados e capitais da Federação, com ênfase na Região Nordeste, no primeiro quadrimestre de 2025. Olha-se a distribuição da Dívida Consolida Líquida (DCL) e da Receita Corrente Líquida (RCL) entre as cinco regiões da Federação, com ênfase no Nordeste. Em seguida, acompanha-se, principalmente, as aplicações da Agências de Fomento Oficiais (AFO), mais precisamente o Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, na Região.

9.1 Transferências Constitucionais

As Transferências Constitucionais (FPE + FPM) para os Estados do Nordeste, no primeiro semestre de 2025, somaram aproximadamente R\$ 77,9 bilhões (Tabela 9.1), um crescimento real de +4,8% (FPE, +4,9% e FPM, +4,6%), comparado com o mesmo período de 2024. O crescimento no Brasil foi de +4,7%.

Tabela 9.1 – FPE + FPM - Brasil, Nordeste e Estados Selecionados – 1º semestre de 2024 e 2025 – R\$ Milhões ⁽¹⁾

Estado/Região	FPE		FPM		FPM CAPITAIS	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025
Alagoas	3.448	3.774	1.863	2.083	328	396
Bahia	7.361	8.079	7.657	8.391	657	713
Ceará	5.676	6.244	4.154	4.551	730	793
Maranhão	5.635	6.163	3.502	3.834	456	495
Paraíba	3.752	4.090	2.742	3.005	365	396
Pernambuco	5.490	6.056	4.102	4.547	460	499
Piauí	3.411	3.721	2.218	2.438	456	495
Rio Grande do Norte	3.198	3.613	2.070	2.269	263	285
Sergipe	3.200	3.611	1.283	1.405	292	317
Nordeste	41.172	45.350	29.591	32.522	4.007	4.392
Espírito Santo	1.265	1.473	1.472	1.629	131	159
Minas Gerais	3.751	3.906	10.869	12.033	365	476
Brasil	79.789	87.723	83.500	91.803	8.350	9.180

Fonte: STN (2025). Elaboração: BNB/Etene. Nota: 1Valores transferidos de janeiro a junho de cada ano.

O valor do FPE para o Nordeste foi de R\$ 45,4 bilhões, que representa 51,7% do total distribuído. Todos os estados nordestinos tiveram variações reais. O Espírito Santo teve a maior variação na área de atuação do BNB de +10,8% (+R\$ 144 milhões), enquanto Minas Gerais teve um decréscimo real de -0,9% (R\$ 34 milhões). Os maiores crescimentos, na Região se encontram no Rio Grande do Norte (+7,6% - R\$ 254 milhões), Sergipe (+7,4% - R\$ 250 milhões), Pernambuco (+5,0% - R\$ 290 milhões), Ceará (+4,7% - R\$ 282 milhões) e Bahia (+4,5% - R\$ 348 milhões). As menores variações são da Paraíba (+3,8% - R\$ 149 milhões) e Piauí (+3,9% - R\$ 138 milhões).

O valor do FPM para a Região foi de R\$ 32,5 bilhões, que representa 35,4% do total distribuído. Todos os estados também tiveram ganhos reais. As maiores variações foram de Alagoas (+6,4% - R\$ 126 milhões), Pernambuco (+5,5% - R\$ 239 milhões) e Piauí (+4,7% - R\$ 109 milhões). Os crescimentos no Espírito Santo e em Minas Gerais foram +5,4%, cada, R\$ 84 milhões no Espírito Santo, e R\$ 617 milhões em Minas Gerais. As menores variações são do Maranhão (+4,2% - R\$ 155 milhões) e Bahia, Ceará e Sergipe, cada um com +4,3% de variação, e valores de R\$ 349 milhões, R\$ 187 milhões e R\$ 57 milhões, respectivamente. (+1,5% - 11 milhões). Paraíba e Rio Grande do Norte, tiveram crescimentos de +4,4%, com R\$ 126 milhões e R\$ 95 milhões, de aumentos.

As capitais da Região receberam R\$ 4,4 bilhões no primeiro semestre de 2025, que representa 47,8% do total transferido para as capitais do País. O FPM distribuído para as capitais nordestinas, que também impactam no FPM da Região teve um crescimento real de +4,4%, um pouco abaixo do FPM total (+4,6%). O aumento de todas as capitais, exceto Maceió, foi de +3,4%. Aquela foi +14,9%. O ganho real em valor, para Maceió foi de R\$ 51 milhões. Fortaleza ficou com R\$ 26 milhões, Salvador, com R\$ 24 milhões, São Luís, Recife e Teresina, ficaram com R\$ 16 milhões, cada, enquanto João Pessoa, ficou com R\$ 13 milhões e Aracaju com R\$ 10 milhões. Vitória teve um crescimento de +14,9% (R\$ 21 milhões) e Belo Horizonte de +24,1% (R\$ 92 milhões).

A Tabela 9.2 apresenta as projeções para transferências do FPE e FPM em 2025, baseados na previsão de arrecadação dos impostos correspondentes, conforme a Lei Orçamentária Anual 2025, ajustada pela arrecadação já realizada no ano, Relatório de Arrecadação de Receitas e Despesas Primárias do 2º bimestre de 2025.

Tabela 9.2 – Projeção das Transferências Constitucionais (FPE + FPM) – Brasil, Nordeste e Estados Seleccionados – 2025 – R\$ milhões

Estado/Região	FPE		FPM		FPM CAPITAIS	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025
Alagoas	6.502	7.060	3.951	4.464	696	850
Bahia	13.794	15.054	16.232	17.983	1.393	1.529
Ceará	10.621	11.624	8.807	9.754	1.548	1.699
Maranhão	10.556	11.477	7.424	8.216	967	1.062
Paraíba	7.032	7.617	5.812	6.441	774	850
Pernambuco	10.306	11.302	8.695	9.744	975	1.070
Piauí	6.398	6.934	4.702	5.225	967	1.062
Rio Grande do Norte	5.976	6.734	4.388	4.863	557	612
Sergipe	5.984	6.733	2.721	3.012	619	680
Nordeste	77.170	84.534	62.732	69.702	8.496	9.413
Espírito Santo	2.390	2.771	3.120	3.492	279	340
Minas Gerais	7.086	7.289	23.043	25.790	774	1.019
Brasil	149.831	165.575	177.034	198.852	17.703	19.885

Fonte: LOA 2025 – Tesouro Nacional. Elaboração: BNB/Etene. Nota: 2024, valores reais.

A expectativa é um crescimento nominal para o ano, no Brasil, com relação a 2024, em torno dos +10,5% (FPE) e +12,3% (FPM). As previsões para 2025 têm as seguintes hipóteses: IPCA – 5,0%, PIB – 2,4% e câmbio (médio) – 5,81.

9.2 Grau de Endividamento (GRE) e Índice de dependência Financeira (IDF)

O quadro financeiro das Unidades Federativas e Cidades brasileiras tem se constituído em um dos importantes temas para os formuladores de políticas públicas no Brasil. Os entes federados só podem tomar operações de crédito se seu GRE, constituído pela relação entre a Dívida Consolidada Líquida (DCL) e a Receita Corrente Líquida (RCL), for menor que 2.

O índice de endividamento nacional saiu de 0,88 (2021), para 0,77 (2022), 0,79 em 2023, e 0,78 em 2024. Enquanto isso, o índice nordestino era 0,31 em 2022, permaneceu o mesmo em 2023 e, em 2024 subiu para 0,32. A relação entre o GRE do Nordeste e do Brasil, caiu até 2023, 42,9% (2022), 39,4 (2023). Em 2024 passou para 40,3% (2024).

O nível de endividamento das capitais representava 22,6% do Endividamento dos Estados (2021). Após uma queda para 9,0% em 2022, subiu para 11,6% em 2023, e para 21,4% em 2024. A participação é muito baixa, e sinaliza que as capitais têm autonomia e recursos para bancarem suas ações, enquanto fica para o Estado a obrigação de atuação em todos os outros municípios, principalmente em saúde, e infraestrutura. As capitais da Região Nordeste é que têm o maior nível de endividamento (0,21), seguida pelo Sudeste (0,20), Norte (0,17) e o Centro-Oeste (0,14), mas, mesmo assim, é muito baixo. No Nordeste, a relação entre os endividamentos das Capitais e Estados, saiu de 34,5% (2021), para 28,4% (2022), 33,0% em 2023, e chegou a 65,0% em 2024. Antes de avaliar o índice de endividamento no primeiro quadrimestre de 2025, é interessante olhar o comportamento da DCL e da RCL.

Tabela 9.3 – Dívida Consolidada Líquida e Receita Corrente Líquida – 2024 e 1º quadrimestre de 2025 – R4 milhões

Estado/Região/País	Dívida consolidada Líquida				Receita Corrente Líquida			
	2024	1º Quadri- mestre 2025	Relação(%)¹	Var. %	2024	1º Quadri- mestre 2025	Relação(%)¹	Var. %
Alagoas	12.826	12.510	1,5	-2,5	16.921	17.339	1,5	2,5
Bahia	24.083	20.707	2,4	-14,0	64.906	63.865	5,4	-1,6
Ceará	12.003	9.856	1,1	-17,9	36.309	36.418	3,1	0,3
Maranhão	893	-1.898	-0,2	-312,5	29.531	28.537	2,4	-3,4
Paraíba	-449	-1.804	-0,2	-302,2	18.905	19.507	1,6	3,2
Pernambuco	13.167	10.078	1,2	-23,5	43.791	43.078	3,6	-1,6
Piauí	10.753	10.582	1,2	-1,6	17.143	17.383	1,5	1,4
Rio Grande do Norte	6.922	5.806	0,7	-16,1	17.255	17.903	1,5	3,8
Sergipe	1.764	722	0,1	-59,1	15.259	15.892	1,3	4,1
Nordeste	81.962	66.558	7,7	-18,8	260.020	259.923	21,9	-0,04
Norte	14.714	9.958	1,2	-32,3	123.209	125.612	10,6	2,0
Sudeste	676.298	658.770	76,6	-2,6	473.541	487.634	41,1	3,0
Espirito Santo	-2.565	-2.837	-0,3	-10,6	26.287	26.622	2,2	1,3
Minas Gerais	168.246	161.295	18,7	-4,1	103.477	106.669	9,0	3,1
Sul	120.550	112.901	13,1	-6,3	172.564	178.153	15,0	3,2
Centro-Oeste	15.256	12.089	1,4	-20,8	131.476	135.573	11,4	3,1
Brasil	908.779	860.276	100,0	-5,3	1.160.809	1.186.895	100,0	2,2

Fonte: Tesouro Nacional (2024 e 2025). Elaboração BNB/Etene. 1Relação entre o valor estadual com o valor nacional, no 1º primeiro quadrimestre de 2025. 2Quando a DCL é negativa, quer dizer que o Estado tinha recurso em caixa acima de sua dívida. 3A RCL é calculada somando-se as receitas correntes arrecadadas em um período de 12 meses, incluindo o mês atual e os 11 meses anteriores.

A DCL da Região, representava apenas 9,0% do total brasileiro, e caiu, no primeiro quadrimestre de 2025, para 7,7%, uma variação de -18,8%. Por sua vez, a RCL do Nordeste representava 22,4% do total, em 2024, e caiu um pouco (21,9%) em 2025.

Em termos da DCL, a Bahia tem a maior dívida entre os estados nordestinos. Pernambuco, que tinha a segunda maior dívida em 2024 (R\$ 13.167 milhões), passou para a quarta posição no 1º quadrimestre de 2025 (R\$ 10.078 milhões). Todos os estados tiveram redução em suas dívidas no período analisado, mas o feito mais notável foi no caso do Maranhão; com uma dívida de R\$ 893 milhões em 2024, no primeiro quadrimestre de 2025, os recursos em caixa superaram suas dívidas, no valor de R\$ 1.804 milhões.

A RCL nordestina, tanto em 2024, quanto no primeiro quadrimestre de 2025, têm seus principais geradores nos principais estados, Bahia (R\$ 63,9 bilhões), seguido por Pernambuco (R\$ 43,1 bilhões), Ceará (R\$ 36,4 bilhões) e Maranhão (R\$ 28,5 bilhões), que representam 66,1% da RCL regional.

Quatro estados (MG, RJ, SP e RS), representavam 86,9% da DCL (dívida consolidada líquida) do País em 2024, e 43,7% da RCL (receita corrente líquida). No primeiro quadrimestre de 2025, passaram para 89,7% e 44,0%, respectivamente. O crescimento na DCL dos quatro maiores estados em endividamento se dá por que sua DCL caiu menos que a DCL brasileira, -2,2% para -5,3%. O crescimento da RCL se deu no sentido inverso, a RCL dos quatro estados cresceu +3,1% e a RCL brasileira cresceu +2,2%. Estes quatro estados com maior endividamento, assim como os outros estados da Federação, tiveram reduções em seus índices. Os índices do Sudeste (1,35) e do Sul (0,63) são os mais altos, enquanto o do Norte (0,08) é o mais baixo.

Tabela 9.4 – Grau de Endividamento (GRE) Regiões, Brasil e Estados Selecionados – 2024 e 1º quadrimestre de 2025

Estado/Região/País	Estado				Capital		
	2024	1º Quadrimestre 2025	Relação(%)¹	Var. %	2024	1º Quadrimestre 2025	Var. %
Alagoas	0,76	0,72	99,5	-4,8	0,07	0,00	0,00
Bahia	0,37	0,32	44,7	-12,6	0,27	0,21	-21,7
Ceará	0,33	0,27	37,3	-18,1	0,35	0,26	-24,9
Maranhão	0,03	0,00	0,00	0,0	0,00	0,00	0,00
Paraíba	0,00	0,00	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00
Pernambuco	0,30	0,23	32,3	-22,2	0,36	0,30	-17,0
Piauí	0,63	0,61	84,0	-2,9	0,38	0,27	-27,6
Rio Grande do Norte	0,40	0,32	44,7	-19,2	0,26	0,30	17,2
Sergipe	0,12	0,05	6,3	-60,7	0,22	0,13	-41,6
Nordeste	0,32	0,26	35,3	-18,8	0,21	0,15	-27,9
Norte	0,12	0,08	10,9	-33,6	0,17	0,11	-35,7
Sudeste	1,43	1,35	186,4	-5,4	0,20	0,14	-28,7
Espirito Santo	0,00	0,00	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00
Minas Gerais	1,63	1,51	208,6	-7,0	0,10	-0,02	-122,3
Sul	0,70	0,63	87,4	-9,3	0,00	0,00	0,00
Centro-Oeste	0,12	0,09	12,3	-23,2	0,14	0,11	-21,9
Brasil	0,78	0,72	100,0	-7,4	0,17	0,11	-33,4

Fonte: Tesouro Nacional (2024 e 1º quadrimestre de 2025). Elaboração BNB/Etene. 1Relação entre o índice estadual/capital com o índice nacional, em 2025. 2Quando o Grau de Endividamento é zero, quer dizer que o Estado/Capital tinha recurso em caixa acima de sua dívida consolidada líquida.

O GRE da Região Nordeste teve uma variação de -18,8%, em função da redução de -18,8% (variação nominal) em sua DCL, e uma pequena redução em sua RCL (variação nominal de -0,04%). Em 2024, o Nordeste detinha 9,0% da DCL nacional e 22,4% da RCL. No primeiro quadrimestre de 2025, esses percentuais passaram para 7,7% e 21,9%, respectivamente. A redução do índice nacional de endividamento (0,78 para 0,72), -7,4%, se deve ao aumento na RCL (+2,2%) e uma redução na DCL (+10,0%), conforme verificado na Tabela 9.3.

Todos os estados na Região tiveram reduções em seus níveis de endividamento. As maiores reduções ocorreram em Sergipe (-60,7%) e Pernambuco (-22,2%). No primeiro, houve uma queda na DCL (-59,1%) e um aumento na RCL (+4,1%). Em Pernambuco, enquanto a DCL caiu -23,5%, a RCL caiu -1,6%. As menores reduções ocorreram no Piauí (-2,9%), Alagoas (-4,8%) e Bahia (-12,6%). As reduções em suas DCL's foram, -1,6%, -2,5% e -14,0%, respectivamente, enquanto as variações em suas RCL's foram +1,4%, +2,5% e -1,6%, nessa ordem.

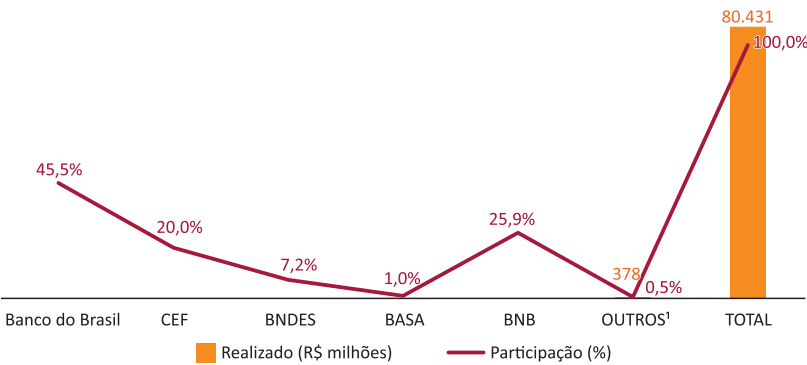
Apenas Natal teve um crescimento em seu grau de endividamento, de 0,26 para 0,30, variação de +17,2%. A razão é o crescimento de sua DCL em +19,8%, enquanto a RCL cresceu apenas +2,2%. As maiores reduções foram em Aracaju (-41,6%), Teresina (-27,6%) e Fortaleza (-24,9%). Em todas, as DCL's caíram, -39,2%, -27,0% e -23,0%, respectivamente, enquanto as RCL's cresceram, +4,2%, +0,9% e 2,6%, respectivamente.

9.4 Agências Oficiais de Fomento:

Esta seção, acompanha a evolução dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas Agências Oficiais de Fomento, na Região Nordeste, até junho de 2025. São estas as maiores responsáveis pelo investimento produtivo na Região. A avaliação do comportamento das Agências Oficiais de Fomento, se estende até junho, e permite visualizar o nível de aplicações em todos os estados da Região. A programação para 2025, de empréstimos e financiamentos, efetivamente concedidos, na Região Nordeste, é de R\$ 196,5 bilhões, 16,1% menor que o valor aplicado no ano anterior (R\$ 234,3 bilhões).

No primeiro semestre de 2025, as Agências de Fomento Oficiais (AFO) aplicaram no Nordeste R\$ 80,4 bilhões. A participação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) foi 25,9% (R\$ 20,8 bilhões). O valor programado na Lei de Diretrizes Orçamentárias, para 2025, é R\$ 196,5 bilhões, que representa 83,9% do valor realizado em 2024 (R\$ 234,3 bilhões).

Gráfico 9.1 – Valor (R\$ milhões) e Participação (%) de cada Agência Oficial de Fomento nas aplicações no Nordeste



Fonte: Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST (2025). Elaboração BNB/Etene. ¹Finep e Finame.

Enquanto o BNB direcionou 52,5% (R\$ 10,9 bilhões) de seus recursos para o setor rural, o total das AFO aplicaram somente 16,0% (R\$ 12,9 bilhões), isto quer dizer que o BNB representa 84,8% de todas as aplicações neste setor.

As aplicações do BNB nos setores industrial, comércio e serviços, representam 46,7% (R\$ 9,7 bilhões) do seu total (R\$ 20,8 bilhões), enquanto nas AFO representa 33,8% (R\$ 27,2 bilhões). As aplicações do BNB representam 35,8% do total das aplicações nestes três setores.

Tabela 9.5 – Empréstimos e Financiamentos Efetivamente Concedidos por Setor pelas AOF no Nordeste – R\$ milhões

Região Nordeste (R\$ milhões)	Total	Rural	Industrial	Comércio	Intermediação Financeira	Serviços	Habitação	Outros¹
	80.431	12.891	7.389	8.818	1.332	10.955	7.550	31.497
BNB	20.810	10.935	3.936	3.030	0	2.756	0	153
BNDES	5.821	468	517	435	656	3.745	0	0
CAIXA	16.066	785	422	1.343	0	2.079	7.193	4.244
BANCO DO BRASIL	36.580	60	2.267	3.981	601	2.252	357	27.064
OUTROS²	378	56	131	2	75	107	-	7
BASA NORDESTE	776	587	116	27	0	16	0	29

Fonte: Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST (2025). Elaboração BNB/Etene. 1Principalmente pessoas físicas. 2Finep e Finame.

No consolidado das agências, 53,7% (R\$ 43,2 bilhões) foram aplicados em empreendimentos de pequeno porte. No BNB, este porte representa 23,5% (R\$4,9 bilhões) de suas aplicações. A maior participação é do Banco do Brasil (62,9%), seguido pela Caixa Econômica Federal (25,1%), em função

de que são bancos com maior capilaridade regional e que seus clientes são pessoas físicas com conta corrente. O cliente do BNB, na sua maior parte, é do Crediamigo.

No Banco, a maior participação em suas aplicações, vem dos empreendimentos de médio porte, 40,6% (R\$ 8,4 bilhões), enquanto no consolidado, este porte participa com 14,4% (R\$ 11,6 bilhões) das aplicações. Olhando a participação do BNB no total aplicado pelas AFO no porte médio, ela é de 72,9%, seguido pelo Banco do Brasil, 13,6% (R\$ 1,6 bilhão).

Tabela 9.6 – Empréstimos e Financiamentos Efetivamente Concedidos por Porte pelas AOF no Nordeste – R\$ milhões

Região Nordeste (R\$ milhões)	Total	Micro	Pequeno	Médio	Médio Grande	Grande
	80.431	43.201	9.602	11.579	265	15.784
BNB	20.810	4.894	2.851	8.444	1	4.620
BNDES	5.821	121	450	919	0	4.330
CAIXA	16.066	10.824	3.399	417	255	1.171
BANCO DO BRASIL	36.580	27.187	2.676	1.577	0	5.140
OUTROS ¹	378	-	105	57	9	206
BASA NORDESTE	776	176	119	164	0	317

Fonte: Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST (2025). Elaboração BNB/Etene. ¹Finep e Finame.

No total das aplicações das AFO, a Bahia tem a maior participação, 28,9% (R\$ 23,3 bilhões), seguido pelo Maranhão, 14,4% (R\$ 11,6 bilhões) e Pernambuco, 13,5% (R\$ 10,8 bilhões). A menor participação é de Sergipe, 4,2% e R\$ 3,4 bilhões. Nas aplicações do BNB, a maior aplicação, também é na Bahia, 33,0% (R\$ 6,9 bilhões), seguido por Pernambuco, 13,2% (R\$ 2,7 bilhões) e Piauí, 11,5% e R\$ 2,4 bilhões. A menor participação é do Rio Grande do Norte, 4,6% e R\$ 967 milhões.

Do total programado para 2025 (R\$ 196,5 bilhões) foram realizados 40,9%. A agência com maior participação foi o BASA (71,5%), seguido pelo Banco do Brasil (63,2%) e o BNB (46,8%).

Tabela 9.7 – Empréstimos e Financiamentos Efetivamente Concedidos por Estado do Nordeste – R\$ milhões

Região Nordeste	BNB	BNDES	Caixa	Banco do Brasil	Outros ¹	Basa Nordeste	Consolidado
	20.810	5.821	16.066	36.580	378	776	80.431
Alagoas	1.387	153	1.189	1.368	8	0	4.104
Bahia	6.859	2.410	4.123	9.750	113	0	23.255
Ceará	1.896	605	2.263	5.249	179	0	10.193
Maranhão	2.390	875	1.285	6.249	0	776	11.575
Paraíba	1.009	136	1.329	1.896	0	0	4.370
Pernambuco	2.743	223	2.845	4.992	40	0	10.842
Piauí	2.394	602	975	3.033	38	0	7.043
Rio Grande do Norte	967	786	1.174	2.726	0	0	5.652
Sergipe	1.165	32	882	1.317	0	0	3.396

Fonte: Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST (2025). Elaboração BNB/Etene. ¹Finep e Finame.

10 Intermediação Financeira

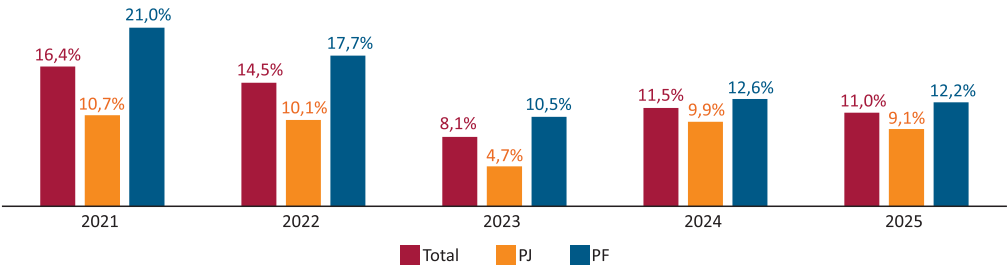
O saldo de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) totalizou R\$ 6,70 trilhões em junho de 2025, representando expansão de 11,0% em relação ao mesmo mês do ano anterior. A trajetória de crescimento continua sendo majoritariamente sustentada pelas operações com pessoas físicas, que registraram elevação de 12,2% em 12 meses. Já as operações destinadas às pessoas jurídicas apresentaram avanço mais moderado, com alta de 9,1% no mesmo período.

No recorte empresarial, as micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) demonstraram protagonismo no crescimento da carteira, com incremento de 13,5%, enquanto as grandes empresas observaram aumento de 6,2% no saldo de crédito.

Entre as fontes de financiamento, os recursos direcionados atingiram a marca de R\$ 2,83 trilhões, com crescimento de 12,6% em relação a junho de 2024. Estes recursos, regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) ou vinculados a fundos públicos, seguem concentrados em linhas de crédito rural, imobiliário, investimento de longo prazo e microcrédito produtivo orientado. Por sua vez, os recursos livres, voltados a finalidades como capital de giro, cartão de crédito, crédito pessoal e aquisição de bens, alcançaram R\$ 3,87 trilhões, com crescimento de 9,8% no acumulado em 12 meses — ritmo inferior ao observado entre os recursos direcionados.

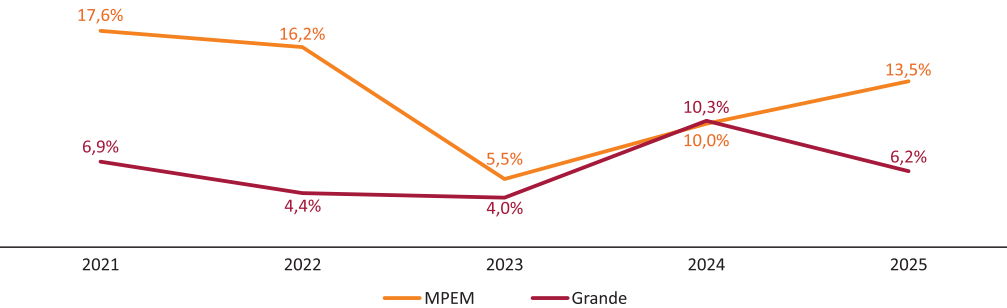
A moderação no ritmo de crescimento da carteira de crédito reflete o cenário de juros elevados e seletividade das instituições financeiras na concessão de novos empréstimos. Apesar disso, a expansão do crédito à pessoa física demonstra resiliência, impulsionada pela melhora do mercado de trabalho e aumento da massa salarial.

Gráfico 10.1 – Saldo das Operações de Crédito no Brasil - Total, Pessoa Jurídica e Pessoa Física - % de crescimento nos últimos 12 meses - 2021 a 2025



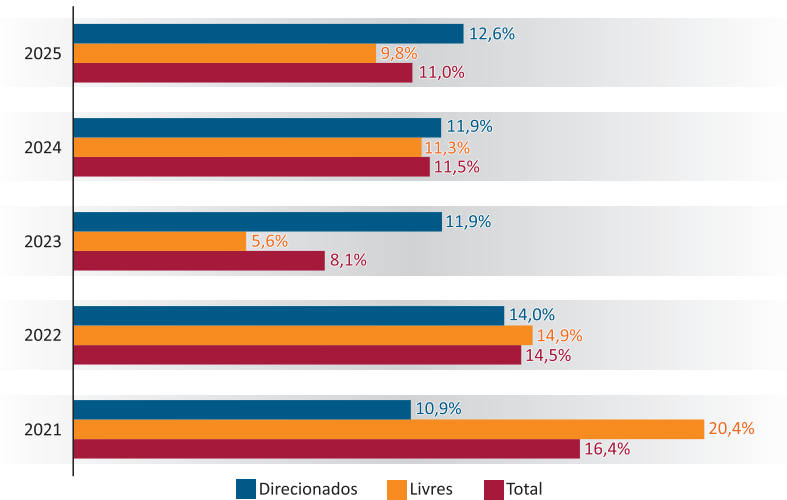
Fonte: Bacen (2025). Elaboração do BNB/Etene.
Nota: 2025 refere-se a junho, no acumulado dos últimos doze meses

Gráfico 10.2 – Saldo das Operações de Crédito no Brasil - Por Porte - % de Crescimento nos últimos 12 meses - 2021 a 2025*



Fonte: Bacen (2025). Elaboração do BNB/Etene.
Nota: 2025 refere-se a junho, no acumulado dos últimos doze meses

Gráfico 10.3 – Saldo das Operações de Crédito no Brasil - Total, Recursos Direcionados e Recursos Livres - % de Crescimento em Relação ao Ano Anterior - 2021 a 2025



Fonte: Bacen (2025). Elaboração do BNB/Etene.
Nota: 2025 refere-se a junho, no acumulado dos últimos doze meses

As operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional, sob o lastro de recursos livres e direcionados, encerraram o **1º. Semestre de 2025** com taxa média de juros de 31,7% a.a., conforme informações publicadas pelo Banco Central. Nos últimos 12 meses, a taxa de juros média avançou 3,9 pontos percentuais, em decorrência da recente mudança da condução da política monetária, via aumento Taxa Selic, que provocou impacto na trajetória de curto prazo dos juros.

O *spread* bancário, que representa a diferença de juros entre a captação e aplicação de recursos, sendo, em grande medida, a margem de rentabilidade dos bancos, registrou 20,6% no último mês de junho de 2025, de forma apresentou avanço nos últimos doze meses (-2,0 pontos percentuais). Entre os segmentos, o *spread* da pessoa jurídica (8,9%) continua mais baixo que o *spread* da pessoa física (26,0%), fundamentalmente pela menor inadimplência, maior respaldo das operações bancárias com garantias reais, entre outros fatores econômico-financeiros.

10.1 Crédito Regional

O Sistema Financeiro Nordeste registrou um saldo de operações de crédito de R\$ 943.8 bilhões em junho de 2025, o que representa crescimento de 13,5% em comparação com o mesmo mês de 2024. O aumento do crédito no Nordeste foi superior ao observado em âmbito nacional, onde este cresceu 11,0% no mesmo período.

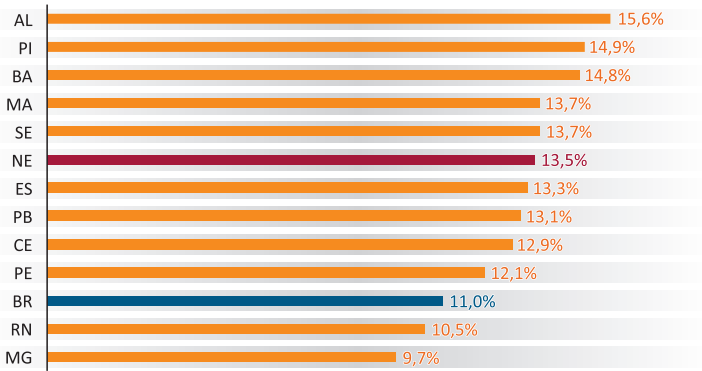
A Região Nordeste registrou avanço no crédito, impulsionado pelo crescimento das carteiras de crédito de pessoas físicas, que aumentaram 13,5%, e de pessoas jurídicas, que subiram 13,7%. Ao final do último mês de junho de 2025, o saldo das operações de empréstimos e financiamentos destinados às famílias representava 70,2% do total, enquanto as empresas respondiam pelos 29,8% restantes.

Entre os estados da área de atuação do Banco, as maiores elevações no saldo das operações de crédito ocorreram em Alagoas (+15,6%) e Piauí (+14,9%), no mês de junho de 2025, quando comparado com o mesmo mês no ano de 2024. No montante total de crédito, os principais estados no Nordeste são: Bahia (R\$ 261,2 bilhões), Pernambuco (R\$ 149,3 bilhões) e Ceará (R\$ 146,4 bilhões).

Regionalmente, ao considerar as operações acima de R\$ 1 mil, a maior expansão no saldo de crédito, referente a junho de 2025, em ritmo anualizado, foi observada na Região Norte, com crescimento de 14,3%. A Região Nordeste, com um aumento de 13,5%, superou o ritmo de crescimento da carteira de crédito da média nacional (11,0%) e figurou na segunda posição no ranking regional de expansão do crédito.

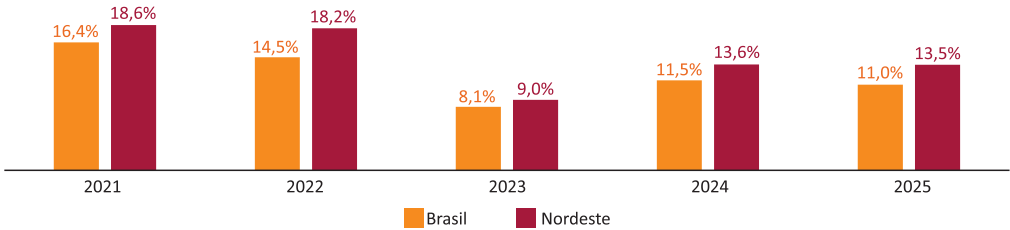
No cenário prospectivo, a melhora dos indicadores econômicos, como a redução do desemprego, o aumento da renda e da massa salarial, deve colocar o crédito no Nordeste ainda em crescimento em 2025; no entanto, a Taxa Selic no campo restritivo deve atenuar o avanço da carteira de crédito regional.

Gráfico 10.4 – Saldo de crédito do Sistema Financeiro Nacional e Estadual - Área de Atuação do BNB – Crescimento Acumulado em 12 Meses % - Junho de 2025



Fonte: Bacen (2025). Elaboração do BNB/Etene.

Gráfico 10.5 – Saldo de crédito do Sistema Financeiro Nacional e Nordestino – Em 12 Meses % - 2021 a 2025*



Fonte: Bacen (2025). Elaboração do BNB/Etene.
Nota: 2025 refere-se a junho, no acumulado dos últimos doze meses

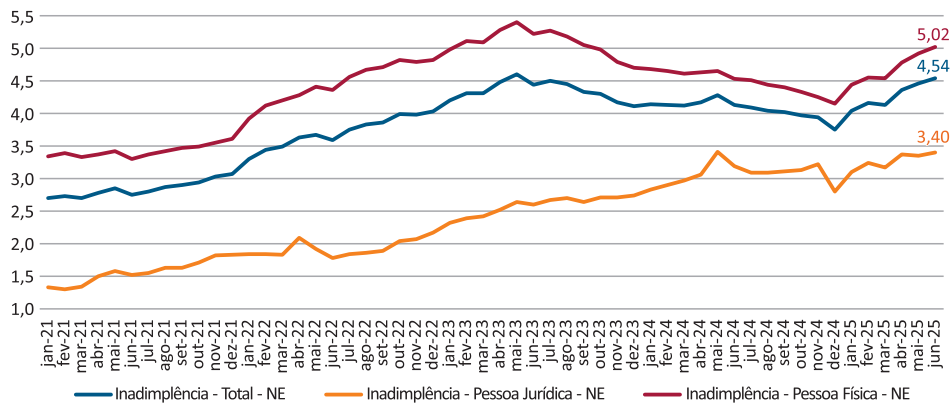
Tabela 10.1 – Saldo de crédito do Sistema Financeiro Nacional e Regiões – Crescimento Acumulado em 12 Meses % - 2019 a 2025*

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Brasil	6,5%	15,7%	16,4%	14,5%	8,1%	11,5%	11,0%
Centro-Oeste	10,0%	17,3%	17,4%	17,8%	12,4%	11,6%	9,8%
Nordeste	9,0%	12,1%	18,6%	18,2%	9,0%	13,6%	13,5%
Norte	13,2%	17,9%	27,1%	22,8%	14,1%	16,3%	14,3%
Sudeste	4,1%	15,6%	14,9%	10,8%	5,7%	10,8%	10,4%
Sul	8,7%	19,1%	15,6%	16,0%	7,7%	13,0%	11,7%

Fonte: Bacen (2025). Elaboração do BNB/Etene Nota: 2025 refere-se a junho, no acumulado dos últimos doze meses

A taxa de inadimplência do Nordeste registrou 4,54% em junho de 2025, o que representa alta de 0,41 ponto percentual nos últimos 12 meses. O comportamento da inadimplência na região, nos primeiros meses de 2025, apresentou aceleração. Essa tendência é influenciada pelo desempenho da carteira de pessoas físicas, que sente de forma mais clara a política monetária mais restritiva, enquanto a pessoa jurídica apresentou taxa de 3,40%, denotando ainda inadimplência controlada.

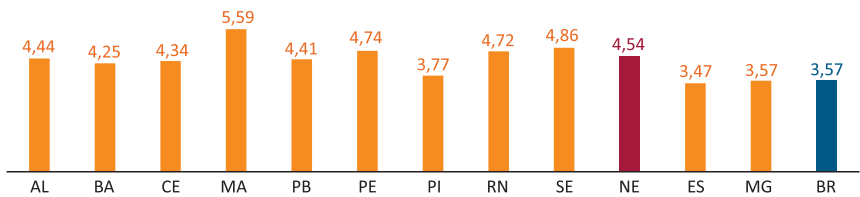
Gráfico 10.6 – Inadimplência – Nordeste - Total, Pessoa Física e Pessoa Jurídica – % Anual – Janeiro de 2021 a Junho de 2025



Fonte: Bacen (2025). Elaboração do BNB/Etene.

No Nordeste, a inadimplência mais baixa, no final do 1º. Semestre de 2025, foi observada no Piauí (3,77%). Entre os estados da área de atuação do Banco, Maranhão apresentou a maior taxa (5,59%), seguida por Sergipe (4,86%). A inadimplência média nacional ficou em 3,57%, inferior à registrada no Nordeste.

Gráfico 10.7 – Inadimplência – Nacional, Regional e Estados da Área de Atuação do BNB – % – Junho de 2025



Fonte: Bacen (2025). Elaboração do BNB/Etene.

11 Índices de Preço

É sempre bom dar o devido destaque para o fenômeno da inflação, no sentido de que provoca perdas significativas nas rendas das classes trabalhadores, as mais vulneráveis a esse poder de corrosão. De acordo com os dados do Relatório Anual de Informações Sociais – RAIS, com os dados de 2023, dos trabalhadores cadastrados na Região Nordeste, 57,3 % ganham até dois salários-mínimos. A ampliação do limite para três salários-mínimos, apresenta que 68,0% dos trabalhadores na Região, estão dentro desse limite. Reforçando ainda esta linha de argumento, de acordo com o IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral), a informalidade no Nordeste e Norte, média de 2013 a 2023, é 52,9% e 55,8%, respectivamente, quando no Brasil é 39,6%. Fica claro, que os trabalhadores na base da pirâmide social são os que mais sofrem quando os índices inflacionários crescem. Vale a pena acompanhar a evolução dos itens: alimentação no domicílio, gás butano, energia residencial e ônibus municipal, que afetam diretamente as classes menos abastadas.

Tabela 11.1 – Percentual de Vínculos Empregatícios, por Faixa de Remuneração – RAIS 2021

NÚMERO DE VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS POR FAIXA DE REMUNERAÇÃO DEZEMBRO DE 2021				
Regiões/Brasil	Até 1 SM	1 SM < x < 2 SM	2 SM < x < 3 SM	Até 3 SM
Norte	9,0	46,3	14,9	70,1
Nordeste	12,7	50,7	12,0	75,4
Sudeste	5,6	42,3	18,2	66,1
Sul	5,3	41,6	22,1	68,9
Centro-Oeste	7,0	42,5	16,1	65,6
Brasil	7,2	44,0	17,4	68,5

Fonte: RAIS (2022) – Ministério do Trabalho e Emprego (até 23 de janeiro de 2024, não foram divulgados os dados para 2022). Elaboração: BNB/Etene. Nota: SM – Salário-mínimo.

11.1 Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – Comentários Iniciais:

O centro da meta do IPCA, para 2024, é 3,00%, com o teto de 4,5%. Entre 2020 e 2022, o índice nordestino sempre ficou acima da média nacional. Em 2023, a situação inverteu-se, o índice da Região representa 84,8% do índice nacional (Nordeste – 3,92% e Brasil – 4,62%), ver Tabela 11.2.

Tabela 11.2 – IPCA Brasil e Nordeste e Teto da Meta – Em %

ANO	IPCA NORDESTE	IPCA BRASIL	Teto da Meta
2020	5,08	4,52	5,50
2021	10,53	10,06	5,25
2022	5,99	5,78	5,00
2023	3,92	4,62	4,75
2024	4,85	4,83	4,50
2025 ¹	5,10	5,35	4,50

Fonte: IBGE (2025). Elaboração BNB/Etene. 1. Variação em doze meses, terminados em junho de 2025.

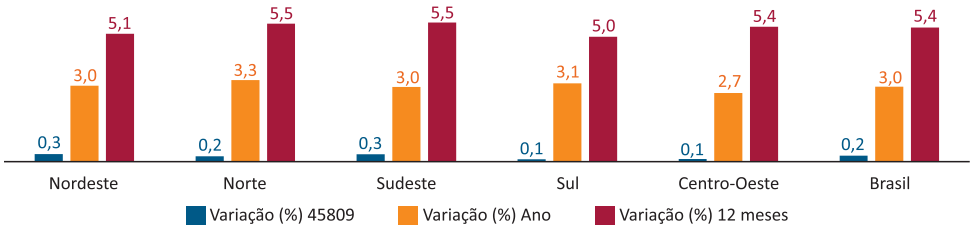
O IPCA nacional ficou abaixo do teto da meta em 2020 (4,52% para 5,50%) e 2023 (4,62% para 4,75). Superou o teto em 2021 (10,06% para 5,25%) e 2022 (5,78% para 5,00%). Comparando o teto da meta com o IPCA nordestino, vê-se que o índice regional superou a meta em 2021 e 2022. Em 2024, o índice nacional para doze meses, ficou acima da meta (+4,83%). Na Região Nordeste (4,85%), aconteceu o mesmo. Em junho, IPCA doze meses, o índice está acima da meta.

11.2 – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA:

A inflação do Nordeste, medida pelo IPCA, foi de +0,30% em junho de 2025, acima do IPCA brasileiro (+0,24%). São Paulo (+0,29%) e Belo Horizonte (+0,53%) carregaram 60,4% do índice nacional, enquanto o conjunto das cinco capitais/regiões metropolitanas nordestinas pesquisadas carregaram 19,7%. Nestas, apenas Aracaju (+0,14%) e São Luís (+0,22%) estão abaixo do índice nacional. Fortaleza (+0,37) e Recife (+0,33%) estão entre os quatro maiores IPCA's do mês. Os índices das capitais nordestinas, ficaram entre +0,14% (Aracaju – 12ª posição) e +0,37% (Fortaleza – 3ª posição).

Apenas o Sudeste (+0,30%) e o Nordeste (+0,30%) tiveram variações maiores que o índice nacional (+0,24%). O Sudeste contribuiu com 65,5% do índice nacional, seguido pelo Nordeste com 19,7% e o Sul (+0,09%), com 6,5%. O índice de difusão (espalhamento das variações positivas nos itens que compõem o IPCA) é um pouco menor no Nordeste (51.0%) que no Brasil (53,8%), mas são os menores desde agosto de 2024. Em apenas dois meses, na série a partir de janeiro de 2024, o índice está abaixo dos 55,0%, junho (52,2%) e julho (+47,0%) Cabe salientar que o IPCA nordestino está abaixo do índice nacional apenas na métrica 12 meses (Gráfico 11.1).

Gráfico 11.1 – IPCA (%) – Brasil e Regiões – Junho, ano e 12 meses, terminados em junho - 2025



Fonte: IBGE (2025). Elaboração BNB/Etene.

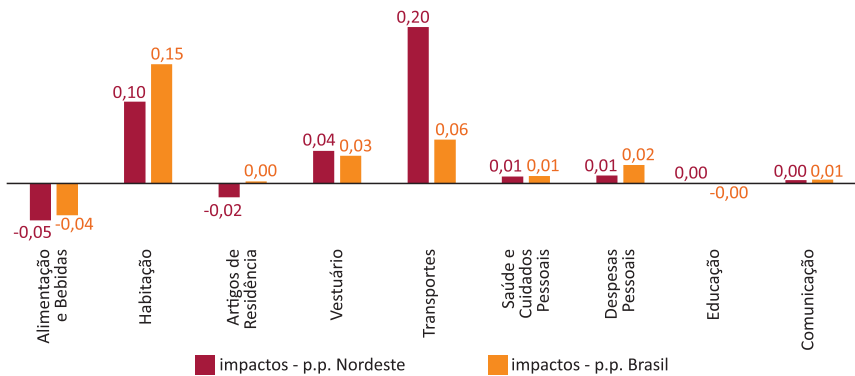
Os dados para o Brasil mostram que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do mês de junho apresentou variação de 0,24%, 0,02 ponto percentual (p.p.) abaixo da taxa de 0,26% registrada em maio. No ano, o IPCA acumula alta de 2,99% e, nos últimos doze meses, o índice ficou em 5,35%, acima dos 5,32% dos 12 meses imediatamente anteriores. Em junho de 2024, a variação havia sido de 0,21%. Em junho, apenas “Alimentação e bebidas” apresentou uma variação negativa (-0,18%), enquanto os demais grupos de produtos e serviços pesquisados ficaram entre 0,99% de Habitação e 0,00% de Educação.

11.3 O IPCA regional no mês – detalhamento das principais variações

Das 16 capitais/regiões metropolitanas pesquisadas no Brasil, apenas Campo Grande teve variação negativa, -0,08. A menor variação nas capitais nordestinas pesquisadas é de Aracaju (+0,14% - 12ª posição), e a maior é de Fortaleza (+0,37% - 3ª posição), seguida por Recife (+0,33% - 4ª posição), Salvador (+0,29% - 6ª posição) e São Luís (+0,22% - 8ª posição)

No Nordeste e Brasil, os grupos Habitação, Vestuário e Transportes foram responsáveis por 113,2% do índice nordestino e 99,6% do brasileiro. O destaque no índice nacional é Habitação, que gerou impacto de +0,15 p.p. (Brasil) e +0,10 p.p. (Nordeste). Na Região, o principal impacto vem de Transportes (+0,20 p.p.) e +0,6 p.p. (Brasil), onde o principal responsável é a gasolina (+2,0% e impacto de +0,11 p.p.). O estranho é que a gasolina caiu no índice nacional (-0,3%). As capitais que alavancaram foram Recife (+3,9%) e Salvador (+2,6%). Em Habitação, o principal ofensor é energia elétrica residencial, com um impacto um pouco menor na Região (+1,8% e impacto de +0,08 p.p.), que no Brasil (+3,0% e impacto de +0,12 p.p.). Habitação e Transportes estão entre os que produzem os maiores impactos no ano e em doze meses, terminados em junho. No ano, e em doze meses, entram Alimentação e bebidas e Saúde e cuidados pessoais. Alimentação e bebidas, que é o responsável pelo maior impacto em doze meses (representa 25,5% do índice regional e 27,2% do nacional), teve uma deflação de -0,19% e impacto de -0,05 p.p. (Nordeste) e -0,18% e impacto de -0,04 p.p. (Brasil) (Gráfico 11.2).

Gráfico 11.2 – Impactos dos Grupos do IPCA – Nordeste e Brasil – Junho de 2025



Fonte: IBGE (2025). Elaboração BNB/Etene. Nota: p.p. – pontos percentuais (impactos).

Em Habitação, as principais variações são de condomínio (+0,4%), artigos de limpeza (+0,8%) e energia elétrica residencial (+1,8%). Esta variou entre +0,4% (Salvador) e +5,4% (São Luís). Os destaques em Transportes são gasolina (2,0%), transporte por aplicativo (+11,7%) e veículo próprio (+0,5%). Roupas masculina e feminina (+0,6%, cada) e calçados e acessórios (+1,0%), são as variações mais relevantes em Vestuário (Tabela 11.3).

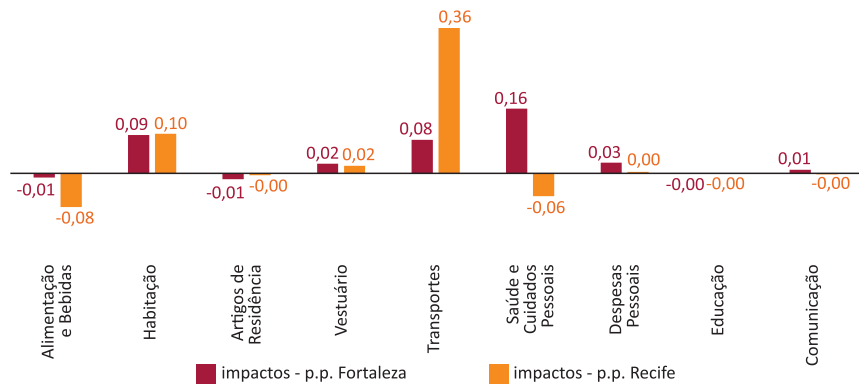
Tabela 11.3 – IPCA (%) – Nordeste e Capitais pesquisadas na Região – Junho de 2025

IPCA - Grupo Pesquisado	Fortaleza		Recife		Salvador		Aracaju		São Luis		Nordeste		Brasil	
	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto
	0,37		0,33		0,29		0,14		0,22		0,30		0,24	
Alimentação e Bebidas	-0,04	-0,01	-0,34	-0,08	-0,05	-0,01	-0,43	-0,10	-0,48	-0,13	-0,19	-0,05	-0,18	-0,04
Habitação	0,58	0,09	0,71	0,10	0,38	0,05	1,25	0,15	1,94	0,27	0,72	0,10	0,99	0,15
Artigos de Residência	-0,37	-0,01	-0,12	-0,00	-0,86	-0,03	-0,22	-0,01	0,14	0,01	-0,43	-0,02	0,08	0,00
Vestuário	0,52	0,02	0,32	0,02	1,46	0,08	0,98	0,06	-0,28	-0,02	0,77	0,04	0,75	0,03
Transportes	0,44	0,08	1,89	0,36	1,04	0,19	0,54	0,10	0,71	0,13	1,06	0,20	0,27	0,06
Saúde e Cuidados Pessoais	1,17	0,16	-0,37	-0,06	0,03	0,00	-0,54	-0,09	-0,58	-0,08	0,06	0,01	0,07	0,01
Despesas Pessoais	0,35	0,03	0,04	0,00	-0,04	-0,00	0,16	0,01	0,44	0,04	0,12	0,01	0,23	0,02
Educação	0,00	-0,00	-0,01	-0,00	0,07	0,00	0,01	0,00	-0,03	-0,00	0,02	0,00	0,00	-0,00
Comunicação	0,25	0,01	-0,07	-0,00	0,20	0,01	0,32	0,01	0,04	0,00	0,13	0,00	0,11	0,01

Fonte: IBGE (2025). Elaboração BNB/Etene. Nota: índice – variação (%); p.p. – pontos percentuais (impactos).

Dois regiões metropolitanas nordestinas, tiveram um IPCA acima da média regional, Fortaleza (+0,37%) e Recife +0,33%). Dois grupos geraram impactos relevantes, e são comuns nas duas regiões, Habitação e Transportes. Eles representam 47,7% do índice de Fortaleza, e 137,5% de Recife. O impacto de Habitação é muito parecido nas duas regiões, mas Transportes destoa, já que gerou um impacto de +0,08 p.p. em Fortaleza, e +0,36 p.p. em Recife. Em Fortaleza, agrega-se aos dois grupos, já citados, Saúde e cuidados pessoais, que representa 43,0% da variação total. Este grupo, em Recife, teve impacto negativo de -0,06 p.p..

Gráfico 11.3 – Impactos dos Grupos do IPCA – São Luís e Fortaleza – Junho de 2025



Fonte: IBGE (2025). Elaboração BNB/Etene. Nota: p.p. – pontos percentuais (impactos).

Em Habitação a principal variação é em energia elétrica residencial, +1,5% (Fortaleza) e +2,4% (Recife). No grupo Transportes, os destaques são de transporte por aplicativo, +11,5% (Fortaleza) e +14,5% (Recife), veículo próprio, +0,5% (Fortaleza) e +1,0% (Recife), gasolina, 0% (Fortaleza) e +3,9% (Recife). As variações mais relevantes do grupo Saúde e cuidados pessoais em Fortaleza são produtos farmacêuticos e óticos (+2,1%), serviços médicos e dentários (+1,0%) e perfume (+0,8%), que teve um impacto de +0,02 p.p., enquanto em Recife, caiu -3,7%, com impacto de -0,07 p.p..

11.4 – O IPCA regional no ano – detalhamento das principais variações

No ano, o IPCA regional acumula +3,03%, acima do índice nacional (+2,99%). Tem o terceiro menor índice entre as Regiões, acima do índice verificado no Centro-Oeste (+2,74%) e do Sudeste (+2,98%). O valor das outras regiões são: Norte (+3,25%) e Sul (+3,12%). Aracaju (+3,45%) tem o maior índice no ano, entre as 16 capitais/regiões metropolitanas pesquisadas. Fortaleza (+3,05%) está na 8ª posição, seguida por Recife (+3,01% - 9ª posição), Salvador (+3,00% - 11ª posição) e São Luís (+2,90% - 12ª posição), conforme Tabela 11.4.

Tabela 11.4 - IPCA (%) – Nordeste e Capitais pesquisadas na Região – 1º semestre de 2025

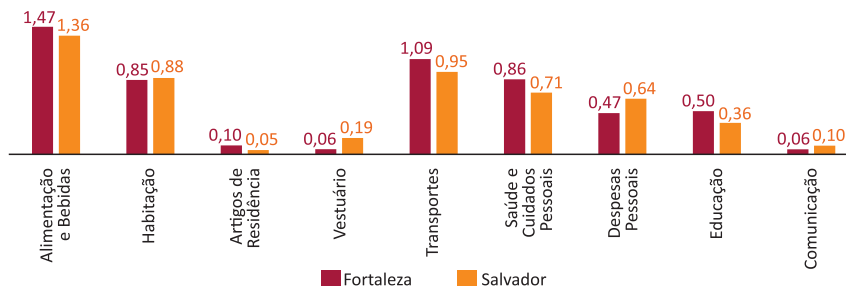
IPCA - Grupo Pesquisado	Fortaleza		Recife		Salvador		Aracaju		São Luís		Nordeste		Brasil	
	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto
	3,05		3,01		3,00		3,45		2,90		3,03		2,99	
Alimentação e Bebidas	4,12	1,02	3,28	0,79	4,81	1,11	3,61	0,80	2,96	0,78	4,02	0,96	3,69	0,81
Habitação	2,99	0,48	4,33	0,59	3,34	0,47	4,47	0,55	4,24	0,59	3,68	0,52	3,83	0,57
Artigos de Residência	0,98	0,04	-0,47	-0,02	-0,46	-0,02	3,73	0,12	1,82	0,08	0,34	0,01	0,83	0,03
Vestuário	-0,17	-0,01	0,87	0,05	1,50	0,07	2,14	0,12	2,22	0,14	1,12	0,06	2,66	0,12
Transportes	1,61	0,30	4,17	0,78	1,08	0,19	3,75	0,68	1,43	0,26	2,17	0,40	1,89	0,38
Saúde e Cuidados Pessoais	4,59	0,62	2,19	0,33	3,32	0,51	2,72	0,46	4,53	0,62	3,38	0,50	3,46	0,47
Despesas Pessoais	3,04	0,23	1,74	0,14	2,86	0,28	2,24	0,21	2,42	0,19	2,53	0,22	2,49	0,25
Educação	5,29	0,36	5,15	0,32	5,16	0,31	5,55	0,43	4,04	0,20	5,09	0,32	5,19	0,31
Comunicação	0,36	0,01	0,58	0,02	1,75	0,07	1,81	0,08	0,97	0,04	1,10	0,04	1,11	0,05

Fonte: IBGE (2025). Elaboração BNB/Etene. Nota: índice – variação (%); p.p. – pontos percentuais (impactos).

Os principais grupos que geraram impactos, no índice regional, foram Alimentação e bebidas (+4,02%), Habitação (+3,68%), Transportes (+2,17%) e Saúde e cuidados pessoais (+3,38%) representaram 78,8% da variação regional, e 74,6% no índice nacional. No primeiro grupo, a cebola (+56,6%), o tomate (+46,7%), a banana prata (+12,7%), aves e ovos (+6,7%) e o café (+44,5%) tiveram aumentos significativos. Energia elétrica residencial (+7,0%) representa 56,4% da variação do grupo Habitação, seguido por aluguel residencial (+2,3%), que representa 13,1%. Os destaques em Transportes são a gasolina (+2,7%), transporte por aplicativo (+23,5%), ônibus urbano (+4,1%) e veículo próprio (+2,8%). Em Saúde e cuidados pessoais, as variações mais relevantes são de produtos farmacêuticos (+3,7%), serviços médicos e dentários

(+3,7%), plano de saúde (+3,4%), produto para cabelo (+6,1%) e perfume (+2,1%), que representam 81,0% da variação do grupo. O Gráfico 11.4 apresenta os impactos do IPCA para o Nordeste e para o Brasil no primeiro trimestre de 2025.

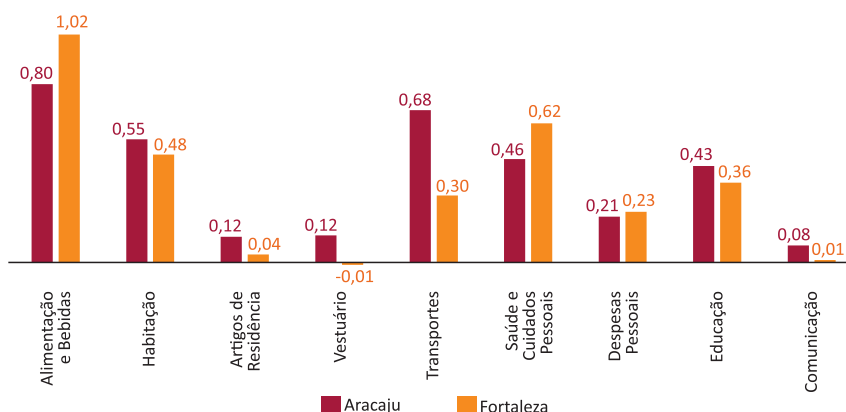
Gráfico 11.4 – Impactos dos Grupos do IPCA – Nordeste e Brasil – 1º semestre de 2025



Fonte: IBGE (2025). Elaboração BNB/Etene. Nota: p.p. – pontos percentuais (impactos).

A região metropolitana de Fortaleza e o município de Aracaju, têm IPCA's acima do índice regional, +3,05% e +3,45%, respectivamente. Em Aracaju, os mesmos grupos que geraram os impactos mais relevantes, no índice regional, impactaram, também, o IPCA municipal, e representam 72,4% da variação total. Em Fortaleza, Transportes é substituído por Educação que, juntos com outros três grupos (Alimentação e bebidas, Habitação e Saúde e cuidados pessoais), representam 81,5% do IPCA de Fortaleza.

Gráfico 11.5 – Impactos dos Grupos do IPCA – Aracaju e Fortaleza – 1º semestre de 2025



Fonte: IBGE (2025). Elaboração BNB/Etene. Nota: p.p. – pontos percentuais (impactos).

Nas duas capitais, em Alimentação e bebidas, a maioria dos impactos mais relevantes vêm dos mesmos produtos, com o tomate, a cebola, hortaliças e verduras, banana, manga, aves e ovos, refeição e lanche. Contudo, cabe destacar, o que explica o impacto desse grupo ser maior em Fortaleza (+1,02 p.p.) que em Aracaju (+0,8 p.p.) são os seguintes produtos: açúcares e derivados - +0,6 (Aracaju) e +5,0% (Fortaleza); carnes - +0,7% (Aracaju) e +1,5% (Fortaleza); leite e derivados - +1,6% (Aracaju) e +3,0% (Fortaleza); café moído, que apesar de terem variações parecidas (+46,8% - Aracaju e +44,6% - Fortaleza), em razão de pesos diferentes (0,5% - Aracaju e 1,0% - Fortaleza), os impactos são de +0,3 p.p. - Aracaju e +0,5 p.p. - Fortaleza.

Em Aracaju, as principais variações em Habitação são de aluguel e taxas (+1,6%), gás de botijão (+3,4%) e energia elétrica residencial (+11,7%); em Transportes, taxi (+14,9%), ônibus intermunicipal (+9,3%), veículo próprio (+4,8%) e gasolina (+5,1%); Saúde e cuidados pessoais, produtos farmacêuticos e óticos (+1,6%), serviços médicos e dentários (+6,1%), planos de saúde (+3,4%) e higiene pessoal (+2,3%).

Em Fortaleza, as principais variações em Habitação são de aluguel e taxas (+1,4%), gás de botijão (+1,2%) e energia elétrica residencial (+6,9%); em Saúde e cuidados pessoais, produtos farmacêuticos e óticos (+2,8%), serviços médicos e dentários (+4,5%), planos de saúde (+3,4%) e higiene pessoal (+6,2%); em Educação, pré-escola (+9,4%, ensino fundamental (+6,8%) e ensino médio (+7,1%).

11.5 – O IPCA regional em doze meses, terminados em junho de 2025 – detalhamento das principais variações

Em doze meses, o IPCA do Nordeste (+5,10%) é o segundo menor entre as Regiões, acima apenas do Sul (+4,98%). Os valores das outras regiões são: Sudeste (+5,55%), Norte (5,50%) e Centro-Oeste (+5,38%) e Brasil (+5,35%), Gráfico 11.5. De acordo com a Tabela 11.5, Fortaleza (+5,46%) tem a maior variação na Região, e ocupa a 5ª posição entre as capitais/regiões metropolitanas pesquisadas. Aracaju (+4,42%) e Recife (+4,77%) têm as menores variações. São Luís (+5,17% - 11ª posição) e Salvador (+5,23% - 10ª posição) ocupam posições intermediárias.

Quatro grupos representam 77,0% da variação total regional, Alimentação e bebidas (+5,41% - +1,30 p.p.), Habitação (+6,06% - +0,87 p.p.), Transportes (+5,49% - +1,01 p.p.) e Saúde e cuidados pessoais (+5,03% - +0,75 p.p.).

Tabela 11.5 – IPCA (%) – Nordeste e Capitais pesquisadas na Região – 12 meses terminados em junho de 2025

IPCA - Grupo Pesquisado	Fortaleza		Recife		Salvador		Aracaju		São Luís		Nordeste		Brasil	
	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto
	5,46		4,77		5,23		4,42		5,17		5,10		5,35	
Alimentação e Bebidas	5,91	1,47	4,69	1,14	5,90	1,36	2,69	0,59	6,09	1,61	5,41	1,30	6,66	1,46
Habitação	5,28	0,85	6,61	0,90	6,19	0,88	6,20	0,77	5,68	0,79	6,06	0,87	5,3	0,80
Artigos de Residência	2,71	0,10	-0,41	-0,02	1,35	0,05	3,83	0,12	1,43	0,06	1,36	0,05	2,66	0,09
Vestuário	1,30	0,06	2,93	0,17	3,67	0,19	5,50	0,31	3,43	0,22	3,10	0,16	4,68	0,21
Transportes	5,83	1,09	6,03	1,13	5,19	0,95	5,34	0,97	4,68	0,85	5,49	1,01	5,11	1,04
Saúde e Cuidados Pessoais	6,35	0,86	4,19	0,63	4,61	0,71	3,85	0,66	6,69	0,92	5,03	0,75	5,16	0,70
Despesas Pessoais	6,31	0,47	5,07	0,43	6,36	0,64	4,08	0,37	4,57	0,36	5,70	0,50	5,81	0,58
Educação	7,31	0,50	5,60	0,35	5,91	0,36	6,47	0,50	5,22	0,26	6,09	0,38	6,21	0,37
Comunicação	1,63	0,06	1,19	0,04	2,58	0,10	2,88	0,12	2,67	0,10	2,07	0,08	2,16	0,10

Fonte: IBGE (2025). Elaboração BNB/Etene. Nota: índice – (%); p.p. – pontos percentuais (impactos).

Em Alimentação e bebidas, os impactos mais relevantes são da carne (+21,23%), carnes e peixes industrializados (+10,3%), aves e ovos (+8,0%), óleo de soja (+19,8%), óleo de soja (+21,9%), café moído (+74,7%), refrigerante e água mineral (+10,4%), refeição (+6,6%) e lanche (+8,2%). Aluguel residencial (+4,5%), condomínio (+4,1%), taxa de água e esgoto (+6,3%), gás de botijão (+10,5%) e energia elétrica residencial (+6,9%), são os destaques do grupo Habitação. Em Transportes os principais impactos vêm de ônibus urbano (+4,1%), transporte por aplicativo (+40,2%), veículo próprio (+4,3%) e gasolina (+7,0%). Em Saúde e cuidados pessoais, os destaques são de produtos farmacêuticos (4,9%), serviços médicos e dentários (+7,2%), plano de saúde (+6,9%), produto para cabelo (+7,9%) e perfume (+1,4%).

Fortaleza (+5,46%) tem a maior variação na Região, superando o índice regional e o nacional, seguido por Salvador (+5,23%), que supera o índice regional. Os mesmos que mais impactaram os índices regional e nacional, são os principais ofensores das duas regiões metropolitanas. Eles representam 78,3% da variação total de Fortaleza e 74,5% de Salvador.

As principais diferenças de cada grupo, entre as duas regiões metropolitanas são apresentadas a seguir. Alimentação e bebidas: Frutas - +4,5% e +0,05 p.p. em Fortaleza; -6,4% e -0,09 p.p. em Salvador. Biscoito - +11,7% e +0,08 p.p. em Fortaleza; +2,2% e +0,01 p.p. em Salvador. Pão francês - +6,3% e +0,11 p.p. em Fortaleza; -0,6% e -0,01 p.p. em Salvador.

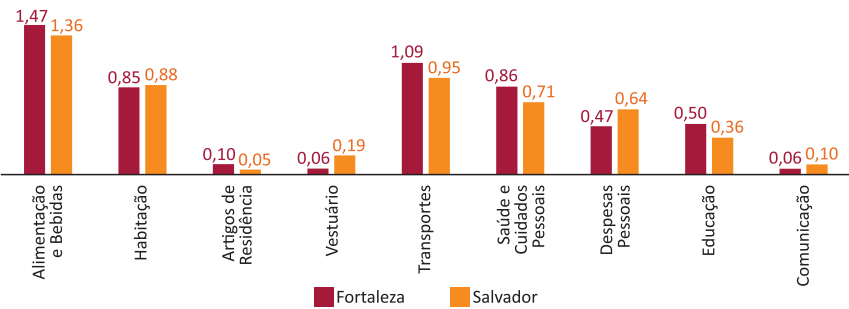
Habitação: gás de botijão - +7,9% e +0,15 p.p. em Fortaleza; +12,5% e +0,26 p.p. em Salvador.

Transportes: ônibus urbano - 0 em Fortaleza; +7,7% em Salvador. Transporte por aplicativo - +28,1% e +0,04 p.p. em Fortaleza; +35,2% e +0,13 p.p. em Salvador. Gasolina - +10,1% e +0,57 p.p. em Fortaleza. +3,1% e +0,14 p.p. em Salvador. Cabe ainda destacar que o etanol não variou em Fortaleza e o óleo diesel foi +0,6%, enquanto as variações em Salvador foram +5,7% e +2,9%, respectivamente.

Saúde e cuidados pessoais: higiene pessoal - +6,9% e +0,36 p.p. em Fortaleza; +2,0% e +0,09 p.p. em Salvador.

O Gráfico 11.6 mostra os impactos dos grupos do IPCA para Fortaleza e Salvador, no período de 12 meses encerrados em junho de 2025.

Gráfico 11.6 – Impactos dos Grupos do IPCA – Salvador e Recife – 12 meses terminados em junho de 2025



Fonte: IBGE (2025). Elaboração BNB/Etene. Nota: p.p. – pontos percentuais (impactos).

12 Cesta Básica

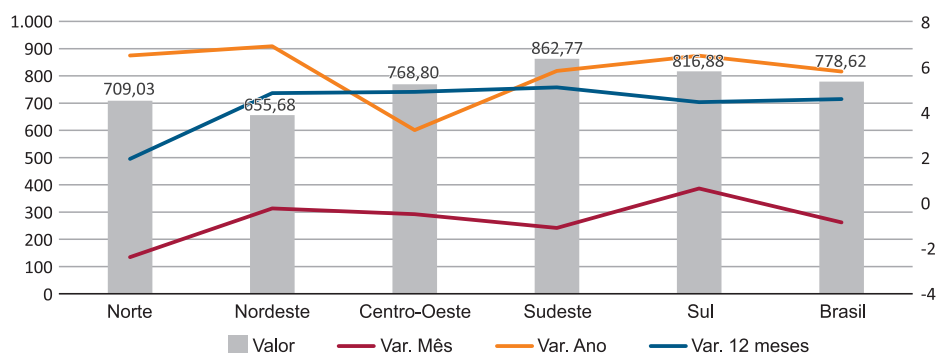
A Cesta Básica é calculada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese em 17 capitais¹, conforme o Decreto-Lei 399/38. Diante da estratificação de renda da população brasileira, a cesta é um instrumento importante para acompanhar a evolução dos preços dos alimentos básicos. De acordo com os dados do Relatório Anual de Informações Sociais – RAIS, com os dados de 2023, dos trabalhadores cadastrados na Região Nordeste, 57,3 % ganham até dois salários-mínimos. A ampliação do limite para três salários-mínimos, apresenta que 68,0% dos trabalhadores na Região, estão dentro desse limite. Reforçando ainda esta linha de argumento, de acordo com o IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral), a informalidade no Nordeste e Norte, média de 2013 a 2023, é 52,9% e 55,8%, respectivamente, quando no Brasil é 39,6%. Grande parte do orçamento desse extrato da população, é destinado a alimentação e despesas de subsistência. Vê-se, então, a importância do acompanhamento dos gastos com alimentos básicos.

A Região Norte, na pesquisa do Dieese, é representada apenas por Belém. Isso causa alguma distorção na análise entre as Regiões, já que as outras são melhor representadas. A Região Nordeste, tem seis capitais na pesquisa do Dieese (67,0%), enquanto o Centro-Oeste possui três capitais (75,0%), e as regiões Sul e Sudeste têm todas as capitais na pesquisa.

Conforme observado no Gráfico 12.1, a Cesta Básica do Nordeste é a de menor valor, ressaltando que ela e a da Região Norte, não têm o item batata. Valem em junho de 2025, R\$ 655,68 e R\$ 709,03, respectivamente. Mesmo incluindo a batata, que valia R\$ 25,76 (Brasil), continuariam ainda com os menores preços, R\$ 681,44 e R\$ 734,79, nessa ordem.

A Região Sul tem a única variação positiva no mês, +0,63%, as outras variações são: Nordeste (-0,24%), Centro-Oeste (-0,50%), Sudeste (-1,11%), e Norte (-2,39%). Cinco produtos, carne, tomate, pão, banana e manteiga, representam 75,0% da cesta nacional e 76,4% da cesta nordestina. A banana foi o principal impacto no Brasil, e o tomate na Região.

Gráfico 12.1 – Cesta Básica - Valor e Variação (%) – Brasil e Regiões – Junho, ano e doze meses terminados em junho – 2025



Fonte: Dieese (2025). Elaboração BNB/Etene.

Seis capitais tiveram variações positivas em suas Cestas, variando entre +0,22 (Vitória) e +1,50 (Porto Alegre). Na Região Nordeste, Fortaleza (+0,91%) e Recife (+0,25%) tiveram crescimentos. As outras variações na Região ficaram entre -0,09% (João Pessoa) e -3,84% (Aracaju), a maior redução no mês. No ano, três capitais nordestinas estão entre as primeiras cinco posições: Fortaleza (+9,10%), Recife (+8,37%) e Salvador (+6,84%). Entre as regiões, o Nordeste tem a maior variação, +6,90%. Em doze meses, terminados em junho, o Nordeste (+4,83%) está na 3ª posição. As variações das capitais nordestinas pesquisadas ficaram entre +9,39% (Recife), a maior variação e -0,83% (Aracaju), a menor variação. Cabe destacar que as variações em doze meses, do Sul e Sudeste representam 55,9% da variação do índice nacional, e o Nordeste, 25,8%.

1 A partir de julho o Dieese passará a divulgar a pesquisa com todas as capitais do País.

Tabela 12.1 – Cesta Básica (%) – Nordeste e Capitais pesquisadas na Região – Valor e variação no mês, ano e doze meses terminados em junho - 2025

Capitais/Região	Valor (R\$ 1,00)	% - Mês	% - Ano	% - 12 meses
FORTALEZA	735,10	0,91	9,1	5,4
ARACAJU	557,27	-3,8	0,6	-0,8
JOÃO PESSOA	636,14	-0,1	4,8	6,5
NATAL	636,93	-1,2	3,2	6,3
RECIFE	637,62	0,3	8,4	9,4
SALVADOR	623,85	-0,8	6,8	1,7
NORDESTE	655,68	-0,2	6,9	4,8

Fonte: Dieese (2025). Elaboração BNB/Etene.

No ano, o Nordeste (+6,90%) tem a maior variação, seguida pelo Norte (+6,49%) e Sul (+6,48%). Fortaleza (+9,10%) carregou 38,1% para o índice regional anual, seguido por Salvador (+6,84%), 28,6% e Recife (8,37%), 21,7%. Em doze meses terminados em junho, o Nordeste tem a terceira maior variação, +4,83%, abaixo do Sudeste (+5,09%) e Centro-Oeste (+4,89%). Fortaleza (+5,42%) carregou 32,0% para o índice regional, e Recife (+9,39%), 34,3%.

Fortaleza (R\$ 735,10) tem a cesta mais cara da Região, 12,1% maior que a cesta regional (R\$ 655,68), e 31,9% que a cesta mais barata (Aracaju, R\$ 557,27). O principal impacto em Fortaleza, é o tomate (+7,5%), item que também afetou o índice regional, só que no sentido inverso, caiu -2,0%. Ele representa 128,7% do índice de Fortaleza e 111,0% do nordestino.

No Nordeste (-0,24%), os principais impactos são do tomate (-2,0% e impacto de -0,3 p.p.), arroz (-2,5% e impacto de -0,09 p.p.) e o leite (-0,8% e impacto de -0,05 p.p.), que representam 167,3% da variação do índice regional. No sentido inverso, tem-se os aumentos na banana (+1,2%), pão +0,4%) e no café (+0,9%). O tomate variou entre +7,5% (Fortaleza) e -21,4% (Aracaju).

Tabela 12.2 – Cesta Básica (%) – Nordeste e Capitais pesquisadas na Região – junho de 2025

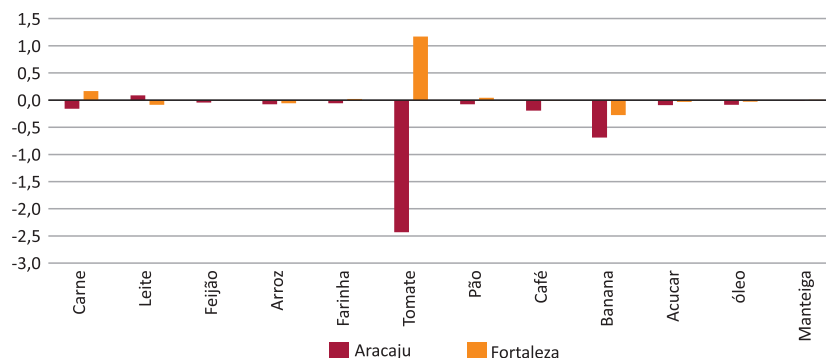
CB - Grupo Pesquisado	Aracaju	Fortaleza	João Pessoa	Natal	Recife	Salvador	Nordeste	Brasil
Índice Geral (%)	-3,84	0,91	-0,09	-1,25	0,25	-0,81	-0,24	-0,86
Carne - p.p.	-0,16	0,17	0,29	0,16	-0,31	-0,13	0,01	-0,05
Leite - p.p.	0,09	-0,09	-0,06	-0,13	0,02	-0,10	-0,05	-0,04
Feijão - p.p.	-0,05	0,00	0,05	-0,02	-0,02	0,01	0,01	-0,05
Arroz - p.p.	-0,08	-0,06	-0,13	-0,25	-0,16	-0,04	-0,09	-0,12
Farinha - p.p.	-0,06	0,02	-0,14	-0,12	-0,07	0,04	-0,01	-0,02
Tomate - p.p.	-2,43	1,17	0,17	-0,90	-1,09	-0,64	-0,27	-0,15
Pão - p.p.	-0,08	0,04	0,06	0,15	0,13	-0,03	0,05	0,00
Café - p.p.	-0,19	-0,01	0,06	0,09	0,07	0,03	0,03	0,01
Banana - p.p.	-0,69	-0,28	-0,24	-0,15	1,92	-0,04	0,11	-0,23
Açúcar - p.p.	-0,09	-0,03	0,00	-0,04	-0,03	-0,03	-0,02	-0,02
Óleo - p.p.	-0,09	-0,03	0,02	-0,05	-0,05	-0,02	-0,02	-0,01
Manteiga - p.p.	-0,02	0,01	-0,17	-0,01	-0,17	0,14	0,00	-0,03

Fonte: Dieese (2025). Elaboração BNB/Etene. Nota: p.p. – pontos percentuais (impactos).

A partir da Tabela 12.2, observa-se que, dentre as capitais nordestinas pesquisadas, a maior variação é de Fortaleza (+0,91%), 3,6 vezes a outra variação positiva, que é Recife (+0,25%). Das variações positivas, as mais relevantes são do tomate (+7,5% e impacto de +1,2 p.p.), da carne (+0,6% e impacto de +0,2 p.p.) e do pão (+0,3% e impacto de +0,04p.p.). Os impactos destes três produtos representam 151,6% da variação total. Vale destacar a variação negativa na banana (-3,0%).

Aracaju teve a maior variação negativa, -3,84%, em que os principais impactos vieram do tomate (-21,3% e impacto de -2,4 p.p.), da banana (-6,3% e impacto de -0,7 p.p.), café (-3,8% e impacto de -0,2 p.p.) e da carne (-0,4% e impacto de -0,2 p.p.). Os impactos destes quatro produtos representam 90,4% da variação total. No sentido inverso, cabe destacar a variação no café (+5,5%). O Gráfico 12.2 apresenta os impactos, em pontos percentuais, da cesta básica em Aracaju e Fortaleza, em junho de 2025.

Gráfico 12.2 – Impactos em pontos percentuais – Junho de 2025 – Aracaju e Fortaleza



Fonte: Dieese (2025). Elaboração BNB/Etene. Nota: p.p. – pontos percentuais (impactos).

12.1 – A Cesta Básica nordestina no ano – detalhamento das principais variações

No ano, todas as Regiões estão com variações positivas em suas cestas. O Centro-Oeste (+3,2%) tem o menor incremento. As outras, estão com variações acima do índice nacional (+5,8%): Norte (+6,5%), Nordeste (+6,9%), Sudeste (+5,8%) e Sul (+6,5%).

Dentre as capitais nordestinas, de acordo com a Tabela 12.3, Fortaleza (+9,1%) e Recife (+8,4%) ocupam as primeiras posições acompanhadas por Salvador (+6,8% - 5ª posição nacional), João Pessoa (+4,8% - 10ª posição), Natal (+3,2% - 14ª posição) e Aracaju (+2,8%), a menor variação entre as capitais pesquisadas.

A variação nordestina (+6,9%) é 1,7 vez a variação do grupo Alimentação e bebidas (+4,0%) e 1,6 vez a variação do subgrupo Alimentação no domicílio (+4,2%) do IPCA nordestino, sinalizando uma piora para os grupos de trabalhadores menos abastados e informais, que gastam uma parcela considerável de sua renda com alimentos e habitação.

A variação na Região Nordeste, advém, principalmente, dos crescimentos no tomate (+58,4% e impacto de +7,7 p.p.), café (+52,0% e impacto de 1,3 p.p.), banana (+10,3% e impacto de +0,7 p.p.) e pão (+5,4% e impacto de +0,6 p.p.), que representam 149,7% da variação total. No sentido inverso, vê-se as reduções no leite (-5,6%), arroz (-18,0%), óleo de soja (-9,3%) e feijão (-4,4%). O café variou entre +46,7 (Fortaleza) e +55,1% (Natal). O tomate entre +17,8% (Aracaju) e +85,6% (Fortaleza).

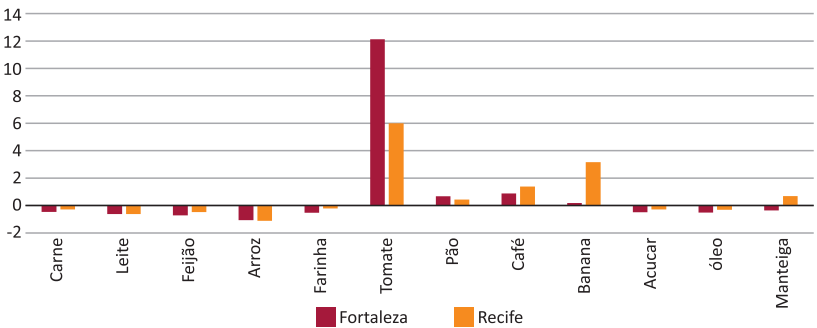
Tabela 12.3 – Cesta Básica (%) – Nordeste e Capitais pesquisadas na Região – Até junho de 2025

CB - Grupo Pesquisado	Aracaju	Fortaleza	João Pessoa	Natal	Recife	Salvador	Nordeste	Brasil
Índice Geral (%)	0,58	9,10	4,82	3,18	8,37	6,84	6,90	5,79
Carne - p.p.	-1,23	-0,47	0,85	0,52	-0,29	-0,78	-0,34	0,02
Leite - p.p.	-0,67	-0,62	-0,46	-0,61	-0,62	-0,70	-0,60	-0,29
Feijão - p.p.	0,02	-0,72	-0,38	-0,43	-0,47	-0,41	-0,47	-0,55
Arroz - p.p.	-0,45	-1,06	-0,91	-0,95	-1,12	-0,84	-0,93	-0,68
Farinha - p.p.	-0,14	-0,52	-0,52	-0,47	-0,21	-0,27	-0,35	-0,23
Tomate - p.p.	2,14	12,12	3,96	4,41	6,00	-2,50	7,74	6,95
Pão - p.p.	-0,25	0,67	0,94	0,11	0,43	1,19	0,57	0,30
Café - p.p.	1,74	0,88	1,46	1,54	1,39	2,44	1,32	1,75
Banana - p.p.	0,09	0,18	0,59	0,06	3,17	-1,56	0,70	-0,71
Açúcar - p.p.	-0,21	-0,49	-0,28	-0,29	-0,28	-0,26	-0,33	-0,21
Óleo - p.p.	-0,35	-0,52	-0,24	-0,32	-0,30	0,12	-0,39	-0,33
Manteiga - p.p.	-0,11	-0,36	-0,17	-0,38	0,69	-0,17	-0,01	-0,11

Fonte: Dieese (2025). Elaboração BNB/Etene. Nota: p.p. – pontos percentuais (impactos).

Dois capitais superaram o índice regional (+6,9%), Fortaleza (+9,1%) e Recife (+8,4%). Tomate, pão e café, são os impactos mais relevantes em Fortaleza, que representam 150,3% do índice. Suas variações foram: tomate (+85,6% e impacto de +12,1 p.p.), pão (+6,4% e impacto de +0,7 p.p.) e o café (+46,2% e impacto de +0,9 p.p.). Em Recife, tomate (+45,4% e impacto de +6,0 p.p.), banana (+33,5% e impacto de +3,2 p.p.) e café (+53,0% e impacto de +1,4 p.p.). O Gráfico 12.3 apresenta os impactos em pontos percentuais, da cesta básica de Fortaleza e de Recife, acumulado até junho de 2025.

Gráfico 12.3 – Impactos em pontos percentuais – Até junho de 2025 – Fortaleza e Recife



Fonte: Dieese (2025). Elaboração BNB/Etene. Nota: p.p. – pontos percentuais (impactos).

12.2 A Cesta Básica nordestina em doze meses, terminados em junho de 2025

Em doze meses, os índices regionais variam entre +1,9% (Norte) e +5,1% (Sudeste). As outras variações são Sul (+4,4%), Nordeste (+4,8%), Centro-Oeste (+4,9%) e Brasil (+4,6%). De forma inversa ao que aconteceu com as variações no ano (até junho de 2025), as variações do grupo Alimentação e bebidas, e do subgrupo Alimentação no domicílio, do IPCA nordestino, estão com variações acima da variação da cesta básica da Região, +5,4% e +4,9%, respectivamente.

A Tabela 12.4 apresenta que, em doze meses terminados em junho, a carne (+23,0% e impacto de +6,7 p.p.) e o café (+88,5% e impacto +2,2 p.p.) continuam a gerar impactos substanciais, dando sinais de que a pressão vai continuar, e estão acompanhados do pão (+7,1% e impacto de +0,9 p.p.) e do óleo de soja (+24,4% e impacto de 0,1 p.p.). A soma da variação destes quatro produtos, representa 203,5% da variação total do índice regional. No sentido inverso, cabe destacar a redução no feijão (-13,8% e impacto de -0,9 p.p.), do arroz (-19,5% e impacto de -1,0 p.p.), do tomate (-13,2% e impacto de -1,7 p.p.) e da

farinha (-12,2% e impacto de -0,6 p.p.), que, juntos, representam 89,5% da variação total. Olhando as capitais nordestinas pesquisadas, Recife (+9,4%) tem a maior variação entre as 16 capitais, seguida por João Pessoa (+6,5% - 4ª posição nacional), Natal (+6,3% - 5ª posição), Fortaleza (+5,4% - 8ª posição), Salvador (+1,7% - 16ª posição) e Aracaju (-0,8% - 17ª posição).

Quatro produtos representam 67,0% da cesta básica nordestina: carne, banana, tomate e o pão, com preponderância para a carne (30,0% - Nordeste e 32,0% - Brasil). Nas 17 capitais pesquisadas, a carne variou entre +29,3% (Fortaleza) e +9,5% (Aracaju), o pão, que representa 18,0% da cesta nordestina, em doze meses, variou entre +9,3% (João Pessoa) e -2,5% (Aracaju), o tomate entre +34,6% (Vitória, única variação positiva) e -25,3% (Aracaju).

Tabela 12.4 – Cesta Básica (%) – Nordeste e Capitais pesquisadas na Região – Em doze meses terminados em junho de 2025

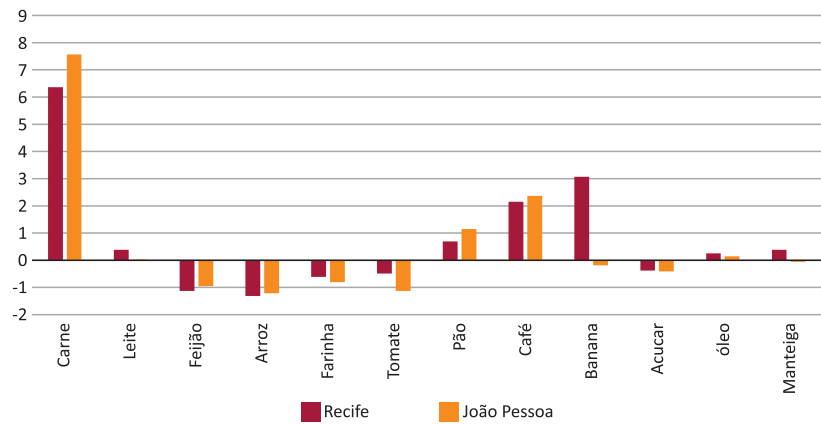
CB - Grupo Pesquisado	Aracaju	Fortaleza	João Pessoa	Natal	Recife	Salvador	Nordeste	Brasil
Índice Geral (%)	-0,83	5,42	6,50	6,28	9,39	1,74	4,83	4,57
Carne - p.p.	2,84	8,58	7,57	7,62	6,36	5,08	6,67	7,31
Leite - p.p.	-0,08	-0,14	0,03	0,38	0,39	-0,36	-0,04	-0,25
Feijão - p.p.	-0,47	-1,02	-0,95	-0,99	-1,13	-0,87	-0,94	-0,85
Arroz - p.p.	-0,73	-0,96	-1,21	-1,15	-1,31	-0,93	-1,03	-0,81
Farinha - p.p.	-0,31	-0,74	-0,81	-0,64	-0,61	-0,46	-0,61	-0,35
Tomate - p.p.	-2,89	-1,93	-1,13	-0,67	-0,49	-2,50	-1,75	-1,37
Pão - p.p.	-0,53	1,00	1,15	0,47	0,69	1,19	0,88	0,58
Café - p.p.	2,52	1,72	2,37	2,33	2,15	2,44	2,16	2,81
Banana - p.p.	-1,05	-0,47	-0,19	-0,42	3,07	-1,56	-0,24	-0,38
Açúcar - p.p.	-0,39	-0,40	-0,41	-0,44	-0,38	-0,26	-0,35	-0,28
Óleo - p.p.	0,19	-0,01	0,15	0,08	0,25	0,12	0,12	0,00
Manteiga - p.p.	0,06	-0,19	-0,06	-0,29	0,38	-0,17	-0,05	0,03

Fonte: Dieese (2025). Elaboração BNB/Etene. Nota: p.p. – pontos percentuais (impactos).

Três produtos com maior impacto em Recife, apresentam mesmo comportamento no índice regional (Gráfico 12.4): carne (+21,4% e impacto de +6,4 p.p.), pão (+6,3% e impacto de +0,7 p.p.) e café (84,3% e impacto de +2,2 p.p.). A banana (+32,2% e impacto de +3,2 p.p.) assume o lugar do óleo de soja. Estes quatro produtos representam 130,8% da variação total da capital. Apenas a carne, representa 69,6% da variação.

João Pessoa (+7,5%) tem a segunda maior variação entre as capitais nordestinas pesquisadas. Os produtos que mais impactaram o índice regional, também são os mais relevantes; em João Pessoa, a carne (+25,3 e impacto de 7,6 p.p.), o pão (+9,3% e impacto de +1,1 p.p.), o café (+100,8 e impacto de 2,4 p.p.) e o óleo de soja (+25,1% e impacto de +0,1 p.p.). Os quatro produtos representam 170,5% da variação do índice da capital e, apenas a carne, 116,4%.

Gráfico 12.4 – Impactos em pontos percentuais – Em doze meses terminado em junho de 2025 – Recife e João Pessoa



Fonte: Dieese (2025). Elaboração BNB/Etene. Nota: p.p. – pontos percentuais (impactos).